

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA**

**GÊNERO E TRABALHO: UM OLHAR SOBRE UMA INDÚSTRIA DE
ELETRODOMÉSTICOS EM CURITIBA**

VERA REGINA RESNAUER TAQUES DA SILVA DIAS

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Tecnologia. Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Marília Gomes de Carvalho

Co-orientador: Prof. Dr. Nilson Marcos Dias Garcia

CURITIBA

2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

VERA REGINA RESNAUER TAQUES DA SILVA DIAS

**GÊNERO E TRABALHO: UM OLHAR SOBRE UMA INDÚSTRIA DE
ELETRODOMÉSTICOS EM CURITIBA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Tecnologia. Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Marília Gomes de Carvalho

Co-orientador: Prof. Dr. Nilson Marcos Dias Garcia

CURITIBA

2006

Especialmente para meu marido Gracialino, grande amor da minha vida, meu modelo de intelectual, exemplo e inspiração, verdadeiro amigo e companheiro, por todo o carinho, incentivo e presença incansável em todas as horas.

Para minhas filhas Laís Valentina e Alice Tainá, gestadas e nascidas durante o curso, para que tenham coragem para continuar a luta pela busca da justa igualdade de direitos da mulher e da sua integração em todas as dimensões da cidadania.

Para minha mãe Luci,
que me trouxe ao mundo e me ensinou sobre
a força e a dignidade que o trabalho traz.
Obrigada por tudo o que sou. Essa conquista
também é sua, apesar de não estar mais aqui
para comemorá-la comigo.

Para meu pai Arnaldo,
meus irmãos Teresa, Arnaldinho e Carolina,
meu sobrinho Eduardo,
que souberam com amor e compreensão
compartilhar desse momento tão importante
em minha vida acadêmica.

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Marília Gomes de Carvalho, pelo carinho, seriedade, incentivo, compreensão e amizade na orientação deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Nilson Marcos Dias Garcia, pela amizade, compreensão e por todas as contribuições e complementações na co-orientação.

À Profa. Dra. Marlene Tamanini, pela amizade e empréstimo de livros, base fundamental para meu estudo e por todas as orientações no exame de qualificação.

À Profa. Dra. Naura Syria Carapeto Ferreira, pelo carinho, seriedade, amizade e contribuições no exame de qualificação.

À Profa. Dra. Sílvia Maria de Araújo, por todos os *insights* sempre tão pontuais.

À Profa. Dra. Luciana Martha Silveira, pela amizade e apoio incansável.

Ao Prof. Dr. Gilson Leandro Queluz, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, por todo incentivo e reconhecimento de nosso trabalho.

Aos amigos “quase-irmãos”, Giovanna Pezarico, Patrícia Fisch, Ronaldo de Oliveira Corrêa e Cristina Tavares da Costa Rocha, pela cumplicidade, identidade e pela força que nos uniu.

À minha sogra, Ana Maria da Silva, pelo apoio.

Às mulheres operárias, especialmente aquelas que participaram desta pesquisa, para que consigam se soltar das correntes do capitalismo e saibam reconhecer sua fúria como uma força poderosa para sua libertação, como parte da luta pela emancipação de todo o proletariado.

Ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Ao GeTec, Grupo de Estudos e Pesquisas em Relações de Gênero e Tecnologia, por auxiliar no embasamento e marco teórico deste trabalho.

Ao I Simpósio Brasileiro de Gênero e Mídia, por ter proporcionado conhecer e estreitar laços tão importantes com pesquisadores e estudiosos das relações de Gênero.

À CAPES, por parte do financiamento que possibilitou a realização desta pesquisa.

“Mas, ‘vós comunistas, quereis instituir a comunidade das mulheres!’, clama em coro toda a burguesia. O homem burguês tem em sua mulher um mero instrumento de produção. Ao ouvir falar que os instrumentos de produção serão de propriedade comum, conclui, apressadamente, que haverá também uma comunidade de mulheres. Com isso, não percebe que o real objetivo é libertar a mulher de sua atual posição de instrumento de produção. Aliás, nada mais ridículo que essa virtuosa indignação dos burgueses a respeito da comunidade de mulheres, que julgam invenção dos comunistas. Os comunistas não precisam se ocupar com a introdução de comunidade das mulheres. Ela já existe, na prática, desde os mais remotos tempos”.

MARX e ENGELS. In: Manifesto do Partido Comunista.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	9
LISTA DE QUADROS.....	11
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	11
RESUMO.....	xii
ABSTRACT.....	xiii
INTRODUÇÃO	14
1. MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E NEOLIBERALISMO: O CENÁRIO ECONÔMICO ATUAL	21
2. MUDANÇAS NO PROCESSO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: TENDÊNCIAS DE RECONVERSÃO PARA UM NOVO PADRÃO DE ACUMULAÇÃO	33
2.1 O PADRÃO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL DE BASE TAYLORISTA-FORDISTA E A DIVISÃO TÉCNICA E SOCIAL DO TRABALHO	33
2.2 CARACTERÍSTICAS DO PARADIGMA TOYOTISTA OU DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL	41
3. EFEITOS DAS INOVAÇÕES DO PROCESSO DE PRODUÇÃO NAS RELAÇÕES DE GÊNERO	51
3.1 GÊNERO: ESSENCIAL / RELACIONAL	52
3.2 CONCEITUANDO DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO	61
4. A INDÚSTRIA DE ELETRODOMÉSTICOS E OS ENTREVISTADOS – ATORES DA PESQUISA	70
4.1 PASSOS METODOLÓGICOS.....	70
4.2 A <i>EMPRESA</i> PESQUISADA.....	73
4.3 CARACTERIZAÇÃO DA REPRESENTANTE DA <i>EMPRESA</i>	75
4.4 CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS QUE CONSTITUÍRAM O UNIVERSO DA PESQUISA ..	75
5. AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA <i>EMPRESA</i> PESQUISADA.....	81
5.1 A FORÇA DE TRABALHO FEMININA NA VISÃO DA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS DA <i>EMPRESA</i>	81
5.2 A IDENTIDADE DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS – ATORES DA PESQUISA.....	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96

REFERÊNCIAS.....	102
ANEXOS	108
ANEXO A – ROTEIRO UTILIZADO PARA A ENTREVISTA COM A PROFISSIONAL DA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS	109
ANEXO B – ROTEIRO UTILIZADO PARA AS ENTREVISTAS COM OS TRABALHADORES E AS TRABALHADORAS DA PRODUÇÃO	110

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	CARACTERIZAÇÃO DOS TRABALHADORES ENTREVISTADOS	75
----------	---	----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	PARTE DO TRABALHO EM TEMPO PARCIAL E EM TEMPO INTEGRAL DOS EMPREGOS TEMPORÁRIOS NA EUROPA DOS QUINZE, 1996, EM %	58
QUADRO 2	A PROGRESSÃO DO SUBEMPREGO (FRANÇA, 1990-2001) (EM MILHARES)	59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FMI	- Fundo Monetário Internacional
GEDISST	- <i>Groupe d'Etudes sur la Division Sociale et Sexuelle du Travail</i> (Grupo de Estudos sobre a Divisão Social e Sexual do Trabalho)
HIV	- <i>Human Immunodeficiency Virus</i> (Vírus da Imunodeficiência Humana)
MTE	- Ministério do Trabalho e Emprego
OCT	- Organização Científica do Trabalho
OMC	- Organização Mundial do Comércio
PCP	- Planejamento e Controle da Produção
PPGTE	- Programa de Pós-graduação em Tecnologia
RH	- Recursos Humanos
SENAI	- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
UTFPR	- Universidade Tecnológica Federal do Paraná

RESUMO

Investigou-se, com esse estudo, a divisão sexual do trabalho no capitalismo contemporâneo a partir de sua constituição histórica. Examinou-se esses aspectos relacionando-os com as formas de organização do trabalho fabril em uma indústria transnacional do ramo de eletrodomésticos, em Curitiba, feita através de um estudo de caso. A pesquisa foi realizada com um grupo de trabalhadores e trabalhadoras envolvidos nos processos de produção e com uma profissional da área de Recursos Humanos, da referida indústria. Teve-se como objetivos verificar, tanto como a representante da *Empresa* quanto os trabalhadores de ambos os sexos compreendem a natureza do trabalho que executam, bem como a percepção que têm de si na condição de operários e operárias, no âmbito da crise do trabalho abstrato, decorrente da reestruturação da produção capitalista. Analisou-se as características dos processos de flexibilidade produtiva que vêm se constituindo na base de um novo padrão de acumulação de capital. Investigou-se as relações de gênero nas formas de inserção na organização da produção, tomando como objeto de estudo o trabalho feminino. Constatou-se, empiricamente, a existência de um grau de divisão sexual do trabalho no interior dos processos produtivos que coloca a mulher em condição subalterna em relação ao homem. Confirmou-se, nesse sentido, alguns estudos realizados a partir da década de 1990, sobre os processos da reestruturação produtiva, que acusaram o aumento da precarização nas relações de trabalho, no geral, e um grau mais acentuado sobre as condições de trabalho da mulher. Infere-se, com base nos estudos realizados, que a precarização das condições de trabalho da mulher tem a sua origem nas contradições de classes que marcam a relação entre capital e trabalho mas que também expressa uma dimensão intraclasse, acentuando um patamar de desigualdades entre o homem operário e a mulher operária.

Palavras-chave: Avanço tecnológico; reestruturação produtiva; relações de gênero.

ABSTRACT

This study investigates the sexual division of labor in contemporary capitalism, as it was historically constructed. These aspects are researched in their relation to the forms of organization of factory labor through a case study of a transnational firm belonging to the home appliance industry in the city of Curitiba. Research was carried out on a group of women and men workers involved in production and with a professional staff member who works in Human Resources within the firm. We sought to verify how the representative of the firm and the workers of both sexes understand the nature of the work they carry out, as well as the perceptions held by the latter regarding what it means to be a worker within the context of the crisis of abstract labor that is a consequence of the current re-structuring of capitalism production. We analyse the characteristics of the processes of the flexibilization of production that have become the basis of a new pattern of capital accumulation. We study gender relations as they become part of the organization of production, and make women's work a specific object of our study. Our empirical findings demonstrate the existence of level of sexual division of labor within productive processes that situate women in a subaltern position in relation to men. This leads to our confirmation of the findings from other studies that have been carried out since the 1990s on the restructuring of production: increased precariousness in work relations in general, which in turn have a heavy effect on the specific conditions of women workers. Based on the studies that have been carried out, we infer that the increased precariousness in women's work conditions originates in the class contradiction that marks the relationship between capital and labor, but also expresses an intra-class dimension that accentuates the level of inequality existing between men and women workers.

Keywords: Technological progress; restructuring of production; gender relations.

INTRODUÇÃO

Estudos realizados a partir da década de 1990, sobre os processos da reestruturação produtiva, como os de HIRATA (1998 e 2002), CUNHA (1999) e LIEDKE e SILVA (1993), apontam para o crescimento da precarização nas relações de trabalho no geral, e um grau mais acentuado dessa precarização sobre as condições de trabalho da mulher.

Uma das hipóteses dessa constatação é de que as mulheres estariam mais sujeitas a aceitar e desempenhar tarefas similares àquelas concebidas na esfera do paradigma da organização taylorista-fordista¹ do trabalho, como sugerem CUNHA (1999) e HIRATA (1998). Há outros fatores relacionados às novas bases materiais de produção e às relações sociais e produtivas delas decorrentes, bem como às novas categorias que emergem desse processo, como a flexibilização produtiva e as implicações sobre os atributos da força de trabalho exigidos por ela.

Ao longo do quase centenário emprego do modelo taylorista-fordista de organização da produção verifica-se a desvantagem que a mulher vem enfrentando em termos da hierarquização na divisão técnica do trabalho e, como decorrência desta, da defasagem salarial em relação aos homens. Esse fator é constatado inclusive em casos relacionados à ocupação da mesma função para o mesmo sexo. No caso brasileiro, de acordo com dados do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, publicados pela Agência do Trabalhador de Curitiba, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social do Paraná, verifica-se que as mulheres recebem, no processo admissional, remuneração média correspondente a 22,97% menos que os homens, no ramo da indústria de transformação, em Curitiba (PARANÁ, 2003).

ABRAMO² *apud* CUNHA (1999) destaca, também, além das condições já apresentadas, uma continuidade das trajetórias laborais femininas. A mulher desempenha, em muitos casos, uma dupla jornada de trabalho, por conta dos

¹ O termo fordismo está associado ao nome do empresário americano Henry Ford, nascido em 1863 e que desenvolveu a sua base industrial na cidade de *Detroit*, nos Estados Unidos, onde começou a produzir automóveis, a partir de 1910 (FORD, 1995). O paradigma da organização taylorista-fordista será abordado no Capítulo 2.

² ABRAMO, Laís. Sociologia do Trabalho na América Latina: novos paradigmas produtivos, relações de trabalho e relações de gênero. In: **Reestructuración productiva, cambio tecnológico, género y**

afazeres domésticos: em uma parte de seu dia é operária e em outra é dona-de-casa, conforme apontado por Whitaker:

Quanto à mulher, na sociedade moderna oscila entre o lar e a profissão. Milhões de mulheres ainda são prisioneiras do lar, porém, há que se reconhecer, milhões se libertaram. Não totalmente, é claro: já que não se resolveu, para a grande maioria, o dilema do cotidiano: conciliar o cuidado dos filhos, as tarefas domésticas e o mundo do trabalho fora de casa. Para a grande maioria, a profissão fica em segundo plano. E não se pode culpá-las. São responsáveis pelo funcionamento do lar e, no caso brasileiro, a sociedade não lhes oferece alternativas que permitam ao lar funcionar normalmente sem que para isso ela precise se esgotar de tanto trabalhar (WHITAKER, 1988, p. 13).

Esse cenário se acentua ainda mais com a questão da maternidade, onde ela fica sobrecarregada, tendo que conciliar o turno de trabalho, as tarefas domésticas e o acompanhamento dos filhos.

Isso mostra que as mudanças nos processos de trabalho, decorrentes do avanço tecnológico, não atingem a todos os trabalhadores com a mesma intensidade, implicando na manutenção da divisão sexual do trabalho.

A divisão sexual do trabalho está determinada, de acordo com ENGELS (1984), à constituição dos modos de produção classistas. Desde quando se constituiu a propriedade privada para uma classe e outra classe foi destituída da mesma, e logo em seguida o Estado como expressão da classe dos proprietários, ou daqueles que controlam a propriedade privada, a mulher tornou-se sujeita à divisão sexual do trabalho. Com a realização desta pesquisa não se pretende estudar o desenvolvimento histórico e a natureza da divisão sexual do trabalho no geral, mas a divisão sexual do trabalho no bojo da crise do trabalho assalariado, subjacente à reestruturação produtiva marcada pela relação entre os paradigmas taylorista-fordista e toyotista.

A divisão sexual do trabalho, trata-se, portanto, de um fenômeno de contradição de classes, mas que não pode ser visto exclusivamente sob este ângulo. Caracteriza-se fundamentalmente como uma dimensão intraclasses, envolvendo o estudo não só da contradição entre o capital e o trabalho, mas da forma como se constrói a relação de gênero envolvendo a situação do homem operário e da mulher operária, marcados por essa contradição. Isso torna mais relevante a natureza deste trabalho, na medida em que ele está voltado para analisar as formas de inserção e

permanência da mulher no mercado de trabalho no setor industrial de eletrodomésticos em Curitiba. A relevância da investigação se pôs, também, em face da herança cultural que marca o modo de produção capitalista na sociedade brasileira.

A contribuição acadêmica desse estudo prendeu-se ao fato de ter buscado um maior aprofundamento do conhecimento no âmbito das mudanças na divisão sexual do trabalho, imbricadas, principalmente, ao processo de mundialização da economia. Houve um interesse muito grande em analisar essa “nova trabalhadora”, que tem que assumir uma postura multifuncional dentro da empresa (polivalência), submetendo-se a condições precárias de trabalho, para se manter empregada. No campo social a pesquisa tomou uma forma desafiadora em virtude das mudanças sócio-culturais desencadeadas pelo movimento da reestruturação capitalista contemporânea.

O uso das ciências nos processos produtivos ao longo da história esteve voltado para a produção de bens visando atender às necessidades humanas. Esse processo evidenciou-se com a modernidade e o triunfo da razão dela decorrente. A partir das novas bases materiais de produção, caracterizadas pelo advento da indústria moderna e da maquinaria, em substituição ao sistema manufatureiro, cujas relações de produção deram-se predominantemente sob a forma de trabalho assalariado, operou-se um tipo específico de divisão social do trabalho: proletariado *versus* burguesia. Essa é a análise fornecida por MARX (1993 e 1994) sobre a constituição das classes sociais no capitalismo a partir da divisão do trabalho. Além dessa, há um outro tipo de divisão, ou seja, a divisão técnica do trabalho. Ela ocorre no interior da própria classe que vive do trabalho, como decorrência das sucessivas divisões de funções e de hierarquização nos processos produtivos. Por exemplo, entre o engenheiro e a engenheira, o gerente e a gerente, o encarregado e a encarregada, o homem operário e a mulher operária, de uma mesma empresa. Todos estes são assalariados e, portanto, localizam-se no campo do proletariado, isto é, oposto ao campo da burguesia, quando se refere à divisão social do trabalho. Porém, ao se referirem à divisão técnica do trabalho, muitas dessas funções são exercidas de formas contraditórias entre elas, ofuscando a contradição interclasse e ressaltando a contradição intraclasse.

Tomando por base as mudanças recentes que vêm atingindo os processos de trabalho e a organização da produção, no bojo da reestruturação produtiva, caracterizadas pelo novo padrão de acumulação de capital de base flexível e de maior competitividade, este estudo tomou como objeto de investigação a divisão sexual do trabalho, em uma indústria de eletrodomésticos, na região de Curitiba, compreendendo uma investigação empírica sobre a realidade concreta das condições de trabalho. Para isso foram desenvolvidas entrevistas, com roteiros semi-estruturados (em ANEXO), com 14 trabalhadores e trabalhadoras operacionais e 1 da área de Recursos Humanos da referida indústria.

A entidade empresarial na qual a pesquisa foi realizada, aqui denominada *Empresa*, é uma indústria transnacional, resultante da compra de uma empresa nacional, por uma estrangeira, considerada dentre as maiores do mundo no ramo de fabricação e montagens de eletrodomésticos. No período em que a pesquisa foi realizada, em agosto de 2005, a *Empresa* contava com 1178 funcionários, sendo 738 homens e 440 mulheres. As entrevistas foram concebidas de modo a dar a caracterização das condições socioeconômicas do corpo de funcionários na visão da *Empresa* e identificar a percepção que os trabalhadores e trabalhadoras têm sobre a sua condição no processo produtivo. Dos 14 trabalhadores entrevistados, 7 são homens e 7 mulheres.

Questionou-se até que ponto a flexibilidade produtiva que vem construindo um novo desenho ocupacional, diferente da divisão taylorista-fordista, propicia condições para uma melhor inserção da mulher nas atividades produtivas. Quais os principais mecanismos que caracterizam as mudanças nos processos de trabalho fabril na indústria de eletrodomésticos decorrentes do avanço tecnológico? Quais os efeitos dessas mudanças sobre as relações de gênero³? Quais são os fatores que determinam os interesses empresariais pelo emprego do trabalho feminino? Quais são as percepções que os homens e mulheres – trabalhadores e trabalhadoras, que estão inseridos na produção na indústria de eletrodomésticos, têm das condições de trabalho realizado por eles e pelos seus pares, na mesma indústria e no mesmo setor? Quais as características das funções cuja preferência empresarial destina-se à contratação de mão de obra feminina? Quais são os principais atributos das

³ O conceito de gênero será desenvolvido mais adiante, no Capítulo 3.

trabalhadoras, estabelecidos pela indústria pesquisada, para a contratação nas referidas funções?

Partindo dessa problematização a pesquisa tem como objetivos investigar como a *Empresa* emprega o trabalho feminino e qual a noção que expressa acerca dele, bem como a percepção que trabalhadores e trabalhadoras têm das características do trabalho que realizam, em que condições o executam, envolvendo a percepção que têm de si, enquanto trabalhadores.

A realização desse estudo foi motivada a partir de intrigadas situações que marcaram a vida da autora no exercício profissional, na área de Treinamento e Desenvolvimento de Pessoal em Recursos Humanos, desde 1989. Atuando neste ramo, a partir da formação acadêmica obtida com a graduação em Pedagogia, em 1990, a autora deparou-se com incontáveis situações envolvendo a natureza da divisão sexual de trabalho nas empresas por onde trabalhou, como profissional de Recursos Humanos. Pelas próprias circunstâncias da condição ocupacional, em face da reestruturação produtiva, mediada pelo aprofundamento da internacionalização da economia, como uma das faces da globalização, a busca de referenciais teóricos que pudessem oferecer uma base crítica da análise do mercado de trabalho, dos processos de trabalho e da organização da produção, no geral, seria inevitável. Este trabalho é parte dessa caminhada. O contato com a literatura e, antes dele, com as mulheres e homens nas entrevistas pré-admissionais, demissionais, ou nas salas de treinamento, levaram a autora a questionar as nuances do impacto das mudanças no mundo do trabalho sobre as condições dos trabalhadores e das trabalhadoras na produção. Nos primeiros passos a noção de gênero ainda não estava construída, ou melhor, era tomada de modo estreito no seu viés essencialista. O encontro da autora com a divisão sexual do trabalho se deu, portanto, sob a condição de mulher trabalhadora em contato com mulheres e homens ora sendo admitidos, ora sendo desligados da empresa, segundo os interesses do capital. A importância deste estudo está revestida, nesse sentido, em duas dimensões: uma de natureza pessoal, traduzida pela materialidade da experiência histórica da autora sob a condição de mulher trabalhadora, vivendo e convivendo com homens e mulheres na condição de assalariados. Essa experiência, fruto da acumulação da história de vida, embora não se constitua em objeto de análise desta investigação, estará presente nos passos da subjetividade da autora.

A outra, diz respeito ao contexto histórico de acentuado aumento do desemprego e subemprego e de crescimento dos índices de precarização nas relações de trabalho, contexto em que comprime as pessoas a novos comportamentos frente ao empregador (o capitalista) e ao seu porta-voz – o trabalhador da área de RH. Essa segunda dimensão é a principal, na medida em que dela são ressaltadas as categorias que expressam o contexto social e político em que o estudo foi realizado. Já a primeira, traduz a natureza subjetiva da autora sob a constituição do seu vínculo com o objeto das relações contratuais de trabalho no geral, e da mulher, em particular.

Tendo como pano de fundo o cenário das transformações nos processos produtivos, decorrentes do avanço tecnológico, foi feita uma investigação em uma indústria transnacional, de grande porte, do setor de eletrodomésticos, localizada em Curitiba, no sentido de identificar quais são as características ocupacionais envolvendo o uso da força de trabalho e como elas atingem o trabalho feminino. O exame das relações de trabalho nesse ramo industrial deu-se por meio de estudo de caso, conforme definido por ANDRÉ e LÜDKE (1986, p. 17), para quem: “quando se quer estudar algo singular, que tenha um valor em si mesmo, deve-se escolher o estudo de caso”. E continuam justificando que “o estudo de caso parte do princípio de que o leitor vá usar seu conhecimento tácito para fazer as generalizações e desenvolver novas idéias, novos significados e novas compreensões” (*Ibid.*, p. 23).

O trabalho está estruturado em cinco capítulos. O Capítulo 1 enfoca algumas dimensões das estruturas econômicas, políticas e sociais, no contexto das quais devem ser estudados os fenômenos que marcam as relações de gênero no âmbito dos processos de produção. Privilegiou-se focar os aspectos que caracterizam a noção de mundialização do capital, em sua relação com a doutrina econômica neoliberal. O Capítulo 2 apresenta uma reflexão das mudanças nos processos de produção capitalista, através das tendências de reconversão para um novo padrão de acumulação, subdividido na análise do padrão de acumulação de capital de base taylorista-fordista e a divisão técnica e social do trabalho, e as características básicas do paradigma toyotista ou de acumulação flexível. O estudo da reestruturação produtiva, desenvolvido neste capítulo, tem o propósito de contextualizar as características dos processos de trabalho, das relações de trabalho, do mercado e da natureza do trabalho que caracterizam o cenário de

reconversão produtiva, determinado pelo avanço tecnológico e pela nova forma de organização da produção, do novo padrão de acumulação de capital, que vem se estabelecendo nas últimas décadas do século XX e no começo do século XXI, conhecido como modelo toyotista. No Capítulo 3 são abordados os efeitos do processo de produção nas relações de gênero, apresentando o conceito de gênero tomado neste trabalho, bem como a conceituação da divisão sexual do trabalho. O Capítulo 4 apresenta os passos metodológicos, a *Empresa* pesquisada e a caracterização do grupo de entrevistados – trabalhadores e trabalhadoras, atores da pesquisa. Os resultados e análises da pesquisa empírica, enfocando as relações de gênero na empresa capitalista, bem como os resultados do material coletado são apresentados no Capítulo 5.

1 MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E NEOLIBERALISMO: O CENÁRIO ECONÔMICO ATUAL

O neoliberalismo, enquanto doutrina econômica, foi concebido nos meados da década de 1940. O seu principal ideólogo Friedrich Hayek⁴ construiu uma base de argumentação teórica, política e ideológica contra o modelo que caracterizaria o Estado de bem-estar social (*Welfare State*). Visava atingir política e ideologicamente o partido trabalhista inglês, que acabou vitorioso nas eleições de 1945, na Inglaterra, defendendo as proposições do Estado de bem-estar. As doutrinas neoliberais, portanto, não foram, neste contexto, incorporadas para o desenvolvimento das políticas macroeconômicas. Segundo ANDERSON (1998, p. 09), os neoliberais, defendendo que “apesar de suas boas intenções, a social-democracia moderada inglesa conduzia ao mesmo desastre que o nazismo alemão – uma servidão moderna”, contrapunham-se ao modelo econômico que passou a preponderar na Europa pós Segunda Guerra.

De acordo com o esse mesmo autor, em 1947, Hayek teria convocado uma reunião com aqueles que compartilhavam de sua ideologia, realizada na estação de *Mont Pèlerin*, na Suíça. Dentre os participantes deste encontro estariam Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, dentre outros que teriam fundado a “Sociedade de *Mont Pèlerin*, uma espécie de franco-maçonaria neoliberal”, cujo propósito “era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases para um capitalismo duro e livre de regras para o futuro” (*Ibid.*, p. 10).

O keynesianismo, convém registrar, constituiu-se na base da fundamentação das políticas econômicas no processo de reconstrução pós Segunda Guerra Mundial, dos principais países europeus, sendo, de acordo com Harvey, uma doutrina que expressa um

conjunto de idéias que propunham a intervenção estatal na vida econômica com o objetivo de conduzir a um regime de pleno emprego. As teorias de John Maynard Keynes tiveram enorme influência na renovação das teorias clássicas e na reformulação da política de livre mercado. Acreditava que a

⁴ ANDERSON (1998, p. 09) considera *O caminho da servidão*, escrito por Friedrich Hayek em 1944, o “texto de origem” do neoliberalismo, “distinto do simples liberalismo clássico” como “uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar”.

economia seguiria o caminho do pleno emprego, sendo o desemprego uma situação temporária que desapareceria graças às forças do mercado (HARVEY, 1992, p. 125).

Apesar de concebido em 1944, somente em 1973 as condições políticas possibilitaram ao mundo capitalista a implementação do modelo econômico neoliberal. Essas condições expressaram uma “longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez” – no modelo econômico concebido após a Segunda Guerra Mundial – “baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação” (ANDERSON, 1998, p. 10).

Esse cenário, marcado pela crise no regime de acumulação capitalista, propiciou a incorporação das teses neoliberais para as estratégias de gerenciamento do Estado e das políticas públicas, implicando na adoção para esses níveis do corpo doutrinário desenvolvido por Hayek e seus companheiros, que acusavam os sindicatos e o movimento operário de terem “corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão para que o Estado aumentasse seus gastos sociais” (*Ibid.*, p. 10). Dessa forma, o seu “ideário”, traz como “componente central” o “anticomunismo mais intransigente de todas as correntes capitalistas do pós-guerra” (*Ibid.*, p. 12).

Os efeitos dessas teses, ao se tornarem hegemônicas, no processo de gerenciamento do Estado capitalista, geraram, de acordo com ANDERSON (1998), as seguintes condições: estabelecimento de um Estado forte, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos, manter o controle do dinheiro, assegurando a estabilidade da moeda; garantia de uma rigorosa contenção dos gastos sociais. Essas teses defendem a necessidade de uma reforma fiscal, visando a redução de impostos sobre os rendimentos e sobre as rendas como condição para se dinamizar a economia.

O caso do Chile é considerado por ANDERSON (1998) como a “primeira experiência neoliberal sistemática do mundo”. A implementação do receituário neoliberal no regime que se instalou após o golpe militar de 1973, caracterizou-se pelas ações de privatizações massivas e pelos programas de “desregulação, desemprego massivo, repressão policial, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos” (*Ibid.*, p. 19).

Na Inglaterra, por sua vez, com a eleição do governo de Margareth Thatcher, em 1979, efetivou-se, segundo ANDERSON (1998, p. 11-12), “o primeiro regime de um país de capitalismo avançado publicamente empenhado em pôr em prática o programa neoliberal”. O neoliberalismo inglês é considerado por esse autor como o “mais puro”, caracterizando-se pelo controle na emissão monetária, elevação das taxas de juros, diminuição drástica dos impostos sobre os rendimentos altos, abolição do controle sobre os fluxos financeiros, níveis de desemprego massivos, imposição de uma legislação anti-sindical e cortes nos gastos sociais. Tudo isso conjugado com o programa de privatização da habitação pública, indústrias de aço, eletricidade, petróleo, gás e água.

Com a eleição de Ronald Reagan nos Estados Unidos, em 1980, o ideário neoliberal ganhou força, cunhando-se como uma expressão que se tornou hegemônica no plano mundial para o modelo de gerenciamento do aparelho do Estado capitalista.

Desse processo vão emergir “várias versões neoliberais”, chegando-se à sua preponderância nesses países “como ideologia” dominante e guia das políticas econômicas e sociais. Paradoxalmente o neoliberalismo que havia se desenvolvido nos países de capitalismo avançado, tomando a social-democracia como inimiga, acabou sendo incorporado por ela. Como escreve ANDERSON (1998, p. 14): “os governos social-democratas se mostraram os mais resolutos em aplicar políticas neoliberais”.

ANDERSON (1998, p. 22-23), considerando seu balanço sobre o neoliberalismo como “provisório”, afirma que esse regime “fracassou” economicamente, pois não conseguiu “nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado”. Demonstra, no entanto, que socialmente o neoliberalismo foi vitorioso ao engendrar “sociedades marcadamente mais desiguais”.

Uma das evidências da incapacidade do neoliberalismo em retomar o crescimento da economia expressa-se pela crise que atingiu os países capitalistas durante a década de 1980 e o seu prolongamento que adentra o século XXI. Mas apesar da sua insuficiência, o neoliberalismo, longe de ser descartado como uma ideologia e um modelo econômico fracassado, continua orientando o eixo das políticas econômicas, principalmente por meio das diretrizes dos organismos multilaterais dirigidos pelos países imperialistas – destaque-se nesse conjunto o

chamado G8⁵ – como o Banco Mundial, o FMI, a OMC, etc., impostas para os países semi-colônias, ditos “em desenvolvimento” ou “emergentes”, como o Brasil.

Esse processo de dominação do capitalismo, que se fundamenta na doutrina neoliberal, tornou-se mais claro a partir da queda do social-imperialismo russo e do desmanche do chamado “socialismo real”, no início da década de 1990. A imposição do imperialismo estadunidense após a Primeira Guerra do Golfo – de ocupação do Iraque pelos Estados Unidos e seus “aliados”, em 1991 – reforçou o processo de continuidade da hegemonia do neoliberalismo. A expressão política mais usada para exprimir esse aspecto é a noção de “globalização”.

A explicação do avanço do neoliberalismo nos países latino-americanos deve ser vista nesse contexto. Para SADER (1998, p. 35), “cada país retomou uma versão do neoliberalismo, conforme as heranças deixadas pelos modelos hegemônicos anteriores”.

Nesse cenário de implementação do regime neoliberal, a noção de globalização desenvolvida assume um duplo caráter. De um lado, ela aparece subordinada à doutrina neoliberal, exprimindo a abertura de mercado e o aprofundamento das relações comerciais em nível internacional (a determinação do mercado como algo neutro). De outro lado, aparece significando a incorporação de novas bases tecnológicas de informação, telecomunicações e transportes. De modo geral, a sua noção, assim como a do neoliberalismo, reforça um caráter tecnicista, ou de determinismo tecnológico, quer econômico, quer das novas máquinas, submetendo a condição humana a esses determinantes e anulando a condição do homem como sujeito da história.

No contexto da chamada globalização, concebida sob a hegemonia neoliberal, verifica-se o crescimento das desigualdades sociais em todos os países do mundo, tendo como conseqüência o avanço da miséria nos países dominados pelo imperialismo. O avanço científico e tecnológico na produção, concebido no cenário do determinismo econômico e do mercado (neoliberalismo), tem trazido como conseqüência o aumento do desemprego, do subemprego, da pobreza e da miséria social (HARVEY, 1992), (ANTUNES, 2000). O mercado é para os vencedores; para perdedores, a miséria.

⁵ O G8 é formado pelo antigo G7 mais a Rússia. Aquele é formado pelos Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Canadá e Japão.

Nesse cenário, Harvey considera que esteja ocorrendo uma “crescente convergência entre sistemas de trabalho ‘terceiomundistas’ e capitalistas avançados”, apontando para o retorno de “sistemas mais antigos de trabalho doméstico” (HARVEY, 1992, p. 145). A referida convergência não se trata da aproximação dos países ditos terceiomundistas em relação aos países ditos de capitalismo avançado, no que diz respeito à garantia dos direitos nas relações de trabalho pelos trabalhadores. Trata-se, na verdade, de exportação dos sistemas de relações de trabalho precarizadas no países de capitalismo atrasado, para os países de capitalismo avançado.

Para ANTUNES (2000, p. 143), que caracteriza esse cenário como constituído a partir de uma “lógica mundializada do capital (e do mercado)”, ocorre

uma nítida redução do proletariado fabril, industrial, manual, especialmente nos países de capitalismo avançado, quer em decorrência do quadro recessivo, quer em função da automação, da robótica e da microeletrônica, gerando uma monumental taxa de desemprego estrutural (*Ibid.*, p. 52).

Segundo o mesmo autor, registra-se uma tendência à “subproletarização do trabalho, presente nas formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, ‘terceirizado’, vinculados à ‘economia informal’, entre tantas modalidades existentes” (*Ibid.*, p. 52).

No âmbito das bases materiais de produção esse fenômeno pode ser traduzido como precarização nas relações de trabalho, associada ao movimento de reestruturação produtiva capitalista. Os efeitos das novas tecnologias, assim, que poderiam conduzir à libertação humana, tornam-se a sua prisão. A globalização que poderia significar a aproximação entre os povos, exprime-se, desse modo, num fenômeno de segregação e apartação social. Ou como escreve Ianni:

(...) as maravilhas da ciência e da técnica não se traduzem necessariamente na redução ou eliminação das desigualdades sociais entre grupos, classes, coletividades ou povos. Ao contrário, em geral preservam, recriam ou aprofundam as desigualdades. Tanto é assim que, nas últimas décadas do século XX, as ciências sociais estão elaborando conceitos como os de ‘desemprego estrutural’, ‘subclasse’ e ‘quarto mundo’, ou recuperando noções como as de ‘marginalidade’, ‘periferia’, ‘pobreza’, ‘miséria’ e ‘exclusão’, para caracterizar as condições sociais de vida não só de grupos e classes, mas de amplas coletividades e, às vezes, povos inteiros (grifos do autor) (IANNI, 1995, p. 157).

Aos conceitos que as ciências sociais estão elaborando, conforme indicou Ianni, decorrentes do cenário político, econômico e social das “últimas décadas do século XX” – período histórico de hegemonia neoliberal e da afirmação da noção de

globalização – deve ser acrescido o conceito de relações de gênero associado às condições de trabalho. Evidencia-se que o mercado de trabalho, as relações de trabalho, as condições de trabalho, não podem ser vistas dissociadas da condição concreta do homem e da mulher, enquanto sujeitos históricos neles inseridos. Não que esse seja um fenômeno novo. Novos são os estudos⁶ sobre ele.

No Brasil, como nos demais países, a inserção do modelo econômico neoliberal (governos Fernando Collor de Mello, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva) esteve sempre vinculada à noção de inevitabilidade da globalização. Significou a privatização das empresas públicas estatais, incorrendo num aprofundamento da desnacionalização⁷ da economia brasileira.

Dentro desse processo, bancos públicos brasileiros passaram para o controle de bancos dos países imperialistas⁸, o mesmo ocorrendo com indústrias de base – aço, minérios, subsolo, dentre outros, – que também foram vendidas a empresas ou grupos de empresas transnacionais, como também do setor de serviços – telefonia, distribuição de energia, controle de rodovias pedagiadas, etc., que foram privatizadas.

A obediência dos governantes brasileiros no cumprimento das determinações neoliberais, assim como ocorreu nos demais países, não significou a revitalização da nossa economia. Pelo contrário, o Brasil virou o milênio numa situação marcada pelo

⁶ A mulher ou as mulheres como objetos e sujeitos de estudo, no entanto, aparecem de forma tardia para as ciências humanas e sociais. É um tema que aparece como reflexo de uma “reviravolta na história, nas últimas décadas” que “debruçando-se sobre temáticas e grupos sociais até então excluídos do seu interesse, contribui para o desenvolvimento de estudos sobre as mulheres. Fundamental, neste particular, é o vulto assumido pela história cultural, preocupada com as identidades coletivas de uma ampla variedade de grupos sociais: os operários, camponeses, escravos, as pessoas comuns. Pluralizam-se os objetos da investigação histórica, e, nesse bojo, as mulheres são alçadas à condição de objeto e sujeito da história” (SOIHET, 1997, p. 275).

⁷ O conteúdo da desnacionalização da economia exprime-se pela passagem de controle não só de empresas públicas, mas de empresas privadas de capitalistas brasileiros, para grupos econômicos transnacionais. Isso ocorreu nos vários setores da economia, desde a siderurgia à produção de sementes e insumos para a agricultura, aos bancos, comércio varejista, setores de serviços, etc. A própria *Empresa* que constitui o campo empírico de investigação dessa pesquisa, é um exemplo deste fenômeno.

⁸ O imperialismo, entendido como “etapa superior do capitalismo”, é, de acordo com LÉNINE (1982, p. 641-642), definido por 5 traços fundamentais: “1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse ‘capital financeiro’, da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; e, 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes”.

aprofundamento da miséria e da fome para amplos setores da sua população. O desemprego só aumenta e o colapso social atinge todas as cidades e o campo brasileiros.

Isso traduz o grau de contradições que marca as necessárias metamorfoses que o capitalismo precisa operar para a sua manutenção. Além da contradição entre os interesses da classe trabalhadora e os das classes capitalistas, que exprimem a essência do modo de produção capitalista, portanto, contradição insolúvel nesse modo de produção, a natureza atual do capitalismo expressa as contradições entre os países imperialistas, ditos de “centro”, e os países dominados, sob as condições de colônias ou semi-colônias, ditos “de periferia”. Essa é a contradição principal que atravessa a realidade do capitalismo brasileiro, isto é, de um capitalismo burocrático em que são mantidas as suas forças produtivas prisioneiras dos interesses imperialistas, de uma grande burguesia atrasada e de uma classe de latifundiários associados e submissos à divisão internacional do trabalho imposta pelo imperialismo. O grau de exclusão social e de miséria da maior parte do povo brasileiro, e especialmente dos trabalhadores do campo e da cidade, decorre fundamentalmente desses tipos de contradição.

O processo de globalização da economia, na esfera do neoliberalismo, tem se traduzido na expressão da diminuição da soberania dos países pobres, sob o controle dos países imperialistas. Exprime na verdade, uma nova divisão internacional do trabalho, em que apenas algumas regiões pobres do planeta, que são interessantes para o mercado globalizado, são incorporadas como nações colonizadas ou semi-colônias, fornecedoras de matérias-primas e insumos primários, como a soja, o café e o minério de ferro.

Outras regiões do planeta como alguns países da África negra, com mais da metade da sua população na condição de soropositiva *HIV*, são ocultadas pelos ideólogos da globalização imperialista. A esse respeito apoiamo-nos em CHESNAIS (1996, p. 18), para quem “não é todo o planeta que interessa ao capital, mas somente partes dele. (...) Hoje em dia, muitos países, certas regiões dentro de países, e até áreas continentais inteiras (na África, na Ásia e mesmo na América Latina) não são mais alcançados pelo movimento da mundialização do capital, a não ser sob a forma contraditória de sua própria marginalização.”

Nesse sentido também poderemos concordar com FARIA (1999, p. 41), para quem “a globalização é um processo que se desenvolve a partir das relações sociais de produção e, ao mesmo tempo, as afeta desde os primórdios da história”, acrescentando que ela decorre, em última instância, das forças produtivas, traduzidas pelas riquezas naturais que cada região pode oferecer para a economia mundial globalizada pelos países ricos.

Na sociedade brasileira atual verificam-se, como continuidade do que vinha ocorrendo nas décadas de 1980 e 1990, relações de trabalho precarizadas, calcadas no aumento do desemprego e dos subempregos. Uma das explicações do desemprego está associada ao incremento tecnológico da produção. De acordo com SANTOS (1994, p. 27) “a automatização reduziu empregos nas atividades produtivas e cada vez mais estão condicionadas aos computadores”. É verdade que a automação, principalmente a microeletrônica computadorizada, reduz o uso da força de trabalho nos processos produtivos. Tanto atividades ocupacionais manuais como aquelas de caráter intelectuais repetitivas, passam a ser executadas pelas máquinas. A natureza do desemprego, todavia, está associada preponderantemente à lógica de acumulação capitalista e à forma submissa a ela como os governantes concebem e gerenciam as políticas macroeconômicas.

Antunes, analisando o incremento tecnológico na produção, afirma que

com a robotização e a automação dos processos produtivos, a mão de obra não especializada tornou-se, gradativamente, um fator menos importante na formação final do produto. Dessa maneira, presenciou-se um desaparecimento de antigas profissões e a criação de atividades exigindo, conseqüentemente, alta qualificação (ANTUNES, 2000, p. 99).

Não há dúvida de que o crescente uso das ciências aos processos produtivos – tecnologia⁹ – propiciam condições para a libertação humana da fadiga do trabalho muitas vezes embrutecedor, bem como potencializam a produção em termos da quantidade, da variedade e da qualidade de bens úteis. Não há contradição entre o uso da ciência e da técnica e o progresso da civilização. O que ocorre é que a sujeição da ciência e da técnica pela acumulação privada de capital vem

⁹ A aplicação das ciências aos processos produtivos se constitui em um dos conceitos de tecnologia. Tecnologia, no entanto, não se resume a essa noção. Ela “transcende a dimensão puramente técnica”. Envolve aspectos relacionados à “engenharia de produção, qualidade, gerência, marketing, assistência técnica, vendas, dentre outras”, constituindo-se como “um vetor fundamental de expressão da cultura das sociedades” (BASTOS, 1998, p. 32).

aprofundando as desigualdades sociais e aumentando os índices de miséria no capitalismo mundializado.

A se manter o uso da inovação tecnológica, segundo a noção dada pela globalização neoliberal os efeitos podem se traduzir exatamente na negação da globalização.

O termo globalização é usado por TAVARES (1999, p. 23) entre aspas. Ela percebe a “globalização’ como um conjunto de políticas que traduzem a iniciativa de uma potência dominante, os EUA, que se propõem exercer um papel hegemônico em relação a seus parceiros e competidores.” Nesse sentido implica “uma perda relativa de autonomia da maioria dos Estados nacionais”. (*Ibid.*, p. 24)

De acordo com essa mesma autora

A lógica do movimento de globalização tem, desde a sua origem, um caráter de concorrência predatória e de especulação patrimonialista, que só podem ser contidas e reguladas por novas formas de renovação e reforço dos mecanismos de intervenção dos Estados nacionais (*Ibid.*, p. 24).

As ações predatórias tanto na dimensão social quanto nos aspectos ambientais seriam, portanto, as principais características do que estamos denominando por globalização neoliberal. O seu contrário, o que estamos concebendo como globalização humana, estaria associada à dimensão da integração dos povos tendo como seu agente a classe que vive do próprio trabalho, tal qual foi cunhado por MARX e ENGELS (1984, p. 45), no *Manifesto do Partido Comunista*, de 1948, com a consígnia “proletários de todos os países, uni-vos!” O significado da globalização humana, nesse sentido, poderia ser traduzido pela concretização “dos princípios de liberdade e igualdade em escala mundial”, tal qual sugerido por IANNI (1995, p. 109), ao definir a condição de “cidadania do cidadão do mundo”. Para essa definição esse autor adota como referência a Declaração Universal dos Direitos do Homem, promulgada pela ONU, em 1948. Essa Declaração estabelece que:

“*Artigo 1:* Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e **devem agir uns para com os outros com espírito de fraternidade.** *Artigo 2:* Cada qual pode prevalecer-se de todos os direitos e de todas as liberdades proclamadas na presente Declaração, sem distinção alguma, sobretudo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou qualquer outra opinião, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. Ademais, não será feita **nenhuma distinção fundada sobre o estatuto político, administrativo ou internacional do país ou território de que alguém seja proveniente**, seja esse território independente, sob tutela ou

autônomo, ou sofra qualquer outra limitação de soberania. (...) *Artigo 6:* Cada qual tem o direito ao reconhecimento, em todo lugar, de sua personalidade jurídica¹⁰ (grifo nosso) (IANNI, 1995, p. 109-110).

Os princípios da união entre aqueles que vivem do próprio trabalho, apontados por Marx e Engels; da ação uns para com os outros, de modo fraterno, e da igualdade fundada no estatuto político da Declaração Universal dos Direitos do Homem, constituem elementos importantes da globalização humana. Essa, no entanto, só seria concretizada fora da lógica dos competidores e da dominação do mercado sobre os homens. Isso implica em compreender a essência da auto-determinação dos povos e do internacionalismo ante à pseudo-integração da globalização de mercado, como foi definida por TAVARES (1999).

Gray sintetiza o significado de “globalização”, afirmando que

no sentido em que é usado pelos políticos, refere-se ao livre-mercado global que foi construído no final da Guerra Fria, mas na realidade não significa mais que a ampliação e o aprofundamento das conexões que vêm sendo criadas pelo mundo pela nova tecnologia de informação e comunicação, que elimina ou encolhe o tempo e a distância. (...) A globalização dá origem à desglobalização. Ao intensificar a competição por recursos naturais e apressar a propagação de armas de destruição em massa, a disseminação da nova tecnologia pelo mundo amplia alguns dos mais perigosos conflitos humanos. Os utopistas neoliberais esperavam que a globalização enchesse o mundo de repúblicas liberais, unidas entre si pela paz e pelo comércio. A história está respondendo com um florescimento da guerra, da tirania e do império (GRAY, 2004, p. 133-134).

CHESNAIS (1996, p. 17) prefere a expressão “mundialização do capital” à “globalização”, traduzida por “capacidade estratégica de todo grande grupo oligopolista, voltado para a produção manufatureira ou para as principais atividades de serviços, de adotar, por conta própria, um enfoque e conduta ‘globais’”. Para o mesmo autor, os termos “globais” e “globalização” são “vagos e ambíguos”, apresentando “falta de nitidez conceitual”, que “invadiram o discurso político e econômico cotidiano com tanto maior facilidade pelo fato de serem cheios de conotações (e por isso utilizados, de forma consciente, para manipular o imaginário social e pesar nos debates políticos)” (grifos do autor) (*Ibid.*, p. 24).

De acordo com Chesnais

a mundialização do capital e a pretensão do capital financeiro de dominar o movimento do capital em sua totalidade não apagam a existência dos

¹⁰ Nota do autor: Declaração Universal dos Direitos do Homem, ONU, Paris, 10 de dezembro de 1948, reproduzida por Kátia M. de Queirós Matoso (organizadora), **Textos e Documentos para o Estudo da História Contemporânea (1789-1963)**, Editora Hucitec, São Paulo, 1977, pp. 186-190; citação da p. 187.

Estados nacionais. Esses processos, no entanto, acentuam os fatores de hierarquização entre os países, ao mesmo tempo que redesenham sua configuração. O abismo que separa os países participantes, mesmo que marginalmente, da dominação econômica e política do capital monetário rentista, daqueles que sofrem essa dominação, alargou-se ainda mais. Mas a mundialização também foi acompanhada de modificações nas relações políticas, agora entendidas como relações internas às burguesias imperialistas (CHESNAIS, 1996, p. 18-19).

A guerra de dominação imperialista como as que estão ocorrendo no Afeganistão e no Iraque, sob a intervenção norteamericana, longe de levar a paz e a “democracia”, levou destruição, mortes, misérias e indignação. A resistência das nações e povos sob a dominação imperialista só tem aumentado nesse contexto. Assim, na primeira Guerra do Golfo todas as “burguesias imperialistas” – usando o conceito de Chesnais – teriam se unido em torno de uma Resolução da ONU contra o Iraque. Já na atual ocupação daquele país, iniciada em 2003, pelas burguesias estadunidenses e inglesas, principalmente, outras “burguesias imperialistas”, como as francesas e as alemãs por exemplo, não aderiram ao processo de “partilha do mundo¹¹”, no que tange ao que se configurou nas principais análises como a guerra pelo petróleo iraquiano.

O fenômeno da “globalização” da economia capitalista, em face dos contornos que assumiu, constitui-se em elemento fundamental para a compreensão dos aspectos macrossociais e macropolíticos que atingem o conjunto dos processos do trabalho e o cotidiano de todos os cidadãos. A compreensão da totalidade social, sob a qual as relações de gênero estão vinculadas aos processos produtivos, que são investigadas neste trabalho, requer um aprofundamento maior das bases materiais e dos processos de produção, a serem explorados no Capítulo seguinte.

¹¹ LÉNINE (1982, p. 642).

2 MUDANÇAS NO PROCESSO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: TENDÊNCIAS DE RECONVERSÃO PARA UM NOVO PADRÃO DE ACUMULAÇÃO

2.1 O PADRÃO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL DE BASE TAYLORISTA-FORDISTA E A DIVISÃO TÉCNICA E SOCIAL DO TRABALHO

A designação dos postos de trabalho e a forma de distribuição ocupacional que caracterizam a racionalidade produtiva no capitalismo obedecem, em primeira instância, aos objetivos da ampliação da extração de mais-valia. Ou seja, são concebidas de modo a potencializar o aumento de lucros do capital, como bem caracterizou Marx no desenvolvimento da teoria da mais-valia.

Essa é uma característica básica que compõe o eixo central de sustentação da lógica da administração da produção capitalista. As diferentes formas de estruturação dos modelos de administração e de organização dos processos produtivos empresariais são determinadas, portanto, para atender os fins do capital. A administração não pode, nesse sentido, ser “abstraída de seus determinantes sociais”, como afirmou PARO (1996, p. 18). Ao contrário, ela precisa ser vista, seguindo a base do pensamento do mesmo autor, no âmbito das relações econômicas, políticas e sociais que a determinam. A administração da produção capitalista, desse modo, expressa-se enquanto uma administração socialmente determinada e direcionada para atender os fins do capital.

Isso não significa, todavia, que toda administração esteja presa aos determinantes do capital. A administração se constitui como algo necessário ao homem na medida em que ele necessita “utilizar racionalmente os meios de que dispõe” (*Ibid.*, p. 19) para a produção da sua existência. A sua finalidade é determinada pela natureza das relações sociais que os homens estabelecem entre si no controle dos recursos utilizados na produção e na própria produção.

Com base nesses pressupostos, é possível se conceber a análise das características dos processos produtivos desenvolvidos pelas empresas capitalistas, no âmbito de um paradigma taylorista-fordista, sendo aqui tomada a noção de paradigma como sinônimo de modelo e de padrão.

Falar de taylorismo remete a Taylor¹², nascido em 1856, em Philadelphia, nos Estados Unidos, cujos princípios definidos para a organização dos processos de trabalho, sob “o sistema de direção científica”, têm por base, segundo Vegara:

- a ciência em vez do empirismo; - a harmonia em vez de discórdia; - o espírito de equipe em vez do individualismo; - o rendimento ótimo e não um rendimento voluntariamente amortecido; - o aperfeiçoamento de cada homem, até que possa alcançar a eficiência e a prosperidade máximas. (VEGARA, 1974, p. 16).

De acordo com esse mesmo autor, o contexto histórico em que se desenvolveu a Organização Científica do Trabalho – OCT, e que se operou a difusão do taylorismo, como seu conteúdo, correspondeu às

necessidades internas do capitalismo na sua fase monopolista, na qual a ampliação de mercados tornava possíveis as grandes séries de produção, com o conseqüente desenvolvimento das máquinas-ferramentas especializadas cuja difusão provocou um importante aumento numérico dos operários especializados, com o que, afinal, a questão da preparação e organização do trabalho se colocou no centro dos problemas internos das fábricas capitalistas. (*Ibid.*, p. 151)

O movimento da gerência científica iniciado por Taylor “significa um empenho no sentido de aplicar os métodos da ciência aos problemas complexos e crescentes do controle do trabalho nas empresas capitalistas em expansão” (BRAVERMAN, 1987, p. 82). Para o mesmo autor, “Taylor ocupava-se dos fundamentos da organização dos processos de trabalho e do controle sobre ele” (*Ibid.*, p. 83).

A relação entre o taylorismo e o fordismo é concebida na construção deste trabalho numa perspectiva de complementariedade, ou seja, do fordismo como complemento dos princípios tayloristas, no mesmo sentido da definição constituída por Moraes Neto, que afirma que

o fordismo é um desenvolvimento da proposta de Taylor; nada mais é do que a utilização de elementos objetivos do processo, de trabalho morto, para objetivar o elemento subjetivo, o trabalho vivo. O entendimento do fordismo como um desenvolvimento do taylorismo é uma coisa generalizada na literatura (MORAES NETO, 1986, p. 229).

¹² Frederick Winslow Taylor, filho de um advogado, de acordo com VEGARA (1974, p. 14), “viu-se obrigado a abandonar os seus estudos universitários devido a um defeito na vista; por esse motivo, iniciou a sua aprendizagem como modelista, mas, devido à situação do mercado da força de trabalho em 1878, apenas conseguiu entrar como indiferenciado na Midvale Steel Co., empresa dentro da qual rapidamente subiu, até ser designado engenheiro-chefe, em 1884, ao mesmo tempo que concluía os correspondentes estudos; em 1890 abandonou a Midvale Co. Durante este período realizou estudos sistemáticos sobre diversos aspectos do trabalho: sistema de prêmio diferencial, causas do amortecimento operário da produção, cronometragem das operações, etc.”

Para sustentar essa afirmação, Moraes Neto se apóia em M. Aglietta¹³, para quem “é o fordismo que aprofunda o taylorismo” e em B. Coriat¹⁴, que afirma que “é o fordismo que leva o taylorismo a uma espécie de perfeição” (*Ibid.*, p. 229-230).

HARVEY (1992, p. 121), pondera que o fordismo teve início em 1914, quando este “introduziu seu dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha automática de montagem de carros que ele estabeleceu no ano anterior em Dearborn, Michigan”.

Para Moraes Neto o fordismo se caracteriza como

socialização da proposta de Taylor, pois enquanto este procurava administrar a forma de execução de cada trabalho individual, o fordismo realiza isso de forma coletiva, ou seja, a administração pelo capital da forma de execução das tarefas individuais se dá de uma forma coletiva, pela via da esteira (MORAES NETO, 1991, p. 36).

O fordismo não suplantou o taylorismo. Ao contrário, é a sua complementação, sendo utilizado concomitantemente em diversos ambientes fabris, ou como afirma AGLIETTA¹⁵ *apud* MORAES NETO (1991, p. 35): “o fordismo abraça os princípios do taylorismo e os coloca mais efetivamente em prática, para obter uma intensificação ainda maior do trabalho. (...) Aprofundou o taylorismo no processo de trabalho”.

A concretização do modelo fordista só se efetiva a partir da utilização da maquinaria como força motriz empregada nos processos da produção capitalista, ou seja,

a máquina se converte nas mãos do capital em um meio objetivo e sistematicamente aplicado para arrancar mais trabalho dentro do mesmo tempo. Isto se consegue de uma dupla maneira: aumentando a velocidade das máquinas e estendendo o raio de ação da maquinaria que há de vigiar o mesmo trabalhador, ou seja, o raio de trabalho deste (MARX¹⁶ *apud* MORAES NETO, 1991, p. 39).

Uma das características fundamentais do fordismo é a composição da “linha de montagem”. Segundo o próprio Ford, ela obedece aos seguintes princípios:

1º) Trabalhadores e ferramentas devem ser dispostos na ordem natural da operação, de modo que cada componente tenha a menor distância possível a percorrer da primeira à última fase.

2º) Empregar planos inclinados ou aparelhos concebidos de modo que o operário sempre ponha no mesmo lugar a peça que terminou de trabalhar,

¹³ AGLIETTA, M. **A theory of capitalist regulation – the US experience**. Londres, NLB, 1979, p. 118.

¹⁴ CORIAT, B. **Ciência técnica y capital**. Madrid: H. Blume Ediciones, 1976, p. 107.

¹⁵ AGLIETTA, M. *Op. cit.*, p. 117.

¹⁶ MARX, Karl. **El capital**. 8ª ed. México, Fondo de Cultura Económica, 1973.

indo ela à mão do operário imediato por força do seu próprio peso sempre que isto for possível.

3º) Usar uma rede de deslizadeiras por meio das quais as peças a montar se distribuam a distâncias convenientes.

O resultado dessas normas é a economia de pensamento e a redução ao mínimo dos movimentos do operário, que, sendo possível, deve fazer sempre uma só coisa com um só movimento (FORD¹⁷ *apud* MORAES NETO, 1991, p. 47-48).

Fazer “uma só coisa com um só movimento”, economizar o pensamento e reduzir os movimentos, exprimem as ações concebidas para o exercício profissional do trabalhador sob os processos de trabalho segundo o modelo fordista: trabalho fragmentado, em parcelas, na linha de montagem. Trata-se de um fenômeno que se caracteriza pela simplificação do trabalho vivo – trabalho do homem – passando este a se submeter ao trabalho morto – trabalho da máquina. O trabalhador torna-se, desse modo, quase um autômato em relação à linha de montagem e aos braços da máquina¹⁸.

GOUNET (1999, p. 18-19), para quem Ford teria aplicado os métodos do taylorismo, explica que o fordismo se aplica a partir de cinco transformações nos processos produtivos, assim sintetizados:

1. *Produção em massa*, a partir da racionalização extrema das operações “efetuadas pelos operários e combater os desperdícios, principalmente o de tempo”;
2. *Parcelamento das tarefas*, segundo as quais “um operário faz apenas um número limitado de gestos, sempre os mesmos, repetidos ao infinito durante sua jornada de trabalho”;
3. *Linha*, como mecanismo que liga “os trabalhos individuais sucessivos” e “fixa uma cadência regular de trabalho, controlável pela direção da empresa”;
4. *Integração vertical*, como forma de “controle direto de um processo de produção de cima a baixo”; e,
5. *Linhas automatizadas* associando a estas o incentivo da remuneração dos trabalhadores, dobrando-a em relação aos concorrentes.

¹⁷ FORD, Henry. **Minha vida e minha obra**. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1926, p. 78.

¹⁸ A produção cinematográfica do filme *Tempos Modernos*, de Charles Chaplin, retrata bem esse processo.

A essa última característica das transformações dos processos produtivos, de acordo com Gounet, nessa concepção fordista, é exigido, em janeiro de 1914, que o trabalhador, para ser admitido em sua empresa, deve “dar provas de boa conduta, ou seja, não ser uma mulher, não beber, destinar seu dinheiro à família...” (GOUNET, 1999, p. 20).

Constata-se, desse modo, que o processo de reconversão produtiva sobre o controle do capital e, portanto, com o objetivo de aumentar a produtividade e conseqüentemente aumentar a produção de mais-valia para o capital, não se deu num clima de harmonia entre a burguesia e o proletariado. Pelo contrário, o desenvolvimento da história concebido a partir da “crítica da economia política” (MARX, 1994), isto é, da teoria do materialismo histórico e dialético e, portanto, da luta de classes e da caracterização das forças produtivas e das relações sociais de produção, comprova que o incremento da tecnologia, longe de ser um aspecto neutro, reveste-se de um profundo uso material, político e ideológico para se assegurar os fins do capital.

Analisando a relação entre o conteúdo do trabalho dos trabalhadores, a divisão ocupacional, e a qualificação dos respectivos ofícios no complexo industrial da montagem de automóvel, Ford classifica o tempo de aprendizagem do seguinte modo: “43% não requerem mais que 1 dia; 36% requerem de 1 até 8; 6% de 1 a 2 semanas; 14% de 1 mês a 1 ano; 1% de 1 a 6 anos. Esta última categoria de trabalhos requer grande perícia como a fabricação de instrumentos e a calibragem” (FORD *apud* MORAES NETO, 1991, p. 63-64).

Verifica-se que cerca de 85% dos trabalhos requerem bem menos de 2 semanas para a qualificação, o que demonstra o grau de simplificação do trabalho, potencializando o completo controle da concepção, do planejamento e do destino da produção pela gerência em detrimento dos trabalhadores operacionais. Esse processo aprofunda o caráter de *objetivação do trabalho* que Marx já identificara na análise do trabalho alienado contido nos processos de produção capitalistas, e o expressara nos *Manuscritos Econômico-filosóficos*, escritos em 1844, segundo o qual “o objeto produzido pelo trabalho, o seu produto, se lhe opõe como ser estranho, como um poder independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, que se transformou em coisa fixa, é a objetivação

do trabalho. A realização do trabalho constitui simultaneamente a sua objetivação” (MARX, 1993, p. 159).

O fordismo, como forma racional de organização do trabalho articulada à maquinaria, engendrado ao longo do século XX, traz, portanto, como premissa o processo de objetivação do trabalho. Somente dentro desta constatação pode-se verificar a natureza da divisão técnica do trabalho, em geral, e da divisão sexual do trabalho, em particular.

A standardização, a cronometrização, o controle de tempos e movimentos, os postos de trabalho, a linha de montagem, os produtos homogêneos são elementos que traduzem essa racionalidade.

Com base no que foi estabelecido pelo próprio Ford com relação ao tempo necessário para a aprendizagem dos ofícios contidos na sua indústria automotiva, de acordo com seu padrão, depreende-se o caráter da “polarização das qualificações”, constituindo-se numa imensa massa de trabalhadores com baixa exigência de qualificação, sobretudo daqueles destinados à linha de montagem, de um lado, e um pequeno segmento de trabalhadores dos quais exige-se um grau de qualificação bastante complexo, como é o caso daqueles destinados à fabricação e calibragem de instrumentos e às atividades de manutenção, do outro lado. Segundo HIRATA (1994, p. 127), de acordo com a tese de polarização das qualificações, defendida por H. Braverman e publicada em 1974, “a modernização tecnológica estaria criando, de um lado, uma massa de trabalhadores desqualificados e, de outro, um punhado de trabalhadores superqualificados”. Hirata afirma que essa mesma compreensão é comungada por vários pesquisadores¹⁹ no campo da

Sociologia do Trabalho como FREYSSINET (1977); H. KERN e M. SCHUMANN (1980); A. SORGE, et alii (1983), etc.

Para Braverman

¹⁹ FREYSSINET, M. **La division capitaliste du travail**. Paris: Savelli, 1977.

KERN, H., SCHUMANN, M. Cambio técnico y trabajo industrial, con polarización tendencial de las capacidades medias. In: LABARCA, G. **Economía política de la educación**. México: Nueva Imagem, 1980.

SORGE, A. et al. Polarisation ou dépoliarisation de la structure des qualifications. **Formation-Emploi**, n. 2, 1983.

quanto mais a ciência é incorporada no processo de trabalho, tanto menos o trabalhador compreende o processo; quanto mais um complicado produto intelectual se torne a máquina, tanto menos controle e compreensão da máquina tem o trabalhador. Em outras palavras, quanto mais o trabalhador precisa de saber a fim de continuar sendo um ser humano no trabalho, menos ele ou ela conhece (BRAVERMAN, 1987, p. 360).

Esse mesmo autor vê no modo de produção capitalista a degradação da qualificação associada ao processo de “deterioração do trabalho”. Ele afirma que:

no modo capitalista de produção, a extensão de uma ‘escolaridade’ cada vez mais vazia combinada com a redução do trabalho a tarefas simples e fáceis representa um desperdício de anos na escola e uma desumanização nos anos seguintes. Esse sistema é compreendido por seus apologistas como exemplificando a eficiência elevada ao máximo grau; onde um engenheiro pode dirigir cinquenta trabalhadores, argumentam eles, não há necessidade de ‘desperdiçar’ os recursos da sociedade em educar a todos nos padrões da Engenharia. Esta é a lógica do modo capitalista de produção que, em vez de denunciar as relações sociais hierárquicas pelas quais acumula riqueza nas mãos dos proprietários da sociedade, prefere deixar o trabalhador ignorante a despeito dos anos de escolaridade, e roubar a humanidade no seu direito inato de trabalho consciente e magistral (grifos do autor) (*Ibid.*, p. 377).

Com esse processo de desumanização do trabalho, a habilidade particular e individual de cada trabalhador “desaparece diante da ciência, das enormes forças naturais e da massa de trabalho social que, incorporadas ao sistema mecânico, constituem o poder do **Mestre e Senhor**”. Estes expressos pela “maquinaria e seu próprio monopólio”. É o que constatou Marx, ao analisar o trabalho com as máquinas, em *O Capital*. Para esse autor

a subordinação técnica do operário à marcha uniforme do meio de trabalho e a composição particular do corpo de trabalho, formado por indivíduos de idade e sexo diferentes, criam uma disciplina bem militar, que se torna o regime absoluto das fábricas e desenvolve, amplamente, o já mencionado trabalho dos supervisores e a distinção dos operários em trabalhadores e supervisores, em soldados e suboficiais da indústria (MARX²⁰ *apud* GORZ, 1996, p. 32).

A racionalidade taylorista-fordista de organização da produção exprime, nesse sentido, um processo de aperfeiçoamento dos instrumentos e meios de controle do capital sobre o trabalho. Taylor e Ford podem ser considerados brilhantes intelectuais operadores da funcionalidade da dominação do capital, que, no século XX, aperfeiçoaram as formas de controle da produção que já estavam dadas no processo de consolidação da maquinaria, tal qual constatou Marx conforme apontado acima. O que Taylor e Ford fizeram foi, a partir da base técnica existente

²⁰ MARX, Karl. **Da manufatura à fábrica automática.**

em seu tempo, criar novos mecanismos de trabalho que garantissem o aumento da produtividade, da produção e da geração de mais-valia para os capitalistas. E isso só seria possível com o aperfeiçoamento da heterogestão da produção operada por meio do aprofundamento da separação entre quem concebe e quem executa o trabalho. Constitui, assim, em paradigma que, nascendo da fábrica, como produção em massa, se espalhou para o conjunto da sociedade consubstanciada no consumo de massas.

A compreensão da natureza do paradigma taylorista-fordista pode ser dada pela perspectiva gramsciana segundo a qual, “a hegemonia nasce da fábrica e necessita apenas, para ser exercida, de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia” (GRAMSCI, 2001, p. 247-248). A vida se tornaria “fordizada”, de indivíduos “fordizados” e de cultura “fordizada”: cenário para novas contradições. Para Gramsci

a vida na indústria exige um aprendizado geral, um processo de adaptação psicofísica a determinadas condições de trabalho, de nutrição, de habitação, de costumes, etc., que não é algo inato, ‘natural’, mas exige ser adquirido, ao passo que as características urbanas adquiridas são transferidas por herança ou absorvidas no decorrer da infância e da adolescência (grifo do autor) (*Ibid.*, p. 251).

Traduz, assim, o significado da hegemonia a partir da relação entre a infraestrutura como “a vida na indústria” e as “determinadas condições de trabalho” e as dimensões da superestrutura, como dos “costumes”, etc. Essa é a natureza da “civilização técnica ou mecânica”. Para Gramsci, “o herói” dessa civilização “não é um ser sem cadeias: é um ser silencioso que sabe levar suas cadeias de ferro até os céus” (*Ibid.*, p. 254).

Para o mesmo autor, o “americanismo” – expressão utilizada para caracterizar a racionalização do trabalho – traduz uma “consciência do objetivo” na formação do “tipo novo de trabalhador e de homem”. Gramsci afirma que

Taylor expressa com brutal cinismo o objetivo da sociedade americana: desenvolver em seu grau máximo, no trabalhador, os comportamentos maquinais e automáticos, quebrar a velha conexão psicofísica do trabalho profissional qualificado, que exigia uma certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal (*Ibid.*, p. 266).

2.2 CARACTERÍSTICAS DO PARADIGMA TOYOTISTA OU DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

O advento das características dos processos de produção concebidos segundo a racionalidade toyotista tem por base o incremento tecnológico na produção. Para a sua compreensão, torna-se, portanto, necessário explicitar o conceito de tecnologia que utilizou-se na realização deste trabalho.

A tecnologia é vista, não de forma restrita, mas a partir da sua natureza ampliada, tal como a definição elaborada por Bastos, segundo o qual:

a capacidade de perceber, compreender, criar, adaptar, organizar e produzir insumos, produtos e serviços. Em outros termos, a tecnologia transcende a dimensão puramente técnica, ao desenvolvimento experimental ou à pesquisa em laboratório; ela envolve dimensões de engenharia de produção, qualidade, gerência, marketing, assistência técnica, vendas, dentre outras, que a tornam um vetor fundamental de expressão da cultura das sociedades (BASTOS, 1998, p. 32).

Com base nessa definição, depreende-se que a noção de tecnologia exprime uma relação social de cuja materialidade dependem os homens e mulheres para a produção dos bens necessários à sua existência. Logo, a tecnologia traz consigo a sua historicidade, permeando todos os processos de produção de seus artefatos, desde o machado de pedra até ao robô de última geração, sem deixar de incluir a linguagem como elemento tecnológico.

Entender a tecnologia enquanto relação social significa tomá-la como objeto crivado por disputas nos seus mais variados aspectos. No caso do capitalismo, essa pugna ocorre invariavelmente como decorrência da luta de classes pelo controle dos meios de produção, dos processos de trabalho, dos produtos do trabalho e do próprio conteúdo do trabalho.

A compreensão deste contexto constitui-se na parte fundamental para o desenvolvimento da apreensão teórica dos determinantes do cenário, sob o qual os sujeitos históricos se manifestam na produção, a partir das suas condições de classe, gênero, etnia, idade, ou seja, pela sua identidade sócio-cultural.

O sentido da reestruturação produtiva, desenvolvido neste estudo, adota o conceito de trabalho elaborado por Marx, compreendendo a sua dupla dimensão. A primeira é definida como sendo o trabalho concreto, “criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade –, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio

material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana.” (MARX, 1994, p. 50). A segunda, corresponde ao trabalho abstrato, sob a forma de mercadoria, direcionado para produzir mais-valia, ou seja, o excedente de trabalho que o trabalhador executa e é apropriado pelo capitalista. Essa segunda forma é caracterizada por Marx como trabalho alienado, que leva à constituição de seres unilaterais.

No capitalismo, o trabalho concreto, que produz a vida, segundo Marx, está subordinado ao trabalho abstrato, alienado, que produz mercadoria. A reestruturação produtiva, deste modo, corresponde à reconversão dos processos de trabalho na forma de produção de coisas úteis, subordinada à produção de mercadoria.

Os contornos da reestruturação produtiva, a partir de 1973, foram motivados, dentre outros fatores, pela crise no regime de acumulação do capitalismo em escala mundial, envolvendo os processos produtivos, tanto no que diz respeito à base técnica quanto às formas de organização da produção, calcada no modelo taylorista-fordista, de racionalidade produtiva, direcionada pela acumulação de capital. Esse fenômeno tem sido analisado, no âmbito da sociologia do trabalho, como “crise do trabalho”, advindo daí noções como “fim do trabalho”; “adeus ao proletariado”; “adeus ao trabalho”; “fim da sociedade do trabalho”; “sociedade do conhecimento”; etc., ANTUNES (2000), FRIGOTTO (1995).

A análise deste contexto, por esses autores, contrapõe-se às teses que sustentam a noção da crise do trabalho concreto. Para eles, trata-se, na verdade, de uma crise do trabalho abstrato, ou seja, dos processos de trabalho subordinados à lógica da mercadoria, expresso pela “redução do trabalho vivo e ampliação do trabalho morto” (ANTUNES, 2000, p. 77). A esse respeito, afirma FRIGOTTO (1995, p. 63) “enquanto mercadoria, o trabalho torna-se uma força abstrata sem conteúdo concreto, que interessa ao capital como produtora de valores de troca, de mais-valia.” Tanto ANTUNES (2000) quanto FRIGOTTO (1995), sustentam a tese da “centralidade no trabalho” como determinante da condição humana e não do seu fim. Ambos apontam a nova materialidade do modelo toyotista como expressão do trabalho alienado. A esse respeito Antunes afirma que:

o estranhamento próprio do toyotismo é aquele dado pelo ‘envolvimento cooptado’, que possibilita ao capital apropriar-se do *saber* e do *fazer* do trabalho. Este, na lógica da integração toyotista, deve *pensar* e agir para o capital, para a produtividade, sob a *aparência* da eliminação efetiva do

fosso existente entre *elaboração* e *execução* no processo de trabalho (grifos do autor) (ANTUNES, 2000, p. 42).

Além do aspecto do aprofundamento do trabalho alienado, verifica-se uma expansão do desemprego e do subemprego como decorrência do conteúdo das transformações no mundo do trabalho. Verifica-se

uma significativa heterogeneização do trabalho, expressa também através da crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário; vivencia-se também uma *subproletarização* intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, 'terceirizado', que marca a *sociedade dual* no capitalismo avançado (grifos do autor) (*Ibid.*, p. 49).

A complexificação dos processos produtivos, no que diz respeito às relações de gênero, envolvendo o aumento da participação feminina na produção, segundo o mesmo autor, implica que

a presença feminina no mundo do trabalho nos permite acrescentar que, se a consciência de classe é uma articulação complexa, comportando identidades e heterogeneidades, entre *singularidades* que vivem uma situação particular no processo produtivo e na vida social, na esfera da *materialidade* e da *subjetividade*, tanto a contradição entre o *indivíduo* e *sua classe*, quanto aquela que advém da relação entre *classe* e *gênero*, tornaram-se ainda mais agudas na era contemporânea. A *classe-que-vive-do-trabalho* é tanto masculina quanto feminina. É, portanto, também por isso, mais diversa, heterogênea e complexificada. Desse modo, uma crítica do capital, enquanto relação social, deve necessariamente apreender a dimensão de exploração presente nas relações capital/trabalho e também aquelas opressivas presentes na relação homem/mulher, de modo que a

luta pela constituição do *gênero-para-si-mesmo*²¹ possibilite também a emancipação do gênero mulher²² (grifos do autor) (*Ibid.*, p. 54).

O toyotismo, como expressão que caracteriza a reestruturação produtiva, é apresentado como um novo paradigma em substituição aos modelos existentes, pretensamente esgotados. Ou seja, trata-se da superação das formas rígidas de organização da produção, calcadas no paradigma taylorista-fordista. Implicam, deste modo, em responder às necessidades de adaptar as estruturas produtivas para garantir o processo de acumulação do capital. Propõe-se, então, uma alternativa flexível dos processos de trabalho. Para Coriat, as novas bases materiais de produção implicam mudanças “na base tecnológica existente; na organização do trabalho, especialmente em empresas de produção de massa; na forma de se gerenciar as organizações e os processos produtivos; nas relações de trabalho” (CORIAT, 1988, p. 34).

Essas modificações nas formas de trabalhar, de certa forma, vêm respondendo aos interesses do capital no que diz respeito ao aumento da produtividade.

De acordo com MACHADO (1994, p. 177), esse processo exprime “a busca de reprodução ampliada e intensiva do capital pelo emprego crescente das novas tecnologias e das novas formas de organização do trabalho”. Para essa autora, mais do que um processo de produção de mais-valia relativa, decorrente do incremento tecnológico, “trata-se da tentativa de realização de uma mais-valia extraordinária”.

²¹ A expressão de gênero de Antunes é tomada da expressão “gênero-para-si-mesmo” e tem por base a expressão “gênero humano” elaborada por Marx, em os *Manuscritos Econômico-filosóficos*. Ali Marx se refere à genericidade enquanto realização plena do ser, exprimindo a noção de homem universal, ou de homem integral. Ou seja, o homem enquanto ser histórico que se apropria da sua historicidade ao relacionar-se com a natureza e com os outros homens nos processos de produção da vida material e social. Isto é, gênero-para-si está relacionado à perspectiva do ser humano enquanto omnilateralidade.

²² Nota do autor: “Em um mundo desalienado, não dominado pela tendência à apropriação, os indivíduos deixarão de constituir-se como seres particulares. A personalidade individual, até o presente uma exceção, se converterá em típica da sociedade. As normas morais não serão impostas de fora, a uma pessoa fechada em seu particularismo. Os indivíduos serão capazes de... humanizar seus impulsos ao invés de reprimi-los... serão capazes de humanizar suas emoções... Ao fazer nossa opção frente aos conflitos sociais, optamos simultaneamente por um futuro determinado das relações entre os sexos. Elegemos relações entre indivíduos livres e iguais, relações que, em todos os aspectos da vida humana, realizem-se desprovidas de qualquer tendência à apropriação e se caracterizem por sua riqueza, sua profundidade e sinceridade’ (Heller, “El Futuro de las Relaciones entre los Sexos”; texto de 1969, publicado também em 1982: 65-66)” (ANTUNES, 2000, p. 63).

A mudança mais relevante tem ocorrido nas indústrias de produção em massa – característica básica do regime fordista – onde se identificam quatro formas principais desta reorganização produtiva, tal como assinalou Coriat:

A linha fordista automatizada; a linha assíncrona de montagem ou taylorista informatizada; a linha integrada flexível; e as formas revolucionárias na gestão da produção e dos meios circulantes, cujas ferramentas principais seriam o *just-in-time*²³ e o *Kanban*²⁴ (CORIAT, 1988, p. 36).

O que mais chama a atenção nessas novas formas de organização do trabalho é a existência de um termo cada vez mais freqüente: produção em células. Não necessariamente desaparecem os princípios inerentes à organização do trabalho taylorista-fordista: o aproveitamento máximo da capacidade produtiva do trabalhador, o controle rígido do tempo e a redução ao mínimo do desperdício de tempo. Só que os recursos da microeletrônica, tanto nas ferramentas como no controle do processo produtivo, potencializaram muito a capacidade produtiva do trabalhador, principalmente por redução nos tempos ociosos da máquina, ocasionando uma redução de tempos “mortos”.

Essas mudanças nas bases materiais de produção sob a hegemonia do capital implicam, por sua vez, modificações nas esferas socioeconômicas e ético-políticas que atingem a sociedade em geral e cada indivíduo na sua individualidade, como afirma Ferreira:

No plano socioeconômico, o capital, centrado no monopólio crescente das novas tecnologias microeletrônicas associadas à informática, rompe com as fronteiras nacionais e globaliza-se de forma violenta e excludente, sobretudo o capital financeiro especulativo, que dilapida os fundos públicos nacionais. No plano ético-político, tem-se a reafirmação do ideário neoliberal: a ‘nova era do mercado’ apresenta-se como a única via possível da sociabilidade humana que, logicamente, torna-se cada vez mais utilitarista e individualista, reafirmando o liberalismo conservador (grifo da autora) (FERREIRA, 2003, p. 11).

Outra característica marcante desse processo de reestruturação produtiva diz respeito às novas formas de gerenciamento da produção, introduzidas a partir da

²³ “A expressão inglesa foi adotada pela indústria do Japão porque não se conseguiu encontrar nenhuma correspondente naquele país. A idéia do sistema é fabricar e entregar produtos apenas a tempo de serem vendidos, submontá-los apenas a tempo de montá-los nos produtos acabados, fazer peças apenas a tempo de entrar nas submontagens e, finalmente, adquirir materiais a tempo de serem transformados em peças fabricadas” (SCHONBERGER, 1992, p. 13-14).

²⁴ “Literalmente traduzido *Kanban* é uma palavra japonesa que significa ‘registro visível’ ou ‘placa visível’. De modo mais geral, toma-se a palavra como significando ‘cartão’” (grifos do autor) (*Ibid.*, p. 171). O sistema *Kanban*, criado pela indústria japonesa Toyota para controle de estoque, emprega

década de 1970, com o aparecimento de uma avalanche de técnicas gerenciais, muitas delas com impactos importantes principalmente quanto à ergonomia²⁵: qualidade total no modelo japonês, terceirização, controle de perdas, reengenharia²⁶, quarteirização – que são empresas que assumem processos de terceirização e outras. Muitos desses modelos são administrativos, mas com reflexos nítidos no chão-de-fábrica; outros são modelos gerenciais de produção.

Sobre o regime de contratação da força de trabalho, verifica-se a diminuição do emprego formal com carteira assinada, tomando seu lugar uma gama de novas formas de relações de trabalho, como “terceirizações, quarteirizações, contratação em agência de temporários, trabalho como autônomo, contratação por projeto, trabalho doméstico, trabalho em tempo parcial e outros” (SCHWARTZ, 2000, p. 14).

A flexibilização da produção, envolvendo os processos produtivos, os produtos, as relações de trabalho e o mercado de trabalho são as expressões mais diretas decorrentes do atual modelo de reestruturação produtiva. Essa flexibilidade deve ser entendida como a introdução de equipamentos de propósitos múltiplos, versatilidade na habilitação da força de trabalho e na produção de bens e serviços. O que vem ocorrendo com a grande maioria da classe trabalhadora, porém, no que diz respeito à flexibilidade, é a utilização de expedientes negativos no tocante à implementação de uma flexibilidade degenerada como sinônimo de redução de direitos. O ataque aos direitos trabalhistas é parte constante dos discursos empresariais, invocando maior competitividade dos seus produtos.

A aptidão diversa, construída através da flexibilidade, é chamada de reengenharia. O trabalhador deverá ser flexível, correspondendo aos interesses e necessidades do mercado de trabalho, como um campo de “metamorfoses ambulantes”. A reengenharia não diminui apenas o número de empregos; ela modifica, profundamente, o estatuto dos assalariados e as condições de emprego.

determinado cartão para avisar da necessidade de entregar certa quantidade de peças, e outro cartão, semelhante para avisar da necessidade de produzir maior quantidade das mesmas.

²⁵ “É o conjunto de ciências e tecnologias que procuram fazer um ajuste confortável e produtivo entre o ser humano e seu trabalho, basicamente procurando adaptar as condições de trabalho às características desse ser” (PIZA, 1997, p. 42).

²⁶ DAVEMPORT *apud* CARAVANTES; CARAVANTES; BJUR (1997, p. 37) define reengenharia como “um conjunto de atividades estruturadas e medidas destinadas a resultar em um produto especificado para um determinado cliente ou mercado, portanto, é uma ordenação específica das atividades de trabalho no tempo e no espaço, com um começo, um fim e entradas e saídas claramente identificadas: uma estrutura para a ação”.

Destaque-se, todavia, que a reestruturação produtiva não atinge todos os setores econômicos e todos os ramos de produção. Ela não é generalizada convivendo o novo e o velho lado a lado.

Esse fenômeno foi destacado por HARVEY (1992, p. 143) ao analisar as “estruturas do mercado de trabalho em condições de acumulação flexível”, apontando o aumento dos deslocamentos, os contratos temporários, os grupos periféricos e o grupo central caracterizado como detentor de “flexibilidade funcional”.

Alguns aspectos induzem à reestruturação produtiva: “custo do fator trabalho, condições insalubres ou perigosas, qualidade, flexibilidade, economia de escopo, redução do capital fixo, aumento do controle do processo e acesso à tecnologia” (TAUILE, 1988, p. 75).

Existem fatores que, por outro lado, funcionam como um “freio” à reestruturação produtiva: “custo, crise econômica, limitações tecnológicas, falta de conhecimento dos recursos disponíveis, falta de experiência, falta de capacidade de manutenção, política de proteção ao setor, barreiras alfandegárias e resistência dos trabalhadores e de seus sindicatos” (*Ibid.*, p. 76).

Essa visão de fatores facilitadores e inibidores da reestruturação produtiva possibilita que se entenda a realidade do Brasil, onde se encontram tanto as empresas de reestruturação produtiva avançada, bem como aquelas ainda presas a processos industriais e administrativos próprios de décadas atrás.

Uma das características mais marcantes da reestruturação produtiva é a redução das pessoas nas fábricas conjugada com um aumento da densidade demográfica nos escritórios, onde, associado aos recursos tecnológicos, um grande número de trabalhadores e trabalhadoras passam a ser ocupados. Ou seja, há uma diminuição dos postos de trabalho nas fábricas e um aumento de ocupações nos setores de serviços.

Há, com base nessa constatação, uma relação direta entre as características da reestruturação, suas demandas e seus efeitos, em relação ao perfil da força de trabalho envolvendo as características de escolarização, habilidades, definições comportamentais e culturais da população a ser empregada.

Até a metade do século XIX a formação dos trabalhadores não era fator importante para o desempenho das suas atividades. Como decorrência das novas demandas da produção verifica-se que começou a ocorrer uma valorização da

qualificação e de maior escolarização dos trabalhadores. De acordo com SALM (1998), Karl Marx e Alfred Marshall, sob diferentes prismas, defenderam a idéia de extensão da melhor educação à classe trabalhadora.

O taylorismo-fordismo – forma de produzir que promovia uma divisão de trabalho anacrônica – dificultou a readaptação dos trabalhadores quando começaram a surgir novas mudanças e novas exigências no mercado de trabalho.

O perfil das qualificações exigidas mudou muito a partir da Terceira Revolução Industrial. Verificou-se que diminuiu a importância atribuída às habilidades específicas e aumentaram as exigências de uma combinação de atributos que alguns chamam de capacidade de resolver problemas. Espera-se que a educação seja suficientemente flexível, não só para formar o novo trabalhador ‘polivalente’, como também aqueles que terão de ‘se virar’. Ou seja, espera-se que a educação prepare os jovens para as várias formas de desemprego (grifos do autor) (SALM, 1998, p. 250).

Há diante desse quadro, diferentes leituras sobre a situação de crise de trabalho, entendida, neste estudo, como a crise de trabalho abstrato que apresenta como conteúdo principal o aumento do desemprego e a precarização das relações de trabalho. Nessa conjuntura a qualificação do trabalhador é fundamental para sua inserção no emprego. A associação entre qualificação e emprego, no entanto, não ocorre linearmente. De acordo com POCHMANN (2000, p. 119), “os elementos-chaves de determinação do emprego” constituem-se de cinco itens: políticas macroeconômicas; políticas de bem-estar social; sistema de relações de trabalho; paradigma técnico-produtivo e políticas de emprego. Estas últimas correspondem, inclusive, à educação profissional.

A reestruturação produtiva corresponde tanto às mudanças nos equipamentos quanto nos processos e nas formas de organização do trabalho. Numa fase inicial, os esforços modernizadores da referida reestruturação estiveram concentrados na aquisição de novos equipamentos. No entanto, o empresariado começou a se dar conta de que a reorganização da produção apresentava-se como uma questão fundamental, seja porque os

novos conceitos de produção apoiados nos princípios da flexibilidade, qualidade e rapidez do processo produtivo exigiam formas de organização do trabalho mais ágeis e menos rígidas do que as que predominavam até então; seja porque as novas formas de organização do trabalho logo se mostraram como centrais, inclusive para a garantia de uma utilização mais eficaz dos novos equipamentos (LEITE, 1994, p. 36).

Há, todavia, que se relativizar o grau de exigências que o mercado de trabalho passou a determinar em termos da escolarização e da formação dos

trabalhadores – como decorrência da reestruturação produtiva – e o papel da escola comprometida com a formação humana na perspectiva da transformação da realidade social. O esvaziamento da formação tem a ver diretamente com o direcionamento da formação escolar ajustada às exigências do mercado de trabalho.

A compreensão essencialista sobre a qualificação tende a reduzir a análise da relação entre as mudanças nas relações de trabalho, produzidas no bojo da reestruturação produtiva, e as exigências em termos de domínios de conteúdos profissionais pelo trabalhador, de modo a reafirmar-se numa perspectiva determinista, reproduzindo uma noção linear entre inovações tecnológicas, como fator determinante, e graus de qualificação profissional, como determinado, sem se levar em conta outros determinantes sócio-culturais.

A superação dessa linearidade requer que se adote uma percepção relacional sobre a noção de qualificação, ou seja, qualificação enquanto construção social. Essa compreensão implica em incluir no conteúdo da qualificação, além dos fatores relacionados aos domínios de novos conteúdos e habilidades por parte dos trabalhadores, a caracterização das condições de gênero, raça, etária, de classe, políticas, de poder, etc., sendo que cada um desses conceitos necessitam ser socialmente analisados e interpretados, também, enquanto construção social.

A relação entre a noção essencialista e a relacional da qualificação, é desenvolvida por RAMOS (2001, p. 44-45), com base na sociologia do trabalho francesa, tomando a concepção “substancialista ou essencialista”, desenvolvida por G. Friedmann e a concepção “relacional”, desenvolvida por P. Naville, também conhecida como concepção historicista.

As relações de gênero, nesse sentido, ganham importância enquanto objeto de estudo no contexto da reestruturação produtiva. A sua análise pressupõe a ruptura, por sua vez, com a visão linear, essencialista que concebe ao conceito de gênero nos limites da polarização homens e mulheres, adotando a noção relacional sobre a condição de gênero, que será explorada no Capítulo seguinte.

3 EFEITOS DAS INOVAÇÕES DO PROCESSO DE PRODUÇÃO NAS RELAÇÕES DE GÊNERO

A análise da relação entre mudanças nos processos produtivos e relações de gênero, desenvolvida neste capítulo, toma por base o conceito de divisão sexual do trabalho, constituído na esfera do Grupo de Estudos sobre a Divisão Social e Sexual do Trabalho – GEDISST²⁷ – do Centro Nacional da Pesquisa Científica, da França. Esse grupo tem como base de sustentação teórica a Sociologia do Trabalho, que se constitui no eixo principal das pesquisas por ele realizadas.

Tomando por base a elaboração teórica desenvolvida no âmbito da Sociologia do Trabalho, pelo referido Grupo, esta dissertação tem a sua fundamentação dessa temática formuladas em dois momentos. No primeiro, são apresentadas as bases conceituais da categoria de gênero, constituída por diferentes olhares. No segundo, são apresentadas as bases conceituais da divisão sexual do trabalho propriamente dita.

Parte do pressuposto que a presença do homem e da mulher nas atividades produtivas é histórica, caracterizando-se como construção social de cada época. No contexto do capitalismo, todavia, como decorrência da inovação tecnológica e das novas bases materiais de produção, instituídas sob o domínio da lógica da mercadoria, as relações de gênero nos processos de trabalho ganham um conteúdo novo e uma nova natureza.

Essas relações têm como elemento central uma maior “participação” da força de trabalho feminina em ocupações historicamente desenvolvidas pelos trabalhadores masculinos e vice-versa.

A sua constituição oferece um aporte analítico sobre as relações de gênero associado com “as condições de trabalho e de emprego, as situações de trabalho, as formas de inserção na atividade de mulheres e homens” (HIRATA, 1998, p. 7). Dentro dessa visão, “os impactos das reestruturações produtivas sobre a qualificação – ou sobre a formação profissional – não têm a mesma extensão, a mesma significação e nem o mesmo alcance segundo se trate de trabalhadores homens ou mulheres” (*Ibid.*, p. 6).

GÊNERO: ESSENCIAL / RELACIONAL

O conceito de gênero, empregado enquanto categoria norteadora desta pesquisa, no âmbito das relações de trabalho, possui uma definição que se apresenta, muitas vezes, em sentido controverso, ensejando uma dimensão polissêmica.

Scott defende que o “núcleo da definição” de gênero deve ser observado como uma vinculação entre duas proposições: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

Inicialmente faz-se necessário esclarecer a diferença conceitual entre sexo e gênero, tomados, muitas vezes, como sinônimos. Yannoulas apresenta bem esta diferenciação. Para essa autora,

a palavra *sexo* provém do latim *sexus* e refere-se à condição orgânica (anatômico-fisiológica) que distingue o macho da fêmea. Seu poder de distinção reside na estabilidade, ao longo do tempo. A categoria de *gênero* provém do latim *genus* e refere-se ao código de conduta que rege a organização social das relações entre homens e mulheres. Em outras palavras, o gênero é o modo como as culturas interpretam e organizam a diferença sexual entre homens e mulheres (grifos da autora) (YANNOULAS, 2001, p. 70).

De acordo com Vieira, alguns estudos evidenciam que o conceito de gênero foi sendo construído como forma de se explicar, teoricamente a opressão sofrida pelas mulheres. Essa opressão se dava numa articulação em diversas e distintas construções sociais como no ambiente de trabalho, na família, na maneira de viver a sexualidade, a identidade, a subjetividade, entre outros. Segundo ela

foi a partir dos anos 70 que o conceito de gênero passa a ser utilizado para demonstrar a existência da construção e organização social da relação entre os sexos. Lembramos que os termos *gênero* e *relações sociais de sexo* são utilizados para analisar a construção social dos sexos. Enquanto o primeiro é mais utilizado nos estudos americanos (*gender*), o segundo é encontrado nos estudos de origem francófona (*rappports sociaux de sexe*) (grifos da autora) (VIEIRA, 2003, p. 78).

As ações contra a opressão da mulher, expressando-se por diferentes meios e em diferentes culturas, geraram lutas sociais de diversos tipos e movimentos

²⁷ *Groupe d'Etudes sur la Division Sociale et Sexuelle du Travail, Centre National de la Recherche*

reivindicando direitos de acordo com as condições sociais de cada sociedade. Os movimentos feministas são uma forma de expressão dessas lutas, cujo desenvolvimento ofereceu significativas contribuições para a construção teórica da categoria gênero, bem como foram resignificados por ela. A constituição desses movimentos foi importante, não só do ponto de vista político e social em que eles representaram no cenário de uma sociedade marcada por relações de opressão da mulher, mas pelo aporte teórico que passou a oferecer para o campo da produção do conhecimento na esfera dos estudos culturais, de modo geral, e dos estudos feministas, de modo particular, oferecendo-lhes o estatuto de um campo de conhecimento próprio a ser investigado. Para LOURO (2002, p. 13), as produções feministas se desenvolveram “em meio a disputas, polêmicas e debates”. De acordo com essa autora,

a introdução dos estudos feministas nas universidades ou em outras instituições sociais foi, geralmente, bastante difícil. Muitas vezes acarretou incômodos, dividiu grupos, originou guetos, marginalizou intelectuais; no entanto também renovou departamentos, originou debates, criou setores e linhas de pesquisa (*Ibid.*, p. 13).

De acordo com essa mesma autora, a construção teórica que se expressa na elaboração desenvolvida pelas estudiosas e estudiosos feministas, tem oferecido elementos para a produção o que seria caracterizado como “uma virada epistemológica”, não só em termos da garantia do reconhecimento da “integração das mulheres como sujeito social e político no campo das ciências sociais”, mas no sentido da própria formatação do campo da “teorização feminista” (*Ibid.*, p. 14).

A “virada epistemológica” teria ocorrido, de acordo com Louro, com a emergência do gênero como “uma nova categoria analítica”. Ela afirma que

A emergência da categoria representou, pelo menos para aquelas e aqueles que investiram na radicalidade que ela sugeria, uma virada epistemológica. Ao utilizar gênero, deixava-se de fazer uma história, uma psicologia, ou uma literatura *das mulheres, sobre as mulheres* e passava-se a analisar a construção social e cultural do feminino e do masculino, atentando para as formas pelas quais os sujeitos se constituíam e eram constituídos, em meio a relações sociais de poder (grifos da autora) (*Ibid.*, p. 15).

Para a mesma autora, “o conceito de gênero investe, de forma enérgica, contra a lógica essencialista que acredita numa mulher e num homem universais e trans-históricos” (*Ibid.*, p. 16).

Adotou-se na elaboração deste trabalho a definição de gênero como fator relacional, rompendo com a lógica essencialista e deixando de lado as visões binárias relacionadas à feminilidade e à masculinidade, descartando, assim, os estereótipos de que a mulher é frágil, delicada, caprichosa e dedicada, e que o homem é autoritário, forte, valente, etc. Ou como escreve Adelman, apontando que a “perspectiva essencialista” está diretamente ligada a posições conservadoras e argumentos acerca das “diferenças naturais” entre homens e mulheres. Segundo essa autora, há uma posição “culturalista e até ‘feminista’, enaltecendo as mulheres e contrastando supostas ‘virtudes femininas’ (sensibilidade, disposição de pensar nos, e cuidar dos outros, etc.) com a ‘agressividade’ ou ‘racionalidade instrumental’ dos homens” (grifos da autora) (ADELMAN, 2002, p. 51).

A abordagem relacional não implica em apagar a bipolarização entre feminilidade e masculinidade, mas toma a relação entre os gêneros na esfera das relações sociais, envolvendo cada sujeito na sua singularidade e a participação dele no conjunto das estruturas sociais, das instituições por ele criadas e das determinações sócio-históricas que, no caso do capitalismo, se expressam nas contradições entre as classes sociais. Para LOURO (1995),

uma compreensão mais ampla de gênero exige que pensemos não somente que os sujeitos se fazem homem e mulher num processo continuado, dinâmico (portanto não dado e acabado no momento do nascimento, mas sim construído através de práticas sociais masculinizantes e feminizantes, em consonância com as diversas concepções de cada sociedade); como também nos leva a pensar que gênero é mais do que uma identidade apreendida, é uma categoria imersa nas instituições sociais (LOURO, 1995, p. 103).

Nessa perspectiva teórica, portanto, verifica-se uma preocupação em apreender os gêneros enquanto objeto de estudo, tanto na sua dimensão vertical, quanto na sua dimensão horizontal, não os isolando, dessa forma, do contexto sócio-histórico no qual eles são construídos, nem os diluindo no interior das estruturas sociais.

A noção relacional opera com o conceito de “relações de gênero, ao invés de relações sociais de sexo”, levando-se em conta que “o termo gênero está lingüísticamente impregnado do social” (SAFFIOTI, 1992, p. 185).

Essa autora adota o conceito de experiência, desenvolvido por Thompson²⁸, na análise da relação entre a classe social e as “relações de gênero”. Diz que “ao lidar com as diferenças que separam os gêneros, é necessária muita cautela, a fim de não se contribuir para implementar esta distância (*Ibid.*, p. 191). De acordo com a autora, “o aumento das diferenças pode obscurecer as identidades de classe, estabelecendo fissuras político-ideológicas nestes grupamentos verticais e, portanto, introduzir cunhas em suas lutas” (*Ibid.*, p. 191).

O conceito de experiência é fundamental para se compreender, na esfera das relações de gênero, que “homens e mulheres vivenciam diferencialmente, inclusive quando pertencem à mesma classe social, os fatos do seu cotidiano” (*Ibid.*, p. 191). Essa diferença nos processos não implica no isolamento dos gêneros em relação às classes sociais, mas na análise das especificidades deles.

Para VIEIRA (2003, p. 81) a questão de gênero concebida enquanto construções sociais relacionais, “pressupõe a idéia de relação, ou seja, os sujeitos se produzem em relação e na relação”.

SCOTT²⁹ *apud* BASTOS (2003, p. 10) explica ainda mais essa diferença entre sexo e gênero quando escreve que

na verdade, o sexo é outorgado pela natureza, porém o gênero é construído por cada sociedade que lhe concede diferentes significados e papéis sociais os mais distintos. O gênero, porém, é elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos. É, portanto, uma categoria de análise que se expressa nas interações recíprocas entre sujeitos marcados pela história e pela cultura, e por isso, significa também relações de poder (BASTOS, 2003, p. 10).

A perspectiva relacional não significa a diluição do indivíduo para a esfera das relações sociais tomadas de modo abstrato, pelo contrário, ela prevê que as relações sociais são produtos humanos a partir de cada individualidade. Essa escolha teórica pode amparar-se no ponto de vista de Costa, segundo o qual, há uma pluralidade das mulheres e dos homens dentro do seu contexto social e, para tanto, faz-se necessário levar em conta a personalidade de cada sujeito. De acordo

²⁸ O conceito de experiência é tomado como “um termo médio necessário entre o ser social e a consciência social; é a experiência (muitas vezes a experiência de classe) que dá cor à cultura, aos valores e ao pensamento; é por meio da experiência que o modo de produção exerce uma pressão determinante sobre outras atividades; e é pela prática que a produção é mantida” (THOMPSON*, *apud* SAFFIOTI, 1981, p. 112).

* THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

²⁹ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade: Gênero e Educação**, v. 20, nº 2, jul/dez 1995, p. 71-99.

com essa autora, “os gêneros passam a ser entendidos como processos também moldados por escolhas individuais e por pressões situacionais compreensíveis somente no contexto da interação social” (COSTA, 1994, p. 161). Essa formulação favorece a compreensão de outras categorias de gênero como os homossexuais, bissexuais e transsexuais. Ou como explica Butler:

Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra, de um sexo desta ou daquela maneira. Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de ‘homens’ aplique-se exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo ‘mulheres’ interprete somente corpos femininos. Além disso, mesmo que os sexos pareçam não problematicamente binários em sua morfologia e constituição, não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois (grifos da autora) (BUTLER, 2003, p. 24).

Bastos ressalta, no mesmo sentido, a importância de se refletir sobre o dinamismo das diferenças, levando-se em consideração o meio social em que os indivíduos estão inseridos:

se nas bases o gênero possui características biológicas, porém não se restringe exclusivamente a tal, pois significa uma forma de enfatizar as influências da cultura na construção das diferenças, de acordo com o código cultural de seu meio social. Essas diferenças não são definitivas e nem estáticas, na medida em que as necessidades sociais assim se impõem (BASTOS, 2003, p. 10).

Através dessa abordagem, que enfatiza a concentração da força endógena do gênero no relacional e não no dicotômico, Carvalho aponta que

é possível perceber que existe uma pluralidade de modelos, vozes e significados que envolvem as relações de gênero. A sua compreensão, portanto, não é possível através de modelos únicos de masculino ou feminino, previamente estabelecidos, mas a partir de uma postura teórica que considere esta polifonia e polissemia (CARVALHO, 2003, p. 18).

Com base nesses fundamentos conceituais, pode-se inferir que a noção relacional de gênero, ou a sua tomada enquanto construção social, expressa uma dimensão teórica muito mais ampla para a análise das relações sociais de produção em sua especificidade concreta, ou seja, dos sujeitos reais que compõem a sua realização. Com essa noção poder-se-ia superar os limites teóricos das análises presas à dimensão essencialista que se limita ao aspecto binário mulher/homem, nos processos de produção.

Um outro aspecto que merece ser aprofundado diz respeito à heterogeneidade nas relações de trabalho, no bojo da reestruturação produtiva, do ponto de vista das relações de gênero na produção.

Estudos desenvolvidos por HIRATA (2002) a esse respeito demonstram que a introdução de novas tecnologias físico-organizacionais nos processos de trabalho, compreendidos no âmbito da relação “flexibilidade e divisão sexual do trabalho”, tem significado o aumento da precarização do uso capitalista da força de trabalho feminina, articulado à perda gradativa do emprego pelas mulheres.

Analisando o significado da noção de mão de obra flexível no Japão, a mesma autora afirma que ela está associada à “mão de obra feminina contratada em tempo parcial”, que “é vista como o complemento principal da robotização, uma vez que efetua as operações consideradas não qualificadas que não são executadas pelos robôs industriais” (*Ibid.*, p. 228). Segundo essa autora, “o desenvolvimento do trabalho parcial no Japão” passou de 2 milhões de mulheres em 1980, para 5 milhões em 1985”.

Situação análoga ocorreu na União Européia, conforme estudos desenvolvidos por NOGUEIRA (2004, p. 52-53), cujos QUADROS 1 e 2, transcritos a seguir, revelam, em termos quantitativos, o aumento da precarização das condições de trabalho em geral e da forma específica como ela atingiu o contingente da população economicamente ativa na França, no período de 1990 a 2001.

QUADRO 1 – PARTE DO TRABALHO EM TEMPO PARCIAL E EM TEMPO INTEGRAL DOS EMPREGOS TEMPORÁRIOS NA EUROPA DOS QUINZE, 1996 (EM %)

	HOMENS		MULHERES		TOTAL	
	Tempo completo	Tempo parcial	Tempo completo	Tempo parcial	Tempo completo	Tempo parcial
Europa dos quinze	84,4	15,6	62,1	37,9	73,9	26,1
Alemanha	92,7	7,3	80,6	19,4	87,4	12,6
Áustria	94,1	5,9	78,3	21,7	87,3	12,7
Bélgica	81,6	18,4	56,3	43,7	67,5	32,5
Dinamarca	78,6	21,4	71,9	28,1	75,3	24,7
Espanha	94,4	5,6	74,6	25,4	86,6	13,4
Finlândia	79,8	20,2	74,7	25,3	76,7	23,3
França	78,0	22,0	52,8	47,2	65,2	34,8
Grécia	84,0	16,0	75,1	24,9	80,4	19,6
Irlanda	46,9	53,1	33,7	66,3	39,4	60,6
Itália	78,4	21,6	62,2	37,8	71,0	29,0
Luxemburgo	78,9	21,1	50,1	49,9	66,3	33,7
Países Baixos	49,3	50,7	19,8	80,2	32,9	67,1
Portugal	96,3	3,7	88,0	12,0	92,3	7,7
Reino Unido	71,1	28,9	40,3	59,7	54,0	46,0
Suécia	63,8	36,2	39,5	60,5	49,6	50,4

Fonte: Eurostat, "Enquête sur las forces de travail 1996" (*apud* MARUANI³⁰, 2000, p. 82).

³⁰ MARUANI, M. *Travail et emploi des femmes*. Paris: Éditions La Découverte, 2000.

QUADRO 2 – A PROGRESSÃO DO SUBEMPREGO (FRANÇA, 1990-2001) (EM MILHARES)

	HOMENS	MULHERES	JUNTOS
1990	296	708	1.004
1991	306	678	984
1992	305	720	1.025
1993	463	887	1.350
1994	451	1.010	1.461
1995	476	1.047	1.523
1996	495	1.077	1.572
1997	452	1.164	1.616
1998	457	1.164	1.621
1999	484	1.132	1.616
2000	410	1.106	1.516
2001	392	1.062	1.454

Fonte: INSEE, “Enquêtes emploi” (*apud* MARUANI³¹, 2002, p. 98).

No caso do QUADRO 1, em que houve o aumento da contratação de trabalho temporário entre os trabalhadores, tanto homens quanto mulheres, constatou-se que, entre as mulheres, isso ocorreu de forma bem mais acentuada, apontando, em termos estatísticos, “a duplicação da precariedade” na forma de contratação de trabalho com empregos temporários, como constatou o referido estudo.

Sobre a situação francesa, em que foi registrado no período de 1990 a 2001 o crescimento do subemprego, caracterizado por NOGUEIRA (2004, p. 52) “pelos trabalhos que não passam por contratos e que têm uma tendência muita acentuada de precarização”, para o conjunto dos trabalhadores, observa-se que o subemprego entre as mulheres registrou um aumento bem maior em relação aos homens. Analisando a situação em termos numéricos no período, a mesma autora afirma que

no ano de 1990, de um total de 1,004 milhões de subempregos, 708 mil eram ocupados por mulheres e somente 296 mil por homens. Já em 2001,

³¹ MARUANI, M. *Les mécomptes du chômage*. Paris: Bayard, 2002.

de um total de 1,454 milhões de subempregos, 1,062 milhões são ocupados por mulheres e 392 mil por homens, confirmando a reserva do trabalho precarizado para a mulher (*Ibid.*, p. 53).

Para HIRATA (2002) a modalidade da flexibilidade da mão de obra feminina no Japão “é associada aos salários muito baixos, sem garantia alguma”, que só é possível em função da situação das mulheres, “em sua maioria casadas, mães de família com mais de 40 anos e que muitas vezes perderam toda sua qualificação profissional após um longo período de inatividade para educar seus filhos” (*Ibid.*, p. 228). De acordo com essa autora, a noção de flexibilidade ou de “especialização flexível”, foi construída “ignorando qualquer abordagem em termos de relações construídas social, cultural e historicamente entre homens e mulheres”. Para ela a

construção teórica de especialização flexível baseia-se no trabalho do homem como figura universal e mostra que as novas tendências da divisão do trabalho vão no sentido do surgimento de uma fábrica flexível, cuja figura emblemática seria o operário muito qualificado e polivalente (*Ibid.*, p. 229).

Hirata afirma que, com base em resultados de “inúmeras pesquisas”, tanto as de caráter quantitativo como as de caráter qualitativo, “a polivalência e a qualificação” não são “atributos geralmente reconhecidos na mão de obra feminina”. (*Ibid.*, p. 229)

Os esforços teóricos na realização deste trabalho estão diretamente motivados por essas constatações obtidas nos estudos de Hirata, principalmente em torno da ocultação da condição do gênero nas relações de trabalho, marcadas pela reestruturação produtiva. Como ela afirma: “as teses sobre o surgimento de uma mão de obra qualificada e flexível ‘adaptada’ às novas tecnologias baseiam-se, assim, em ocultar a relação diferencial dos homens e mulheres com a qualificação e as novas tecnologias” (grifo da autora) (*Ibid.*, p. 229).

Mas não são somente as teses que ocultam. A realidade confirma um tipo de ocultação da subjugação das mulheres no terreno da divisão sexual do trabalho associada às novas tecnologias, tendendo a “reforçar a marginalidade das mulheres”, e constituindo-se num “perigo principalmente para as mulheres não-qualificadas”, como afirma HIRATA (2002, p. 230).

Essa constatação do aprofundamento da subjugação da mulher poderá ser melhor entendida na medida em que se desenvolva um maior aprofundamento do conhecimento a partir da compreensão relacional do gênero e não somente pelo binômio homem/mulher. A análise das condições de trabalho da mulher nos

processos de produção, desenvolvida a partir da categoria de gênero, pressupõe a superação – superação por incorporação e não a sua negação – da divisão sexual, mas a incorporação além da condição biológica, as condições de etnia, classe, etária, escolarização, enfim, as relações de poder socialmente estabelecidas.

Nessa perspectiva a noção relacional de gênero pressupõe a compreensão da materialidade em que os gêneros se interrelacionam e as formas de poder decorrentes desse relacionamento. Assim, nesse contexto, relacional, tornam-se perceptíveis as formas de poder e dominação em que, por exemplo, as mulheres estão sujeitas ao exercerem, quando necessário, as funções de Operadoras de máquinas, mesmo não sendo reconhecidas para tais funções, como também a identificação de homens exercendo atividades de cuidados com os filhos.

CONCEITUANDO DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Na introdução da questão da “divisão sexual do trabalho”, na esfera empresarial, HIRATA (1994, p. 130) afirma que “as relações de gênero e a divisão entre os sexos atravessam o conjunto da sociedade, e não apenas o espaço da empresa”.

Para essa autora, a “dimensão de gênero questiona fortemente as ciências sociais e as ciências econômicas, que partem, nas suas elaborações teóricas, da figura do trabalhador homem como encarnando o universal” (*Ibid.*, p. 130). Esse é um fenômeno cuja compreensão remete à própria análise destacada por SOIHET (1997, p. 279), também no que diz respeito às pesquisas históricas, para quem a categoria de gênero passou a ser usada, desde a década de 1970, “para teorizar a questão da diferença sexual”.

Ao investigar, à luz da sociologia do trabalho, a *divisão sexual do trabalho* com base em pesquisas comparativas realizadas no Brasil, França e Japão, HIRATA (2002, p. 18), afirma ter percorrido, por cerca de vinte anos, mais de cem estabelecimentos industriais “representativos de quase todos os ramos industriais”. A conceituação de divisão sexual do trabalho empregada neste estudo deve-se, principalmente, à elaboração dessa autora.

Para ela, as pesquisas sobre a problemática da divisão sexual do trabalho, realizadas desde o final da década de 1970, indicaram a “imbricação entre produção

e reprodução, entre trabalho profissional e trabalho doméstico, e em particular, a importância das relações familiares e das relações entre homens e mulheres na eficácia produtiva” (*Ibid.*, p. 18).

Essa superposição, no entanto, exprime um caráter vertical em que a esfera da produção, isto é, do trabalho profissional, adquire supremacia sobre a da reprodução, ou seja, do trabalho doméstico. Isto porque é o primeiro que produz mercadoria e ao fazê-lo produz mais-valia, enquanto que o segundo, embora seja fundamental para garantir o primeiro, não está imediatamente ligado ao processo de produção de mais-valia para o capitalista.

YANNOULAS (2001, p. 75) acusa a industrialização e a urbanização de terem produzido uma divisão sexual do trabalho “específica que separou a esfera dos afazeres doméstico/reprodutivo/gratuito/privado/feminino e a esfera do trabalho produtivo/remunerado/público/masculino”. Ela afirma que “do conceito de trabalho foram excluídas todas as atividades domésticas não remuneradas, realizadas por mulheres relacionadas à reprodução material ou simbólica, das pessoas (alimentação, cuidados de saúde, educação, etc.)” (*Ibid.*, p. 75).

Dentro dessa mesma perspectiva, Mariano Enguita, ao analisar a relação entre os diferentes modos de produção e a educação, afirma que os reformadores da escola adotaram como norte “a preparação de crianças e jovens para constituir uma mão de obra assalariada disposta, dócil e manejável” (ENGUITA, 1989, p. 219). A escola, assim, também estaria atuando no sentido de contribuir para a exclusão das atividades de trabalho não remuneradas, no campo da reprodução material ou simbólica, do conceito de trabalho, reforçando a separação do que denomina trabalho produtivo e trabalho doméstico.

Para o mesmo autor,

a redução ideológica do trabalho a suas formas remuneradas tem reforçado a posição dos homens na relação entre os gêneros e não há dúvida de que tem facilitado o trabalho dos estatísticos, mas tem relegado injustamente as donas-de-casa ao limbo da ‘não atividade’, tem levado a ignorar o trabalho não remunerado dos trabalhadores remunerados e tem suposto uma tergiversação da realidade econômica (grifo do autor) (*Ibid.*, p. 220).

Trata-se, portanto, de um processo de conformação de uma ideologia em que as diferentes esferas da vida humana foram submetidas à lógica do regime de trabalho no capitalismo. A escola contribuiria, desse modo, para reforçar a idéia da

subordinação de todas as formas de produção e de reprodução social ao regime produtor de mercadoria em que o conceito de trabalho fica também restrito ao de uma mercadoria. Desse tipo de subordinação decorre a subordinação da vida doméstica à vida empresarial, da reprodução à produção, e, por conseqüência, da mulher ao homem.

Configurando-se, portanto, como uma construção social, a divisão sexual do trabalho está determinada por fatores de ordem política, econômica e cultural sob diferentes aspectos, e não opor fatores “naturais”, de ordem biológica, como afirmam Silva e Carvalho:

a separação das atividades de produção de bens e serviços de acordo com o sexo das pessoas que as realizam - divisão sexual do trabalho -, durante muito tempo, foi justificada com argumentos de ordem biológica que distinguiu trabalho de homem e de mulher como uma conseqüência da “natureza” do masculino e do feminino. Entretanto, essa divisão, enquanto construção social, envolve relações de poder assimétricas entre os gêneros, revelando a sua “não-naturalidade” (grifos das autoras) (SILVA e CARVALHO, 2003, p. 46).

Deve ser levado em conta, desse modo, que a divisão sexual do trabalho não é uma realidade que ocorre tão somente na esfera das relações sociais na produção, ou seja, dentro da empresa, mas, pelo contrário, elas ultrapassam as fronteiras dos muros empresariais constituindo-se em materialidade das relações sociais de produção na sua totalidade, isto é, compreendendo os aspectos da produção, das relações de trabalho, da cultura, da convivência sócio-cultural, enfim, das condições sócio-históricas de cada realidade dada.

Ou, como afirmam as mesmas autoras, “os movimentos complexos da mão de obra feminina não estão ligados exclusivamente à conjuntura do mercado de trabalho, nem unilateralmente às mudanças no processo e na organização do trabalho, e tampouco unicamente à subjetividade das trabalhadoras” (*Ibid.*, p. 18).

Os paradigmas produtivos, bem como os conseqüentes processos de trabalho, divisão social do trabalho e divisão sexual do trabalho, não podem ser vistos de forma homogênea para todas as situações. As características básicas peculiares à racionalidade de acumulação taylorista-fordista, por exemplo, precisam ser relacionadas à esfera da divisão internacional do trabalho, ou seja, com as condições políticas, econômicas, sociais, culturais e tecnológicas de cada país, sobre como a partir de cada uma dessas características o país está inserido na divisão internacional do trabalho. Por isso não é possível falar fordismo, no singular,

para todas as regiões ou para todos os países de modo uniforme. Se isto ocorrer, faz-se necessário adjetivá-lo, como por exemplo, “**fordismo periférico**”, “**fordismo incompleto**”, “**fordismo autoritário**” (grifos da autora) (LARANGEIRA, 1997, p. 91).

A definição do paradigma produtivo e suas diferentes faces envolvendo os aspectos das relações de trabalho, dos processos de trabalho bem como da condição do emprego feminino, dá-se a partir do contexto social mais amplo em que ele está inserido. Nesse sentido HIRATA (1997, p. 28) destaca, ao analisar “o emprego e o estatuto do emprego feminino” que o trabalho das mulheres, “dentro do mesmo grupo industrial”, “é bastante diferente segundo os contextos nacionais”.

Seguindo o mesmo raciocínio, HIRATA (2002, p. 20) fala das “múltiplas faces” do taylorismo, sendo o mesmo bastante diferenciado na sua realização, a partir da realidade de cada país, associando-se à “dimensão cultural na gestão da empresa” com os “respectivos pesos da tecnologia, da cultura (cultura nacional, cultura de empresa e cultura operária) e dos fatores de ordem institucional e histórica nas diferenças nacionais de configuração das organizações industriais” (*Ibid.*, p. 21).

Da mesma forma a autora vê uma articulação entre as “relações familiares”, extra-empresa, e a “produção de mercadorias”, que ocorre no interior das empresas. A esse respeito ela destaca “a formação nas artes domésticas japonesas como o *ikebana* ou a cerimônia do chá” como “vias particulares” empregadas pelas mulheres japonesas no sentido de “se adequar às exigências do trabalho produtivo e reprodutivo” (*Ibid.*, p. 21).

Nesse sentido as esferas familiares e empresariais, se num primeiro momento do processo de urbanização e industrialização foram separadas, como apontou YANNOULAS (2001), verifica-se que o capital soube incorporar a dimensão privada da família e da sociedade à sua pedagogia, como bem foi configurado pelas pesquisas de HIRATA (2002).

Com relação à incorporação das características do trabalho feminino para a produção de mais-valia para o capital, verifica-se que esse não é um fenômeno tão recente. Sobre a participação da força de trabalho feminina e também das crianças como “forças suplementares” a serem apropriadas pelo capital, MARX (1994) já afirmou em *O Capital*, que “tornando supérflua a força muscular, a maquinaria permite o emprego de trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento

físico incompleto mas com membros mais flexíveis. Por isso, a primeira preocupação do capitalista ao empregar a maquinaria foi a de utilizar o trabalho das mulheres e das crianças” (*Ibid.*, p. 449).

Essa noção que Marx apresenta em *O Capital*, de 1867, já estava elaborada por ele e Engels, no *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848, quando afirmavam que

quando o trabalho dos homens exigir menos habilidade e força, ele é suplantado pelo das mulheres e das crianças, isto é o desenvolvimento da indústria moderna. As diferenças de idade e de sexo não têm importância social para a classe operária. Todos são apenas instrumentos de trabalho, variando o preço conforme a idade e o sexo (MARX e ENGELS, 1984, p. 25).

De acordo com HIRATA (2002, p. 19) ao tratar das teorias sobre o emprego, as pesquisas por ela examinadas e desenvolvidas sobre a realidade do Japão, da França e do Brasil, indicam que “há uma assimetria fundamental entre o (des)emprego e o trabalho masculinos e femininos” nos três países estudados. Para ela “um enfoque do ponto de vista das relações de gênero mostra que o problema do emprego está longe de se esgotar na consideração do mercado de trabalho”. Isso se deve ao grau de complexidade retratado pelo mercado de trabalho no que diz respeito às formas de trabalho “assalariado formal/remunerado/informal/domésticos”. Ela afirma que “devem ser feitos” estudos sobre a divisão sexual do trabalho que “mostrem as inter-relações entre assalariamento, informalidade e subcontratação” (*Ibid.*, p. 19).

Para essa mesma autora,

se levarmos em conta as relações de gênero, é possível afirmar que a relativização do trabalho assalariado foi feita de longa data: o trabalho doméstico/a gestão da esfera doméstica, modalidade de trabalho central na vida do conjunto das mulheres e estratégica no funcionamento da sociedade, é o exemplo-arquétipo desse trabalho não assalariado, não remunerado, não profissional, não formal e não estatutário. Por outro lado, o trabalho profissional pode ser visto como lugar privilegiado de socialização, de encontro, de acesso ao coletivo para as mulheres, sobretudo nas lutas e nos movimentos sociais (KERGOAT, 1989, 1992³²); também nesse sentido, a centralidade do trabalho é inegável (HIRATA, 1998, p. 22).

Com relação às dimensões subjetividade e trabalho, HIRATA (2002, p. 19) escreve que “os estereótipos sexuais, as identidades sexuais e as representações

³² KERGOAT, Danièle. Lutas operárias e relações sociais de sexo: da construção do sujeito coletivo no universo de trabalho operário. In: **Seminário Internacional Políticas de gestão, Relações de Trabalho e Produção Simbólica**. 16-17 ago. 1989, São Paulo. Anais... São Paulo: CODAC/USP.

sociais da virilidade e da feminilidade são amplamente utilizados na gestão da mão de obra do mundo industrial”.

Esse é um outro fator que, embora se materialize no interior da empresa, tem as suas origens na esfera da reprodução social, das tradições e da base civilizatória de cada país e de cada região.

Cada estereótipo exprime-se como uma construção social. As ‘mulheres de Atenas’ eram mulheres, mas eram mulheres socialmente determinadas. Já as mulheres guerreiras, ‘valentes cavaleiras espartanas’ exprimiam um outro estereótipo, como construções sociais inteiramente diferentes umas das outras, embora todas elas fossem gregas.

Para SILVA (1997, p. 61) “qualquer sociedade tem definidas, com mais ou menos rigidez e exclusividade, esferas de atividades que comportam trabalhos e tarefas considerados apropriados” para os indivíduos do sexo masculino ou do sexo feminino. De acordo com essa autora

de modo geral, a esfera feminina situa-se no mundo doméstico privado, da produção de valores de uso para o consumo do grupo familiar, da reprodução da espécie e do cuidado das crianças, dos velhos e dos incapazes, enquanto que as atividades de produção social e de direção da sociedade, desempenhadas no espaço público, são atribuições masculinas (*Ibid.*, p. 61).

O estereótipo é aquilo que assume a condição de “lugar comum”, “clichê” ou de “chavão”, como define FERREIRA (1986). Ou seja, aquilo que se fixou, ou se popularizou pela repetição (estereotipar: ... tornar-se fixo, inalterável).

O estereótipo expressa, portanto, a ideologia dominante na sociedade. Esta, por sua vez, se torna senso comum, trazendo inseridos os diferentes mecanismos de preconceitos e de discriminação. Uma das formas mais evidentes de preconceito contra a mulher está associada ao campo ocupacional e à situação de remuneração³³ da sua força de trabalho na sociedade capitalista.

YANNOULAS (2001, p. 72) destaca três formas de discriminação no mercado de trabalho: a “direta ou manifesta”; a “encoberta ou indireta” e a “autodiscriminação”.

_____. **Les absentes de l’histoire**. Autrement, nº 126. (Série Mutations).

³³ Sobre as condições da força de trabalho feminina no Brasil, YANNOULAS (2001, p. 77) destaca que a mulher sofre uma grande segmentação ocupacional “concentrando-se em poucas atividades do setor de serviços, padecendo de um alto subemprego, ocupando os níveis mais baixos de escala ocupacional e obtendo um salário médio 46% inferior ao dos homens”.

A primeira, segundo a autora diz respeito “às regras e códigos instituídos para salvaguardar espaços de poder, ou seja, a exclusão explícita de um grupo social, em razão de seu sexo, raça, religião, idade...” (*Ibid.*, p. 72). Ressalta-se que quanto mais desigual for a sociedade, mais propícia se torna a manifestação de discriminação desse porte. Trata-se de luta por sobrevivência no interior da própria classe trabalhadora, ou seja, a competição entre os diferentes grupos sociais, dentre os quais as mulheres, na arena do mercado de trabalho.

A segunda forma de discriminação, encoberta ou indireta, está ligada “às idéias e práticas admitidas informalmente, influenciando um comportamento ‘usual’ e ‘válido’ para cada grupo social” (grifos da autora) (*Ibid.*, p. 72). Não se trata, no entanto, de uma estereotipagem de caráter neutro. Eles exprimem formas de segregação social e, do ponto de vista econômico, uma maneira de eliminação de pares concorrentes no tão competitivo mercado de trabalho.

O terceiro tipo de discriminação – autodiscriminação – “constitui-se de mecanismos internos de repressão que modelam nossos desejos, expectativas, anseios e motivações, de forma que algumas opções educacionais ou profissionais tornam-se impulsivas e, outras, fortemente orientadas” (*Ibid.*, p. 72). Um exemplo disso pode ser observado nos próprios veículos de ideologias das telenovelas, em que pessoas negras fazem, normalmente, papéis de mordomos, seguranças ou trabalhadores domésticos.

A caracterização apontada por SILVA (1997) no que diz respeito aos campos de atribuições masculinas e femininas, sendo para o primeiro a responsabilidade do labor no “mundo doméstico privado” e para o segundo a de “direção da sociedade” e aquelas funções “desempenhadas no espaço público”, retrata um processo contraditório, tensionante, de lutas políticas, ideológicas e sociais. Em alguns momentos históricos e em algumas regiões, esse quadro se expressa com mais ou menos fidedignidade. A sua correspondência está associada às formações sociais de tradições mais conservadoras. No entanto, na medida em que as estruturas de poder, econômicas, de dominação e as formas de opressão passam a ser questionadas e concretamente enfrentadas pelas forças sociais constituídas no âmbito da classe oprimida, ele se torna um quadro vulnerável e, como tal, passa a demonstrar suas fraquezas e suas mazelas.

Ao atingir esse patamar de exposição das contradições relativas à divisão social e sexual do trabalho, vários segmentos sociais organizados³⁴, principalmente constituídos por mulheres trabalhadoras, têm avançado no nível de compreensão e lutas, por diferentes formas e sob diferentes prismas ideológicos e políticos, para romper com essa forma de opressão que recai sobre a mulher no capitalismo. Esse entendimento, no entanto, não é hegemônico. Ele se expressa como contra-ideologia dominante.

Por fim, às preocupações conceituais com a questão da divisão sexual do trabalho devem ser articuladas ao campo teórico das relações sociais entre sexo e gênero. Entende-se a questão do gênero “como construção social, cultural e histórica das categorias masculino e feminino” (HIRATA, 2002, p. 22).

A busca para a caracterização conceitual da divisão sexual do trabalho, até aqui desenvolvida, orientou-se no sentido de tomar a sua noção como “relação social”, diferenciando-a da de “vínculo social”. Hirata vê essas duas teorias como antagônicas entre si na conceituação da divisão sexual do trabalho. A esse respeito afirma que

duas grandes teorias da divisão sexual do trabalho se opõem e divergem. A primeira remete mais a uma conceitualização em termos de “vínculo social”, por meio de seus conteúdos conceituais (solidariedade orgânica, complementaridade conciliação, coordenação, parceria, especialização e divisão dos papéis). A segunda remete mais a uma conceitualização em termos de “relação social” (divisão do trabalho, contradição, antagonismo, oposição, dominação, opressão, poder) e a uma teoria geral das relações sociais (grifos da autora) (*Ibid.*, p. 279).

Os estudos tomados como referência para a caracterização da divisão sexual do trabalho, correspondem às pesquisas em que são destacados tanto os aspectos da feminilização³⁵, ou seja, os dados estatísticos e do peso quantitativo da situação ocupacional e profissional da mulher, quanto aqueles relacionados à feminização, relativos à dimensão qualitativa do “valor social de uma profissão ou ocupação” em seu vínculo com a concepção de gênero (YANNOULAS, 2001, p. 74).

O estudo sobre a divisão sexual do trabalho precisa ser aprofundado, como bem apontou Hirata sobre a relação formalidade/informalidade, como também

³⁴ A realização do I Simpósio Brasileiro de Gênero e Mídia, em Curitiba, de 14 a 17 de agosto de 2005, foi muito rica no sentido de revelar a existência de diversos grupos de estudos e movimentos que militam na luta contra a discriminação envolvendo a temática de gênero na mídia.

³⁵ Adotou-se a conceituação de feminilização e feminização com base em YANNOULAS (2001, p. 74).

investigando o próprio entendimento que os homens e mulheres têm de si, sobre suas inserções no trabalho, quer na esfera doméstica, quer na esfera empresarial.

4 A INDÚSTRIA DE ELETRODOMÉSTICOS³⁶ E OS ENTREVISTADOS – ATORES DA PESQUISA

4.1 PASSOS METODOLÓGICOS

A opção por uma pesquisa em uma indústria do ramo de eletrodomésticos se deu pelo interesse em investigar o comportamento e as relações entre trabalhadores e trabalhadoras no local de trabalho, quando da fabricação de aparelhos e utensílios que fizessem parte do cotidiano dessas pessoas e que, supostamente, fossem mais utilizados pelas mulheres no ambiente doméstico.

Associado aos aspectos da pesquisa exploratória, envolvendo a análise dos estudos que tratam o tema da divisão sexual do trabalho, no âmbito das mudanças em curso nos processos de trabalho sob o regime de acumulação de capital, e da conceituação de gênero, este estudo constituiu-se também por uma investigação empírica, de campo, com um grupo de trabalhadores e trabalhadoras, representativo no plano do que se define como pesquisa qualitativa, tendo o objetivo de colher dados, impressões e opiniões que pudessem subsidiar a análise da percepção que eles têm de si, dos processos e das relações de trabalho nas quais estão inseridos.

A modalidade da pesquisa qualitativa, segundo BOGDAN e BIKLEN³⁷ *apud* ANDRÉ e LÜDKE (1986), constitui-se em cinco características básicas:

1. A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento;
2. Os dados coletados são predominantemente descritivos;
3. A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto;
4. O “significado” que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador;
5. A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo (grifo dos autores) (BOGDAN e BIKLEN *apud* ANDRÉ e LÜDKE, 1986, p. 11-13).

Essa modalidade de pesquisa de acordo com CHIZZOTTI (2000, p. 78) “abriga correntes de pesquisa muito diferentes” as quais se fundamentam “em alguns pressupostos contrários ao modelo experimental” e adotando “métodos e técnicas de pesquisa diferentes dos estudos experimentais”. A pesquisa qualitativa

³⁶ Foi acordado entre os responsáveis pela *Empresa* e a autoria desse trabalho, no âmbito do PPGTE, da UTFPR, que a identidade da instituição na qual a pesquisa foi realizada deveria ser preservada na exposição do trabalho.

constitui-se a partir de um conjunto de fundamentos e técnicas aplicáveis nos estudos do comportamento humano e social, realizados pelas Ciências Humanas.

Para Chizzotti, nos estudos realizados pelas Ciências Humanas com base na pesquisa qualitativa, os cientistas “optam pelo *método clínico* (a descrição do homem em uma dada cultura) e pelo *método histórico-antropológico*, que captam os aspectos específicos dos dados e acontecimentos no contexto em que acontecem”, “em oposição ao método experimental” (grifos do autor) (CHIZZOTTI, 2000, p. 79).

De acordo com esse mesmo autor, a “forma como apreende e legitima os conhecimentos” coloca em dois campos a “pesquisa qualitativa” e os “estudos experimentais”.

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações (*Ibid.*, p. 79).

Esse mundo real no qual estão inseridos os sujeitos pesquisados e a pesquisadora, no caso específico deste trabalho, constitui-se enquanto uma relação social envolvendo as trabalhadoras e os trabalhadores de uma empresa, no bojo de uma totalidade histórica, caracterizada pelo modo de viver, produzir e reproduzir, no capitalismo. Isso implica em compreender a pesquisa qualitativa na sua dimensão dialética, envolvendo uma “relação dinâmica entre o sujeito e o objeto no processo do conhecimento”, valorizando “a contradição dinâmica do fato observado e a atividade criadora do sujeito que observa, as oposições contraditórias entre o todo e a parte e os vínculos do saber e do agir com a vida social dos homens” (*Ibid.*, p. 80).

Tomando como base os objetivos deste estudo, voltados para investigar como a *Empresa* emprega o trabalho feminino e qual a noção que expressa acerca dele, bem como a percepção que os trabalhadores e trabalhadoras têm das características do trabalho que realizam, em que condições o executam, envolvendo a percepção que têm de si, enquanto trabalhadores, elaborou-se um Roteiro para as entrevistas, com perguntas semi-estruturadas, a serem realizadas com o

³⁷ BOGDAN, R e BIKLEN, S.K. **Qualitative Research for Education**. Boston, Allyn and Bacon, Inc. 1982.

responsável ou representante da área de Recursos Humanos – RH (em ANEXO), e também um Roteiro para utilização com os trabalhadores e trabalhadoras da Produção da *Empresa* (em ANEXO).

A composição do grupo de trabalhadores formada por sete homens e sete mulheres, empregada para o desenvolvimento da investigação deu-se a partir da indicação do responsável pela *Empresa* na área de RH, a qual foi aceita tendo em vista atender aos contornos e aos objetivos deste estudo. As entrevistas foram feitas no próprio local de trabalho dos trabalhadores, dentro de seu horário de expediente. Elas foram todas gravadas e posteriormente transcritas. Isso facilitou para que muitas questões fossem se revelando ao longo desse processo.

Todos os horários agendados foram respeitados e não houve qualquer dificuldade na obtenção de dados bem como na pesquisa empírica que constou de entrevistas com o corpo de funcionários da mesma. Todos os entrevistados foram indicados pela área de Recursos Humanos da *Empresa*, que agendou as entrevistas, propiciando, assim, os contatos. Cabe ressaltar, porém, que na época em que as entrevistas foram realizadas, em agosto de 2005, o clima dentro da *Empresa* estava um tanto quanto tenso pois a área de Produção estava na eminência de uma greve, por melhores salários, e, em contrapartida, haviam muitos rumores de demissões de pessoal, talvez como forma de pressão psicológica por parte dos empregadores. A realização da greve, no entanto, não se efetivou. Como tem registrado a Sociologia do Trabalho (ANTUNES, 2000), no processo de reestruturação produtiva, que marca as duas últimas décadas do século XX e adentra o século XXI, verifica-se um maior enfraquecimento dos Sindicatos e, conseqüentemente, a diminuição da capacidade de luta dos trabalhadores, chegando a um grau bastante elevado tanto de “dessindicalização”, quanto de enfrentamentos grevistas por parte dos trabalhadores.

A *Empresa* tem boa receptividade para pesquisadores, apenas reservando-se o direito da garantia da supressão de seu nome, por questões, segundo informações fornecidas, de política interna e relações com os seus investidores.

A caracterização da empresa também contou com apoio teórico de dados publicados em seu *site*, em estudos realizados anteriormente na mesma *Empresa* (GARCIA, 2000 e ONO, 2004), em *folders* e depoimentos da entrevistada da área de Recursos Humanos.

A EMPRESA PESQUISADA

A empresa que serviu de espaço para a realização da pesquisa empírica, aqui denominada *Empresa*, foi caracterizada a partir de dados examinados em documentos fornecidos pela área de Recursos Humanos e por meio de informações obtidas com entrevistas realizadas com uma funcionária respondendo pela área de RH.

A *Empresa* possuía durante o período da realização da pesquisa, em agosto de 2005, 1178 funcionários no total, sendo 738 do sexo masculino e 440 do feminino. Os funcionários operacionais entrevistados, num total de quatorze (sete homens e sete mulheres), exerciam seus trabalhos numa unidade destinada à produção de eletrodomésticos da linha branca – refrigeradores e *freezers*. Nessa unidade trabalhavam 562 funcionários, sendo 436 homens e 126 mulheres.

O fenômeno marcado pelo uso crescente de novas tecnologias aplicadas aos processos produtivos tem como característica básica o enxugamento do número de funcionários pelas empresas. A mesma unidade da empresa investigada por este estudo, com 562 funcionários, apresentava um quadro formado por 950 funcionários no ano de 2000 (GARCIA, 2000, p. 48). Trata-se, portanto, de uma redução de 388 trabalhadores, correspondendo a aproximadamente 41% da força de trabalho.

A *Empresa* está no mercado há 86 anos. Inicialmente era de pequeno porte, de cunho familiar, que fabricava somente um tipo de refrigerador para atender à demanda de uma loja específica. Hoje é transnacional, que se estabeleceu na região por meio de um processo de aquisição (compra e venda), de uma empresa tradicional, do mesmo ramo, fundada em Curitiba, por empresários paranaenses, em 1949³⁸.

Falar-se em empresa transnacional e levando-se em conta os próprios indicadores relacionados ao volume da produção e à destinação dos seus produtos, pode inferir-se que se trata de uma empresa que apresenta índices de competitividade global, ou seja, grande capacidade de sobreviver e sobressair-se no

mercado mundializado. Nesse sentido, levando-se em conta os estudos que afirmam a relação da competitividade global das empresas (COUTINHO e FERRAZ, 1994), (TOFFLER, 1980), (BAUMANN, 1996), (THUROW, 1997), (NAISBITT, 1994), (RIFKIN, 1995), com a reestruturação produtiva, aí compreendendo o uso de novas tecnologias físicas e organizacionais, culminando na superação do paradigma taylorista-fordista pelo paradigma de acumulação flexível ou toyotista, poder-se-ia afirmar que a *Empresa* estaria se direcionando na perspectiva dessa superação. No entanto, não foi essa a confirmação obtida pelos estudos empíricos. A tendência verificada foi de que ocorre, nos processos de trabalho da referida *Empresa*, não a superação de um modelo por outro, mas a coexistência dos mesmos, realidade próxima da que foi examinada por GOUNET (1999), na esfera da indústria automobilística e por HARVEY (1992), em que ambos apontam a coexistência dos dois modelos.

É considerada, de acordo com a mesma entrevistada, líder mundial na produção e comercialização de eletrodomésticos para uso em ambientes internos e externos, como refrigeradores, lavadoras, fogões, fornos de microondas, condicionadores de ar, aspiradores de pó e água, lavadoras de alta pressão, cortadores de grama, tratores para jardinagem e motosserras. Segundo informações da área de RH, a cada ano, consumidores em mais de 160 países compram mais de 55 milhões de produtos da *Empresa* para uso doméstico e profissional. Seus produtos estão presentes em mais de 400 milhões de lares em quase todos os países do mundo.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DA REPRESENTANTE DA EMPRESA

A responsável pelo fornecimento das informações e respondente da entrevista, aqui denominada Roberta³⁹, designada pela própria *Empresa*, trabalha na área de Recursos Humanos. É do sexo feminino, tem 23 anos, é solteira, formada

³⁸ GARCIA, Nilson M. D. **Física Escolar, Ciência e Novas Tecnologias de Produção: o desafio da aproximação.** São Paulo, 2000. 276f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

³⁹ Todos os verdadeiros nomes dos entrevistados e entrevistadas foram ocultados, sendo substituídos pelos que constam na TABELA 1, atribuídos de modo fictício, como forma de preservação de suas identidades.

em Psicologia e ocupa o cargo de Analista de Recursos Humanos. Trabalha na *Empresa* há 3 anos, onde iniciou como estagiária na mesma área.

É responsável pelo gerenciamento e acompanhamento dos processos de recrutamento e seleção de pessoal na *Empresa*. Realiza entrevistas admissionais e demissionais.

O fato de ser ela do sexo feminino não significa que a pesquisa tenha sido concebida para saber a opinião da mulher, mas da representação da *Empresa* que, por acaso, a Diretoria destacou uma mulher.

4.3 CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS QUE CONSTITUÍRAM O UNIVERSO DA PESQUISA

O grupo que constituiu os sujeitos da pesquisa foi formado por catorze trabalhadores, sendo sete mulheres e sete homens, caracterizados segundo a TABELA 1, abaixo.

TABELA 1 – CARACTERIZAÇÃO DOS TRABALHADORES ENTREVISTADOS

FUNÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	SEXO	IDADE (anos)	ESTADO CIVIL	Nº DE FILHOS	TURNO DE TRABALHO	TEMPO DE EMPRESA (a = anos; m = meses)	ESCOLARIDADE (completa)	SETOR
Auxiliar de produção	Alberto	M	27	Solteiro	Não tem	14h às 22h	9m	Fundamental	Injeção
Auxiliar de produção	André	M	33	Casado	3	14h às 22h	4a	Médio	Injeção
Auxiliar de produção	Aurora	F	38	Casada	4	6h às 14h	5a	Fundamental	Impressão
Auxiliar de produção	Adriana	F	36	Casada	2	6h às 14h	2a	Fundamental	Impressão
Auxiliar de produção	Arabela	F	25	Casada	2	14h às 22h	8m	Fundamental	Injeção
Auxiliar de produção	Ana	F	28	Casada	2	6h às 14h	3a	Médio	Injeção
Auxiliar de produção	Andréia	F	23	Casada	Não tem	22h às 6h	2a	Fundamental	Impressão
Auxiliar de produção	Amália	F	23	Casada	1	6h às 14h	1a2m	Fundamental	Injeção
Auxiliar de produção	Augusta	F	28	Casada	2	6h às 14h	2a	Fundamental	Injeção

Operador de máquina	Otacílio	M	29	Casado	2	6h às 14h	4a	Médio	Impressão
Operador de máquina	Odilon	M	31	Casado	3	22h às 6h	3a	Médio	Impressão
Operador de máquina	Oto	M	28	Casado	3	6h às 14h	5a	Médio	Injeção
Operador de máquina	Oberdan	M	31	Casado	4	22h às 6h	4a	Médio	Injeção
Supervisor de produção	Sandro	M	36	Viúvo	2	14h às 22h	5a	Médio	Injeção

Elaboração da autora

A média etária entre as mulheres, nesta pesquisa, é de 28 anos e dos homens, 30 anos. Segundo a entrevistada do RH, a *Empresa* está contratando, atualmente, “em caráter experimental”, mulheres na faixa dos 40-43 anos, pois “elas seriam mais assíduas e não teriam tanto problema com filhos muito pequenos”.

Todas as mulheres trabalhadoras entrevistadas se dizem casadas. Do universo masculino, 5 são casados, 1 é solteiro e 1 é viúvo. De acordo com a área de RH, deve-se entender por “casado” não necessariamente uma união civil formal, mas que tem um companheiro fixo por mais de 1 ano.

Com relação ao número de filhos a maioria delas (4) tem 2 filhos cada; uma tem 4 filhos; uma tem 1 filho e uma mulher não tem filhos. Já os homens, três deles têm 3 filhos; dois têm 2 filhos; um tem 4 filhos e um homem não tem filhos.

Andréia, Auxiliar de produção, relatou que sonha em ter filhos mas encontra um empecilho considerável: ela trabalha no turno da madrugada (das 22 horas às 6 horas) e “não pode mudar de horário” pois afirma que precisa muito do “adicional noturno” que recebe. Trabalhando nesse turno não teria com quem deixar o bebê. Nessas condições o trabalho sob a forma de mercadoria que valoriza o mundo das coisas, aumenta, como afirmou MARX (1993, p. 159), “em proporção direta à desvalorização do mundo dos homens”, ou seja, nesse processo de “desrealização do trabalhador” ocorre a “objetivação do trabalho”.

Desse contexto de objetivação implica a condição de alienação do trabalhador no capitalismo, ou como afirma Marx:

(...) o trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz a privação para o trabalhador. Produz palácios, mas casebres para o trabalhador. Produz beleza, mas deformidade para o trabalhador. Substitui o trabalho por

máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores para um trabalho bárbaro e transforma os outros em máquinas. Produz inteligência, mas também produz estupidez e o cretinismo para os trabalhadores (MARX, 1993, p. 161).

Esse processo de privação a que o trabalhador fica submetido nas relações capitalistas de produção implicam todas as dimensões humanas, passando desde as condições materiais às espirituais. Ou, como pode ser observado na fala da entrevistada Andréia, nem mesmo a condição procriativa da mulher é respeitada pelos donos do capital. Sob a lógica desse regime o trabalhador permanece privado da sua condição humana, tal como foi escrito por MARX (1993, p. 162): “o homem (o trabalhador) só se sente livremente ativo nas suas funções animais – comer, beber e procriar, quando muito, na habitação, no adorno, etc. – enquanto nas funções humanas se vê reduzido a animal. O elemento animal torna-se humano e o humano animal”. Sendo que no estudo relacionado às condições de trabalho das mulheres na referida *Empresa* verifica-se que nem mesmo as “funções animais” relacionadas à procriação são respeitadas, tendo em vista que a reprodução humana e o cuidado com os filhos são entendidos como causa do “absenteísmo” entre as mulheres trabalhadoras, conforme relatou a representante do RH, da *Empresa*.

As sete mulheres entrevistadas são Auxiliares de Produção. Ressalte-se que esse é o cargo com que são contratadas. Não implica necessariamente que, na prática, não desempenhem funções inerentes a outros cargos, como o de Operadora de máquinas, por exemplo. Foi entrevistado um homem, Supervisor de produção, quatro Operadores de máquina e dois Auxiliares de produção.

Quando questionadas sobre qual a função que desempenhavam anteriormente em outra empresa, ou no âmbito do trabalho informal, duas mulheres responderam que esse era o seu “primeiro emprego” – querendo com isso esclarecer que se tratava da primeira oportunidade de emprego formal, com carteira assinada que desempenhavam, uma vez que anteriormente exerciam somente os trabalhos domésticos, o que, para elas, não é considerado como trabalho, por não ser remunerado. Uma mulher era Auxiliar de produção em outra empresa; uma delas desempenhava a função de diarista e babá; outra era Panfleteira⁴⁰ e outra era Diarista e Auxiliar de serviços gerais. Já a maioria dos homens desempenhava,

anteriormente, funções relativas ao exercício de uma profissão relacionada à área industrial, pois três deles eram Auxiliares de produção; um era Ajudante de produção; outro veio da Lavoura e posteriormente atuou como Ajudante de produção; um homem também atuava na Lavoura e posteriormente foi Auxiliar mecânico e apenas um era Pedreiro.

Das sete mulheres entrevistadas, seis têm escolaridade do ensino fundamental completo e apenas uma tem o ensino médio completo. Com relação aos sete homens entrevistados, a realidade é exatamente inversa pois um deles tem o ensino fundamental completo e seis, o ensino médio completo. Vários deles (tanto homens como mulheres) disseram ter concluído o nível de escolaridade que se encontram valendo-se de estudos na modalidade de supletivo. É importante ressaltar, também, que ouvimos apenas de alguns poucos homens o interesse em cursar uma faculdade, principalmente de engenharia mecânica ou elétrica.

Com relação a cursos técnicos todos os trabalhadores participam, assim que ingressam na *Empresa*, de cursos de Segurança e Higiene no Trabalho. Os Auxiliares de produção participam do curso de Manuseio Correto de Ferramentas e Procedimentos de Embalagem e Liberação da Produção. Esses cursos são ministrados pelos Supervisores de produção, na própria *Empresa*. Os Operadores de máquina participam dos mesmos cursos que os Auxiliares, além de Leitura e Interpretação de Desenho, Matemática Básica e Operação Básica de Máquinas. Alguns recorrem diretamente ao SENAI e participam do curso de Operador de 1ª Linha. Esses cursos são ministrados por instrutores credenciados pelo SENAI. Os Supervisores de produção participam de todos os cursos que os Auxiliares e Operadores participam, além do curso de Supervisor de Primeira Linha, no SENAI. Havendo necessidade, o próprio Supervisor recorre à área de Treinamento e Desenvolvimento de Pessoal para a realização de cursos extras para aperfeiçoamento e/ou reciclagem dos trabalhadores.

No que tange ao tempo que trabalham na *Empresa*, os períodos variam bastante. Uma mulher está há 8 meses na *Empresa*; uma, há 1 ano e 2 meses; três trabalham há 2 anos; uma, há 3 anos; e uma, há 5 anos. Do universo masculino um

⁴⁰ A função de Panfleteira diz respeito à entrega de folhetos e panfletos, principalmente nos cruzamentos das ruas, objetivando propagandar os mais variados produtos e serviços para serem comercializados, ou mesmo propagandas de posições políticas e partidárias de candidatos.

homem trabalha há 9 meses na *Empresa*; um, há 3 anos; três, há 4 anos; um homem há 4 anos e meio; e um, há 5 anos e 3 meses. Segundo a entrevistada do RH há uma maior rotatividade por parte das mulheres, na maioria dos casos para a preservação do emprego do marido. Ela disse que muitas delas acabam pedindo demissão principalmente para a dedicação aos filhos, já que é quase sempre delas a responsabilidade em acompanhá-los na escola, no cuidado com a saúde, bem como a administração dos afazeres domésticos.

Com respeito ao tempo que trabalham na mesma função, e recordando que todas as mulheres são Auxiliares de produção, uma atua há 8 meses; uma, há 1 ano e 2 meses; quatro, há 2 anos; e uma atua há 3 anos. Um homem, que é Auxiliar de produção, está na função há 9 meses; dois Operadores de máquina estão há 3 anos na função; dois, há 4 anos; um Auxiliar de produção exerce há 4 anos e meio e o Supervisor de produção entrevistado atua na função há 5 anos e 3 meses.

Todos os entrevistados trabalham numa jornada de 48 horas semanais, em turnos de 8 horas de trabalho diárias, com o domingo livre, sendo esse dia trabalhado apenas em regime de hora extraordinária, quando a demanda da produção assim requer.

Cinco das mulheres trabalham no turno “A”, das 6 horas às 14 horas; uma trabalha no Turno “B”, das 14 horas às 22 horas e apenas uma trabalha no Turno “C”, das 22 horas às 6 horas da manhã. Esse turno da madrugada não é o preferido pelas mulheres, e em alguns casos a participação delas é impeditiva, simplesmente pelo fato de ser mulher, como afirmou uma delas à essa pesquisa

Eu tenho 2 meninas e 2 meninos. Os 3 menores ficam de manhã na creche e de tarde vão para a escola. A mais velha estuda de manhã e leva os pequenos para a creche. Por isso eu já falei que não posso mudar de horário, porque não posso trabalhar de noite e nem até 10 horas da noite. Meu marido também trabalha o dia todo. Quando eles ficam doentes ou precisam ir ao médico, eu levo de tarde, ou a creche leva de manhã e eu vou junto e trago atestado. Mas às vezes a creche mesmo leva para consultar no Posto, porque eu trabalho de manhã. Quando é de tarde eu levo ao médico. (*Aurora, 38 anos, Auxiliar de produção, setor de Impressão*)

Verifica-se que a divisão sexual do trabalho dentro da *Empresa* está associada a divisão sexual do trabalho na sociedade, impondo para a mulher a dupla, ou às vezes, tripla jornada de trabalho, bem como a sua responsabilização por questões relativas aos cuidados com os filhos e afazeres domésticos. Ou seja, a

divisão sexual do trabalho se expressa nas relações sociais – na empresa, na sociedade e na dimensão doméstica.

Dos sete homens entrevistados percebeu-se uma verdadeira distribuição nos turnos de trabalho: dois deles trabalham no Turno “A”, das 6 horas às 14 horas; 3 deles, no Turno “B”, das 14 horas às 22 horas e 2 deles, no Turno “C”, das 22 horas às 6 horas da manhã. Evidenciou-se que os homens preferem o turno da madrugada em decorrência do adicional noturno que recebem, não se importando, porém, com os danos que estão acarretando à sua saúde. Muitos deles disseram que essa é a forma que têm para garantir a reforma da casa, a troca do carro e uma vida melhor para os filhos. Essa afirmação, no entanto, é muito questionável, porque essa “vida melhor” reporta-se ao âmbito material, pois o fato de trabalharem à noite faz com que fiquem privados da companhia e acompanhamento dos filhos, durante o dia, quando precisam dormir para repor as energias.

5 AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA EMPRESA PESQUISADA

5.1 A FORÇA DE TRABALHO FEMININA NA VISÃO DA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS DA EMPRESA

Respondendo à questão relacionada ao interesse empresarial pela força de trabalho feminina, de importância deste estudo, a entrevistada da área de RH da *Empresa* respondeu que “os interesses empresariais pelo emprego do trabalho feminino são contraditórios”, fazendo com que a instituição relute na contratação de mulheres.

Analisando os conteúdos desses aspectos “contraditórios” contidos nas afirmações da respondente pelo RH da *Empresa*, pode-se desdobrá-los em dois campos: “negativos e positivos”, segundo os interesses empresariais. Esses dois pólos foram elencados pela entrevistada.

Os “aspectos negativos”, ou seja, aquilo que em tese geraria dificuldades à rotina do trabalho, às metas na produtividade e ao padrão de acumulação de capital pela empresa, podem ser identificados por dois ângulos. Um, sobre a condição biológica, envolvendo a gravidez da mulher na procriação humana, e outro, relacionado à condição da mulher socialmente determinada, segundo os padrões predominantes de sua subjugação na relação de gênero no casal fora do ambiente de trabalho.

Dentre os fatores de dimensão biológica, apontados pela *Empresa*, que fazem com que a mesma relute na contratação da mulher estão a “gravidez” e a “licença-maternidade⁴¹”. Pois, segundo a entrevistada do RH, que é mulher, esses fatores contribuiriam “para o absenteísmo”, compreendido como falta de assiduidade ao trabalho.

A perpetuação da espécie, cuja gravidez não pode ser transferida para o homem torna-se, assim, um castigo para a mulher, de acordo com essa manifestação da representante do capital. Nesse caso, a condição biológica da mulher torna-a um ser social de segunda opção no momento de concorrer a um

⁴¹ A licença maternidade é um direito assegurado na Constituição Federal, em 1988, cujo Art. 7º, XVIII, garante “licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias” (BRASIL, 1988, p. 13).

emprego numa empresa. Da mesma forma, o direito social conquistado com a licença-maternidade tornou-se uma ameaça e um fator de exclusão da mulher no mercado de trabalho. Ou seja, aquilo que é humano, que é biológico, que é direito adquirido, torna-se causa do “absenteísmo”.

Dentre os fatores de ordem social apontados pela *Empresa*, relacionados com aqueles que tornam a mulher “muito complicada” – como relatou a entrevistada do RH – estão, “em primeiro lugar”, “o cuidado e a preocupação com os filhos”, e ainda, a preocupação “com os maridos, com os companheiros e com o lar”. Esses são, de fato, componentes de ordem social que remetem às relações de gênero no trabalho extra-empresarial, atingindo as esferas do cotidiano e da família, mas que se relacionam direta ou indiretamente com a possibilidade de inserção, ou não, da mulher no mercado de trabalho, tal como afirmou Hirata:

(...) as relações homens-mulheres e a atribuição de um certo número de trabalhos exclusivamente às mães limitaram a possibilidade de aparecimento de um comportamento indiferenciado dos membros da família como simples “força de trabalho”. Esse problema é reforçado pelo fato de os empregadores também verem as mulheres como as responsáveis pela supervisão da vida familiar. Isso tem como consequência uma discriminação, por parte da empresa, das mulheres casadas e uma nítida preferência pelas mulheres solteiras sem filhos e, portanto, sem “família pela qual se responsabilizar” (grifos da autora) (HIRATA, 2002, p. 194).

A relação entre a divisão sexual do trabalho no âmbito familiar e a forma de perceber as condições das mulheres trabalhadoras, segundo a *Empresa*, está em que “o turno de trabalho do marido é intocável”. “É no horário de trabalho delas” – mulheres – “que levam os filhos ao médico e que também muitas vezes resolvem os problemas de casa e dos maridos”, afirmou a entrevistada, respondendo pela área de RH.

O campo que caracterizaria os “fatores positivos”, que, portanto, favoreceria a contratação e o emprego da força de trabalho feminina pela *Empresa*, pode ser definido como de natureza social, obedecendo a uma dimensão de ordem comportamental da mulher nas relações de trabalho. A entrevistada do RH afirma, a partir dos processos de trabalho da *Empresa*, que “a mulher é muito mais caprichosa e dedicada que o homem”. A representante empresarial evidencia isso a partir da relação que a mulher estabelece com o posto de trabalho e com a obediência às ordens. Ela afirmou que “elas” – as mulheres – “respeitam mais os horários e as normas de segurança” e “acatam melhor as orientações passadas”. (...) “Nas

questões de negociações salariais elas também não argumentam muito”. O grau de adesão aos objetivos da empresa e à baixa resistência das mulheres trabalhadoras à exploração da sua força de trabalho pelo capital (a *Empresa*), fica evidente quando a representante da área de RH, respondente desta pesquisa, afirma: “Nas festas de final de ano que realizamos para os funcionários percebemos o orgulho que elas têm em mostrar aos filhos e à família o lugar onde trabalham. Tiram fotografias e fazem questão de vir apresentá-los à gente”.

As afirmações da representante empresarial confirmam impressões do senso comum, isto é, da ideologia dominante em nossa sociedade acerca da conduta feminina como de “ser mais caprichosa, obediente, menos contestadora, etc.”. Essa ideologia, no entanto, predomina entre as mulheres em que há um alto grau de conformismo que acaba sendo útil à hierarquização social imposta pelo capital. Não se trata de atributos naturais e sim socialmente construídos. Essa visão dicotômica que associa posturas, comportamentos, ao sexo, reproduz uma noção biologizante que vem sendo superada pela perspectiva relacional do gênero.

Trata-se de um grande paradoxo. Por um lado, a condição de subjugação da mulher fora da empresa é um fator que a desqualifica na hora de disputar um emprego com o homem, porque ela assume um conjunto de responsabilidades no cotidiano familiar que geraria um “absenteísmo” no trabalho empresarial, condição em que levaria a empresa a dar preferência por “mulheres solteiras, sem filhos e sem família pela qual se responsabilizar”, tal qual buscou-se a afirmação de HIRATA (2002) anteriormente, ou por homens em vez de mulheres. Por outro, a *Empresa* aponta como atributo importante das mulheres trabalhadoras um conjunto de atitudes de natureza subjugada, reduzindo a condição da mulher enquanto sujeito.

Segundo a representante do RH as mulheres “são respeitadas” na fábrica. Ela afirmou que o número de mulheres já foi bem menor que o que existe atualmente: “hoje tem muitas e são essenciais”. Para ela a preferência pela força de trabalho feminina na *Empresa* está situada nas áreas de “acabamentos, embalagens e controle de qualidade”, mas que “são também ótimas auxiliares de produção”.

5.2 A IDENTIDADE DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS – ATORES DA PESQUISA

O conceito de identidade é tomado neste trabalho a partir da compreensão desenvolvida por MARX e ENGELS (1980), que concebem o pensamento dos homens a partir das condições materiais e da posição ocupada pelos mesmos no interior da sociedade de classes. A identidade só pode ser compreendida, segundo esse prisma, como a identidade de classe, sendo a sua definição constituída em relação à posição que cada classe social ocupa em face do exercício do controle sobre os bens materiais existentes na mesma sociedade. Como escrevem MARX e ENGELS (1980, p. 55-56): “os pensamentos de classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa dada sociedade é também a potência dominante espiritual.” Para esses autores o poder “material” determina o poder “espiritual”. Para Marx e Engels

a classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles a quem são recusados os meios de produção intelectual está submetido igualmente à classe dominante. Os pensamentos dominantes são apenas a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas sob a forma de idéias do seu domínio. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem entre outras coisas uma consciência, e é em consequência disso que pensam; na medida em que dominam enquanto classe e determinam uma época histórica em toda a sua extensão, é lógico que esses indivíduos dominem em todos os sentidos, que tenham, entre outras, uma posição dominante como seres pensantes, como produtores de idéias, que regulamentem a produção e a distribuição dos pensamentos da sua época; as suas idéias são, portanto, as idéias dominantes da sua época (MARX e ENGELS, 1980, p. 56).

Com base nesse entendimento são analisadas as identidades dos trabalhadores, mulheres e homens, a partir dos conteúdos de suas falas em resposta ao instrumento aplicado nesta pesquisa. A esse respeito constatou-se que a percepção que os trabalhadores têm de si e de seus pares, dos processos de trabalho e do conteúdo do trabalho que realizam está marcada pela condição de classe determinada a partir da posição que ocupam nas relações de trabalho capitalista, de modo geral, e na linha de produção da *Empresa* pesquisada, em particular.

Nesse contexto deve-se levar em conta que há várias posições ocupadas por diferentes categorias de trabalhadores no seio da classe operária, constituindo-se na divisão técnica dos trabalhos. Assim temos pertencentes à mesma classe: engenheiros, técnicos, supervisores, operadores, auxiliares, etc., segundo as

características dos processos produtivos. Além desses ofícios ocorre a divisão de gênero, étnica, etária, dentre outras, podendo estar ocupando as mesmas posições, na linha de montagem, ou outras posições. No caso específico deste trabalho as preocupações estão centradas na identificação que os trabalhadores e as trabalhadoras têm de si e de seus pares, do conteúdo e do processo de trabalho.

A fala dos mesmos teve como eixo balizador a descrição sobre o que eles fazem no *dia de trabalho*. Nessa descrição os trabalhadores relataram o cotidiano dos processos de trabalho a que estão inseridos, a partir do que pode ou não ser executado em suas funções, como falou o entrevistado aqui denominado Alberto, do sexo masculino, Auxiliar de produção no setor de Injeção, empregado há 9 meses na *Empresa*, afirmando que já aprendeu muito sobre o trabalho. Diz esse trabalhador:

cuido de 2 máquinas e às vezes 3. O meu serviço é pegar as peças que saem das máquinas, conferir, embalar e liberá-las. Aqui eles têm um tipo de papel que eles chamam de planilha⁴², que você vai marcando o que produziu e vai embalando e vai liberando. Não pode demorar e nem misturar as coisas das máquinas, senão dá problema. Tem que ser rápido. O pessoal aqui é legal. (Alberto, 27 anos, Auxiliar de produção, setor de Injeção)

De acordo com esse mesmo entrevistado o serviço se torna mais apurado na hora da refeição, durante o seu turno, quando um auxiliar sai para jantar/almoço e “você fica com mais serviço”.

Verifica-se que os processos de trabalho são entendidos não como um todo, como poderia ser concebido no bojo da chamada produção flexível, mas como algo pré-estabelecido, rígido e estandardizado ao modo da produção fordista, como pode-se depreender das próprias afirmações “eu cuido das máquinas”; “meu serviço mesmo é pegar as peças que saem das máquinas”; “não pode demorar”; e “tem que ser rápido”.

Do mesmo modo a referência ao pessoal com os quais trabalha “o pessoal aqui é legal” expressa uma condição genérica acerca dos seus pares, sejam eles de níveis hierarquicamente abaixo ou acima na cadeia de produção dentro da *Empresa*. Verifica-se que o entendimento sobre os processos de trabalho e o conteúdo do trabalho, desse trabalhador, expressa uma condição intelectual submetida, tal qual

⁴² Planilha, segundo o Supervisor entrevistado, é uma ficha interna onde são apontadas as quantidades de produtos produzidos, com códigos, horários, número da máquina, nome do Operador e Auxiliar que embalou, data, enfim, todos os dados do produto para acompanhamento da produção da máquina, do turno e do setor. Esses dados são comparados com outros já previamente fornecidos pela área de PCP (Planejamento e Controle da Produção) com a programação do lote a ser produzido, conforme o pedido do cliente.

foi concebida por Marx e Engels, acima referida, fruto de uma condição de subordinação a que está sujeito pelas bases materiais de produção.

O entrevistado aqui chamado André, trabalha no setor de Injeção, há 4 anos, como Auxiliar de produção. Ele aponta em sua fala a noção de senso comum, expressando as visões binárias relacionadas à masculinidade e feminilidade, com relação a homens e mulheres desempenhando a mesma função da mesma maneira:

Homens e mulheres não fazem as tarefas da mesma maneira. Porque os homens já estão mais acostumados com o serviço. A mulher fica mais em casa. Nós homens estamos acostumados com o serviço 'pesado'. A mulher é mais delicada e não dá conta. (grifo nosso) (*André, 33 anos, Auxiliar de produção, setor de Injeção*)

Almeja o “tão sonhado” cargo de Operador de máquinas e diz estar se preparando para isso “estou fazendo o curso de Operador de 1ª linha no SENAI, para, se Deus quiser, passar para Operador”.

A entrevistada Aurora trabalha como Auxiliar de produção há 2 anos nessa função, no setor de Impressão. Iniciou suas atividades na *Empresa* como Auxiliar de serviços gerais, onde fez, por 3 anos, a limpeza dos escritórios administrativos. Por meio de recrutamento interno foi trabalhar na linha de produção. Evidencia, em sua fala, a submissão por parte das trabalhadoras em relação aos colegas homens, quando diz que

o Oto, Operador das máquinas, nos ensina e ajuda quando apura. Mas o serviço dele é mais apurado. E nós não podemos ajudá-lo porque seu serviço é mais difícil. (...) O trabalho sempre sai bem feito porque depende mais do Oto do que de nós, Auxiliares. Ele mesmo fala que em nosso serviço não é preciso pensar. (*Aurora, 38 anos, Auxiliar de produção, setor de Impressão*)

Expressa, também, a carência de treinamento adequado para ascensão à função de Operadora de máquina quando fala que “nós não podemos ajudar o Operador porque não sabemos mexer no computador das máquinas”. Reforça o modo de trabalho repetitivo, no modelo taylorista-fordista, quando relata que seu trabalho é “só colocar e retirar frentes das gavetas dos *freezers* para imprimir os desenhos. Faço isso o dia todo”.

A entrevistada aqui denominada Adriana, trabalha no setor de Impressão há 2 anos, como Auxiliar de produção. É colega de turno de Aurora e reforça a condição de trabalho repetitivo. Ela relata que gosta desse trabalho repetitivo porque “não faz sujeira e a gente não mexe com coisa perigosa”. Teme, no entanto, o incremento de

novas tecnologias quando diz que “dizem que essa sessão vai acabar porque vai ter máquina que já vai fazer isso direto”.

A entrevistada Arabela é Auxiliar de produção, no setor de Injeção e trabalha na *Empresa* há 8 meses. Trabalhava anteriormente como Panfleteira e compara sua antiga rotina na rua com seu trabalho dentro de uma empresa, hoje.

Aqui já começa tudo muito rápido porque a máquina está ligada e funcionando. Mas eu estou acostumada a trabalhar rápido, porque eu trabalhava na rua. Aqui eles regulam a gente. Olham tudo o que fazemos. (...) Mas eu mesma agradeço a Deus por esse emprego, porque é menos arriscado que trabalhar na rua. (*Arabela, 25 anos, Auxiliar de produção, setor de Injeção*)

Expressa o cuidado com o acabamento perfeito das peças e demonstra conhecer o processo do trabalho como um todo: “eu trabalho com acabamento nas tampas das gavetas. Só que não fica pronto aqui. Ainda vai para a Impressão, para estampar o desenho de cada uma. Não pode ter nenhum defeito, senão eles devolvem”.

Ana, é a entrevistada que trabalha há 3 anos como Auxiliar de produção no setor de Injeção. Reflete uma indignação acerca da compreensão que expressa em relação ao não reconhecimento do trabalho feminino. Uma posição de subalternidade que está imposta à mulher dentro da *Empresa*, mesmo em relação ao comando da mesma, como com os colegas do setor de trabalho:

Eu chego no serviço, bato o ponto e guardo minhas coisas no armário, vou para o setor e para a máquina onde trabalho. Pego as peças que caem da máquina: dou o acabamento, separo as com defeito grave e embalo as outras, conforme a planilha. Essa planilha diz o quanto se põe na caixa, qual a posição, tudo. Depois que a caixa está completa, cola-se a etiqueta de liberação – que serve para identificar o que foi posto na caixa – empilha-se junto com as outras de mesmo lote para que seja levada ao almoxarifado. É um trabalho que cansa, porque é sempre a mesma coisa. Eu já faço isso há 3 anos. Acabei o 2º grau agora. Trabalho muito: aqui na *Empresa*, estudo, trabalho em casa e ainda tenho 2 filhos. Estou esperando uma promoção que me prometeram. Não sei para onde, porque já cheguei no limite como Auxiliar III. Mas sei que para Operador eles não me promovem. Não tem mulher operadora. Acho que eles imaginam que mulher não pensa, que não é capaz, que vai errar tudo e que só serve para limpar as coisas. Eu mesma opero máquina quando precisa. Mas eles não me reconhecem como Operadora. É duro, mas é verdade. (*Ana, 28 anos, Auxiliar de produção, setor de Injeção*)

A entrevistada aqui denominada Andréia, trabalha no setor de Impressão, como Auxiliar de produção e está na *Empresa* há 2 anos. Trabalha no turno da madrugada, das 22 horas às 6 horas da manhã. Vem para o trabalho com o marido,

funcionário do setor de Manutenção. Expressa o pouco reconhecimento dado à mulher que desempenha serviços domésticos quando diz que “eu acho que o serviço aqui é bom. Melhor do que em casa, onde você trabalha muito e não ganha nada”. Reforça a condição de trabalho repetitivo e demonstra sua preocupação numa condição de gravidez, reafirmando a posição da *Empresa* em relação a essa situação, conforme relatado pela entrevistada da área de RH:

Eu não tenho filhos, mas sei que quando ficar grávida não vou mais poder trabalhar assim. Imagine você saindo da fábrica, que é quente, no frio da madrugada. Não dá. E eu também não tenho com quem deixar o nenê a noite toda. E eles aqui não gostam de mulher grávida. (*Andréia, 23 anos, Auxiliar de produção, setor de Impressão*)

Amália é a entrevistada que está na Empresa há 1 ano e 2 meses e trabalha como Auxiliar de produção no setor de Injeção. Lamenta a condição de trabalho repetitivo, porém necessário ao sustento da família, uma vez que é a única fonte de renda que possuem: “o trabalho é meio chato porque é sempre igual. Mas é bom trabalhar aqui porque meu marido está desempregado e já recebeu todo o seguro-desemprego. Aí fica apertado”. Expressa, também, a impossibilidade em participar dos cursos e treinamentos oferecidos pela *Empresa*, uma vez que ocorrem fora do horário de expediente e sem hora-extra remunerada.

Eu já fiz mais ou menos uns 5 cursos aqui. Mas só os que eram obrigatórios. Queria fazer mais, mas o ruim é que tem que fazer fora do expediente e eles não pagam hora-extra. Eu tenho uma menina pequena e meu marido tem que procurar emprego. Aí não dá. (*Amália, 23 anos, Auxiliar de produção, setor de Injeção*)

A entrevistada aqui denominada Augusta, é Auxiliar de produção há 2 anos, no setor de Injeção. Ela afirma que sua função pode ser desenvolvida por homens e mulheres da mesma maneira:

Eu limpo sempre a bancada, acho que a mulher cuida mais das coisas. Tem homem que não limpa. Não sei como consegue trabalhar na sujeira. (...) Na hora do almoço eu cuido de 3 máquinas, no lugar do Operador. Chamo o abastecedor⁴³, só não calibro, mas abro, puxo a peça e desengato. Faço o mesmo serviço que o Operador, mas aqui não tem mulher com o cargo de Operadora. (*Augusta, 28 anos, Auxiliar de produção, setor de Injeção*)

O entrevistado aqui denominado Otacílio, do sexo masculino, Operador de máquina no setor de Impressão, empregado há 4 anos na *Empresa*, manifesta em

⁴³ Segundo o Supervisor entrevistado, abastecedor é o operário responsável pelo abastecimento de matéria-prima nas máquinas, para a fabricação das peças. É, também, quem supre a área com caixas de papelão para a embalagem dos produtos.

sua fala a compreensão do que ocorreu em termos de substituição de um tipo de tecnologia física por outra. Ou seja, com a introdução da microeletrônica computadorizada no setor de “Estamparia”, que passou a ser denominado de “Impressão”, onde trabalha. Afirma esse trabalhador:

Antes nós éramos em 3 aqui. Fazem quase 2 anos que sou só eu, no meu turno. O meu trabalho é regular as máquinas, verificar os pedidos e programar as impressoras. Antes eram outras máquinas, tudo com clichê, que era uma espécie de carimbo de tinta nas peças. Hoje não. O desenho já vem no computador. Não tem erro de fórmula de cor, nem perigo de refugo por causa da tinta. A impressão é toda feita a laser. Você só programa a máquina e ela vai imprimindo as peças. O nome da seção antes era Estamparia, por causa do sistema antigo. É um dos setores que menos dá refugo aqui na firma, porque se a máquina for bem programada não tem erro. O que dá problema aqui é quando o auxiliar é novato, aí ele, até pegar o jeito, se bate. Mas eu sempre ajudo, colaboro, procuro ensinar. Eu mesmo já trabalho aqui faz tempo e já peguei o jeito. (*Otacílio, 29 anos, Operador de máquina, setor de Impressão*)

Como pode ser observado, a incorporação da inovação tecnológica na maquinaria gerou a redução de dois terços da força de trabalho como documentou o operário “antes nós éramos em 3 aqui. Faz quase 2 anos que sou só eu”.

Embora ele mesmo diga que o seu trabalho é “regular as máquinas, verificar os pedidos e programar as impressoras”, diferente do que acontecia antes, em que tudo ocorria com um “*clichê*”, ou seja, “uma espécie de carimbo” nas peças, constata-se a permanência de um tipo de trabalho ainda de modo heterogerido, quando ele afirma que “o desenho já vem no computador”, não havendo “perigo de refugo”. Esse entendimento da heterogestão existente em associação ao processo de inovação tecnológica na produção, pode confirmar o que MACHADO (1994) aponta como “a nova modalidade do trabalho morto”, representado pelo *software*. Trata-se, portanto, de processos de trabalho cujo aprendizado do conteúdo restringe-se ao “pegar o jeito”. A visão desse trabalhador acerca do trabalho da mulher no seu setor reafirma a noção do senso comum, segundo o qual a mulher é “mais caprichosa e presta mais atenção”. A diferença que ele aponta associa essa visão sobre a mulher com a capacidade da força física superior atribuída ao homem. Nesse sentido acaba exprimindo parte do pensamento dominante e, como tal, conservador. Ou seja, repete a noção dicotômica das “hierarquias estereotipantes” na definição da relação entre homem e mulher, como caracterizou YANNOULAS (2001, p. 71).

Odilon é o entrevistado do sexo masculino, que está trabalhando há 3 anos na *Empresa* como Operador de máquina no setor de Impressão, afirmou, respondendo sobre o que faz no seu dia de trabalho, que

Eu chego no serviço e vejo nas planilhas os pedidos. Vejo os saldos dos lotes e continuo o trabalho feito pelo operador do turno anterior. Quando muda o lote ou a máquina descalibra, aí então eu reprogramo o pedido. À noite é muito diferente que de dia. Todo mundo se ajuda. Eu mesmo viro auxiliar. Embalo, libero, essas coisas. É menos gente trabalhando, então todo mundo se ajuda. A Impressão é vista como o “filé” da fábrica. Todo mundo acha que é um trabalho fácil demais. Mas eu sempre digo que é preciso fazer as coisas direito, com cuidado para não errar. Aqui é um setor igual aos outros. Tem meta para cumprir e lote para atender. O que muda é que a máquina faz a maior parte do serviço pesado. Qualquer um pode ser operador aqui, desde que saiba como lidar com as máquinas. Para isso é preciso fazer curso. (*Odilon, 31 anos, Operador de máquina, setor de Impressão*)

Da mesma forma que foi observado na fala do entrevistado anterior percebe-se a manutenção de um tipo de trabalho concebido a partir do modelo de gestão externa, quando ele se refere à subordinação do seu trabalho aos pedidos das planilhas e às metas e os lotes para serem cumpridos. Constata-se, também, que embora o seu setor seja considerado como o “filé da fábrica”, numa alusão de que se trata de um bom setor de trabalho em comparação com os demais, não há uma alta complexidade no conteúdo do trabalho, pelo contrário, observa-se a existência de um tipo de trabalho simples quando ele afirma que “qualquer um pode ser operador”, exigindo-se apenas “que é preciso fazer as coisas direito e com cuidado para não errar”.

O entrevistado aqui denominado Oto, do sexo masculino, Operador de máquina no setor de Injeção, trabalhando há 5 anos na *Empresa*, afirma que possui 11 anos de experiência:

Cada vez tem menos gente trabalhando na fábrica. É só máquina mesmo. E sempre querem que você produza mais e mais. Eu sou operador. Tem que ter muita responsabilidade e pensar rápido porque a produção não pode parar. Cada vez mais você tem que fazer mais coisa, por exemplo: antes quando a máquina parava a gente chamava a manutenção. Agora a gente tem as ferramentas básicas e tenta resolver. A operação de uma máquina injetora é simples. O abastecedor abastece a máquina com a matéria-prima⁴⁴ granulada, com a fórmula do produto, que o PCP manda. O operador precisa calibrar a máquina e conferir: a velocidade, a pressão, a lubrificação e principalmente a temperatura da máquina, para que o produto não saia com defeito. Antes, a gente cuidava de 1 máquina e ganhava um tanto. Hoje a gente ganha o mesmo e cuida de às vezes 3 máquinas ao mesmo tempo. Você tem que ter responsabilidade e rapidez e principalmente saber o que os

⁴⁴ Segundo o Supervisor entrevistado, a matéria-prima granulada a que se refere o trabalhador é plástica, denominada polipropileno.

caras querem. Aqui eu trabalho quieto. Eles não gostam de quem vai nas reuniões do Sindicato. Eu vou, quero ver os meus direitos. Mas aqui eles marcam. Eles gostam do cara certinho, que não atrasa. (*Oto, 28 anos, Operador de máquina, setor de Injeção*)

O discurso desse trabalhador expressa um nível de compreensão mais amplo sobre o processo de mudanças dentro da *Empresa*, envolvendo tanto os aspectos das tecnologias físicas, quanto organizacionais. Acerca da primeira, ele se refere à substituição das pessoas pelas máquinas. Quanto à segunda, fica evidente as atribuições multifuncionais que executa. Associando esses dois tipos de tecnologias, exprime-se a tecnologia de processos, tal qual definida por FARIA (1997), cujas conseqüências para a vida do trabalhador são várias, podendo ser destacadas a dispensa de trabalho vivo e o aumento de trabalho morto, o que já teria sido acusado por Marx, em *O Capital*, na análise crítica que procedeu sobre o desenvolvimento dos processos de produção no capitalismo. Disso decorre o aumento do desemprego na atual fase do capitalismo no Brasil e em termos mundiais.

Para FARIA (1997, p. 29)

tecnologia de processo compreende as técnicas e o uso de técnicas que interferem no processo de trabalho/produção, de maneira a modificá-lo, organizá-lo, racionalizá-lo, sejam tais técnicas de origem física (máquinas, peças e componentes), sejam de origem gerencial. A fibra ótica e os novos materiais cerâmicos, desta forma, são tecnologias de produto. Entretanto, quando utilizadas para viabilizar, facilitar ou melhorar a produção de outras mercadorias, passam a fazer parte do processo produtivo e, neste sentido – com este uso –, são tecnologias de processo.

Já a tecnologia de gestão, para o mesmo autor, é definida como

o conjunto de técnicas, instrumentos ou estratégias utilizados pelos gestores – gerentes, administradores, etc. – para controlar o processo de produção em geral, e de trabalho em particular, de maneira a otimizar os recursos nele empregados, pondo em movimento a força de trabalho capaz de promover a geração de excedentes apropriáveis de forma privada ou coletiva (social) (*Ibid.*, p. 29-30).

Também o aumento da fadiga do trabalho fica evidente quando ele afirma que “antes a gente cuidava de 1 máquina e ganhava um tanto. Hoje a gente ganha o mesmo e cuida de às vezes 3 máquinas ao mesmo tempo”. A esse processo pode-se atribuir o que MACHADO (1994) denominou de “mais-valia extraordinária”, referindo-se ao aumento da produtividade do trabalhador, com o uso de novas tecnologias. Essa denominação de Machado, no entanto, nada mais é do que a

constituição da “mais-valia relativa”, concebida por Marx, na análise que fez sobre o incremento tecnológico na maquinaria pelo capitalista.

Isso não quer dizer que o discurso desse trabalhador esteja concebido teoricamente da forma como MARX (1994), FARIA (1997) e MACHADO (1994) elaboraram, mas no relato empírico que fez sobre a realidade do trabalho que executa, onde podem ser encontrados os aportes práticos desenvolvidos por aqueles autores.

Evidencia-se, ainda, na fala desse trabalhador, Oto, manifestações tanto de adesão quanto de resistência⁴⁵. No plano da adesão podem ser constatadas as formas com as quais ele se vincula às formas e ao conteúdo do trabalho, seguindo as definições da *Empresa*. Como resistência fica explícita a maneira como ele revela a sua participação no Sindicato e a estratégia de sobrevivência que utiliza dentro da *Empresa*, ao afirmar “aqui eu trabalho quieto. Eles não gostam de quem vai nas reuniões do Sindicato. Eu vou, quero ver os meus direitos”.

Com relação ao trabalho da mulher na *Empresa* esse trabalhador confirma, sem identificar as causas apontadas pela representante de RH, analisadas no Item anterior, a resistência em contratar mulheres para o nível operacional, afirmando que “a *Empresa* tem preconceito” não dando chance para as mulheres. Sobre a diferença entre o trabalho dos homens e o trabalho das mulheres, Oto afirma:

Eu sou uma pessoa que incentiva muito as mulheres aqui. Na minha opinião tinha que ter mulheres operando máquina. Mas a *Empresa* tem preconceito, não dá chance mesmo. Eu já falei isso nas reuniões aqui e não adianta nada. Todo mundo concorda que as ‘meninas’ dão um acabamento melhor e mais rápido. Elas percebem a falha mais rápido, assim podiam muito bem operar a máquina. Mas não adianta que a cabeça dos homens aqui não muda. Quando eu trabalhava em outra firma, há quase 10 anos, mulher nem podia trabalhar à noite. Nunca achei isso certo. (grifo nosso) (Oto, 28 anos, Operador de máquina, setor de Injeção)

Em que pese o potencial crítico manifestado na fala desse trabalhador no que diz respeito ao “preconceito”, por ele acusado, da *Empresa* contra a mulher, a sua base da resistência não apresenta elementos que pudessem indicar um nível de consciência de classe para si como concebida por MARX e ENGELS (1980).

Na entrevista do trabalhador aqui denominado Oberdan, Operador de máquina no setor de Injeção, há 4 anos, não ultrapassa os níveis de uma identidade

⁴⁵ As diferentes formas de resistência operária podem ser melhor compreendidos em LEITE (1994A).

peçoal. Limitou-se na sua fala a reafirmar os elementos de subordinação e adaptação às condições de trabalho dadas pela *Empresa*.

Eu procuro fazer o meu serviço direitinho como Jesus guia e orienta. Oro antes de entrar no setor e agradeço por mais um dia de trabalho. Vou até minhas máquinas e verifico a condição delas: qual parou, se tem defeito, se tem pedido. Aí é praticamente dar continuidade ao que já vem sendo feito. (*Oberdan, 31 anos, Operador de máquina, setor de Injeção*)

O entrevistado aqui chamado Sandro, é Supervisor de produção há 5 anos e 3 meses no setor de Injeção. Na descrição do seu dia de trabalho fica evidente a existência dos processos de trabalho hierarquizados, fragmentados, inclusive no que diz respeito à divisão sexual do trabalho. A sua função caracteriza-se por verificar e acompanhar os processos de produção, a partir das planilhas de programação que são elaboradas, sem a participação dos Supervisores.

Possui, no entanto, o Supervisor, uma relativa autonomia para “mudar o pessoal de posição quando existe demanda maior em certa máquina”; “fazer as escalas de plantão” para trabalhar aos domingos e nas horas-extras e relacionar o seu setor com a área de Controle de Qualidade “para acompanhar os refugos e retrabalhos”. Estas são as ações que ele descreve.

A relação que estabelece no âmbito das relações de poder e da hierarquia empresarial traduz uma identidade contraditória entre exercer-se profissionalmente acima dos trabalhadores que comanda e, ao mesmo tempo, estar na mesma linha de “risco” com eles, em face da lógica de acumulação da *Empresa*. A esse respeito ele diz

Eu acho que o Supervisor ainda é visto, pelos Operadores e Auxiliares, como ‘patrão’, como o dono da fábrica, pois eles vêm me pedir aumento de salário, férias e outras coisas. Eu tento colocar que sou tão funcionário quanto eles. O que muda é só o cargo. Mas eu também **corro risco como eles**. Faço reuniões quinzenais com os Operadores para discutir e avaliar os processos e buscar melhorias constantes neles. Eu sempre digo para eles que podem trabalhar 364 dias ao ano certo e 1 dia errado, que todos vão lembrar só desse dia errado. (grifo nosso). (*Sandro, 36 anos, Supervisor de produção, setor de Injeção*)

Confirmando a percepção dos Operadores de máquinas entrevistados, este Supervisor também vê que a *Empresa* não dá oportunidade para as mulheres pelo fato delas serem admitidas apenas na condição de Auxiliares de produção e não tê-las como Operadoras de máquinas. Sobre isso afirma que “nós não temos mulheres Operadoras de máquina, no entanto elas são mais caprichosas, mais atenciosas e

mais responsáveis que os homens. Mas por uma questão de política interna elas não são Operadoras 'oficiais', porque quando é preciso, elas operam as máquinas”.

A “política interna” da *Empresa* a que se referiu o Supervisor diz respeito à condição empregada pela área de RH, para excluir a mulher na contratação para determinadas funções, quer porque ela procrie, quer porque ela assuma um conjunto de atribuições domésticas como responsabilidades pela escola, creche, e/ou tratamento de saúde dos filhos, ou resolver outros problemas domésticos, na divisão sexual do trabalho extra-empresa. Assim a *Empresa*, segundo a posição da entrevistada do RH, estaria agindo de acordo com as diferenças de gênero dicotomizadas entre masculino/feminino, segundo os papéis cultural e social ideologicamente predominantes em nossa sociedade, segundo a qual “ao homem corresponderia o papel instrumental de provedor da família, enquanto à mulher o papel expressivo de responsabilidade pelo bem estar emocional da família” (CARVALHO, 2003, p. 16).

A divisão sexual do trabalho, nessa *Empresa*, estaria, deste modo, não só segregando a mulher em termos quantitativos (no complexo empresarial em Curitiba são 738 homens para 440 mulheres e, na unidade fabril pesquisada são 436 funcionários homens para 126 funcionárias mulheres), como em termos qualitativos, pois constatou-se que, no setor operacional de Injeção, as funções destinadas às mulheres são as mais simples e as mais rebaixadas no grau hierárquico, em que pese do ponto de vista essencialista da qualificação elas estejam capacitadas para o exercício da operação das máquinas.

A fala do Supervisor reafirma, por outro lado, além da noção binária, presente no senso comum, de que a mulher é mais caprichosa, atenciosa, responsável, etc., um novo sentido da qualificação real da mulher, ao afirmar que embora elas estejam designadas como Auxiliares e não como Operadoras “oficiais”, elas operam as máquinas quando há necessidade, na ausência dos Operadores.

Ele admite a existência de uma condição de machismo entre os trabalhadores, homens e mulheres, manifestada por meio de brincadeiras e piadinhas, entre outras formas. Sobre o machismo que afirma existir ele atribui que o mesmo é fruto das condições de trabalho, expressando que:

Acho que é o tipo de trabalho que faz isso (machismo), porque os homens operam e as mulheres auxiliam na produção. (...) Pelo tipo de trabalho, os homens se acham superiores. Mas eu também acho que as mulheres

aceitam isso. Há uma ou outra que às vezes vem falar mais forte, mas a maioria dá graças por estar empregada. (*Sandro, 36 anos, Supervisor de produção, setor de Injeção*)

Esse Supervisor reconhece muito o trabalho feminino pois é viúvo e desempenha as funções de pai e mãe em sua casa, cuidando de seus dois filhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A divisão sexual do trabalho analisada neste estudo constitui-se em um esforço teórico no sentido de desvendar os aspectos que marcam o uso de novas tecnologias, como parte do desenvolvimento das forças produtivas, na produção industrial contemporânea, e os processos produtivos delas decorrentes, compreendidos, no seu interior, o uso da força de trabalho feminina.

Das investigações no campo da literatura científica que abordam as relações de gênero, tomadas na dimensão relacional, relacionadas com a base teórica de análise da *Crítica da Economia Política* desenvolvida por Marx, que deram suportes teórico-metodológicos à realização deste estudo, foi possível apreender a dimensão relacional de gênero tanto na sua dimensão vertical, quanto horizontal. Ou seja, no âmbito da realidade concreta do modo de produção capitalista e das contradições de classes que o movem, implica em tomar o estudo de gênero, tanto no aspecto intraclasses, quanto no aspecto interclasses. Ao estudá-lo na dimensão intraclasses, implica em dizer que a classe trabalhadora ou o seu contrário, a classe burguesa, não se constitui em blocos monolíticos do ponto de vista de gênero, isto é, o homem operário e a mulher operária são sujeitos pertencentes à mesma classe, porém, as relações de gênero entre eles traduzem especificidades que não podem ser entendidas tão somente a partir da condição da classe. O mesmo pode ser entendido com relação às condições de gênero dos sujeitos, homens e mulheres, que pertencem à classe que vive do trabalho alheio – burguesia. Do ponto de vista da relações interclasses, ou seja, uma abordagem privilegiadamente verticalizada da questão de gênero, tomaria as relações de gênero acima das relações de classes, podendo incorrer numa redução sociológica ao abordar o gênero, por exemplo, da mulher que vive do próprio trabalho, utilizando as mesmas referências para abordar o gênero da mulher que vive da exploração do trabalho alheio. Compreender, portanto, a natureza das relações de gênero no âmbito da natureza das contradições de classes, se constituiu no principal esforço teórico no desenvolvimento deste trabalho.

A pesquisa, mediada pelo campo de estudos em relações de gênero, tecnologia e trabalho, ao ser realizada, empiricamente, em uma indústria do setor de eletrodomésticos, em Curitiba, exprime um avanço no nível da compreensão da

realidade dos processos de trabalho, em geral, e, de modo especial, da forma como ocorre o emprego do trabalho feminino no seu interior. A esse respeito o estudo revelou que as novas formas de organização da produção, implicando tanto o uso de novas tecnologias físicas quanto organizacionais, longe de afirmar maiores oportunidades de inserção da mulher no emprego e no crescimento das funções dentro da *Empresa*, indicam um acentuado grau de precarização das condições de trabalho para a mulher, implicando em elevada situação de limites na absorção de sua força de trabalho pela *Empresa*, bem como a sua manutenção em funções subalternas na hierarquia da produção em relação aos homens.

Essa situação de inferioridade da mulher operária nas funções estabelecidas pela produção foi constatada na opinião dos três segmentos investigados: a representante da *Empresa*, os homens operários e as mulheres operárias.

Para a representante do capital, as dificuldades da *Empresa* em contratar um número maior de mulheres ou de promovê-las a funções de maiores responsabilidades nos processos de trabalho, estão atreladas, principalmente, pelo que acusa como “absenteísmo”, relacionado-o a uma maior possibilidade, em relação aos homens, de falta no trabalho por conta das responsabilidades que assumem da divisão sexual do trabalho, no cotidiano da vida familiar.

Verificou-se, portanto, que há uma confirmação no cenário empírico investigado com o que se constatou na literatura, ou seja, uma crescente precarização das condições de trabalho da mulher, no bojo do desenvolvimento do paradigma flexível (ou toyotismo) de acumulação do capital, envolvendo pesquisas realizadas sobre o tema, permitindo-nos inferir que os estudos sobre a temática têm muito a percorrer, sobretudo no que diz respeito aos aspectos da feminização do trabalho. E desse modo caracterizando as formas e os conteúdos principais do tipo de trabalho destinado à mulher no bojo da reestruturação produtiva operada pelo capital na atualidade.

Na compreensão dos homens operários, expressam a natureza do trabalho que realizam apontando que não vêem dificuldades para que as mulheres exerçam as mesmas funções que eles ocupam na produção. Observam, no entanto, que o impedimento delas para ocupar determinados postos de trabalho, como o caso de operação de máquinas, decorre de fatores de ordem gerencial. Constata-se que esse é um fator que tem a sua origem nas relações de poder e de controle da

produção pelo capital, que dita, em última instância, os destinos da divisão sexual dos processos de trabalho, segundo sua lógica de acumulação.

As mulheres operárias revelaram uma percepção sobre os processos de trabalho nos quais estão inseridas, manifestando claramente a forma preconceituosa como são tratadas dentro da *Empresa*. Para elas não há dificuldades no exercício da função de Operadoras de Máquinas, função que às vezes desempenham nos períodos de ausência nas máquinas dos colegas homens. O preconceito, portanto, tem a sua origem nas determinações do capital.

Em síntese, constatou-se que a percepção dos três segmentos investigados, traduz um cenário de discriminação da mulher trabalhadora, explorada pelo capital. A procriação é vista nesse contexto como um empecilho ao desenvolvimento da função, e o direito da mulher gestante à licença-maternidade, após dar à luz ao seu filho, é interpretado como um fator de queda da competitividade empresarial. Ou seja, o capital acima da vida.

Nesse sentido, a base conceitual e as pesquisas já publicadas que tomamos como referência para o desenvolvimento deste estudo, apontam que a relação entre o emprego do trabalho feminino, tecnologia e trabalho, no contexto da crise do trabalho abstrato, caracteriza-se por crescentes índices de desemprego e subemprego, registrando um acentuado grau de precarização nas condições de inserção e permanência da mulher no mercado de trabalho.

A pesquisa operou avanços no plano teórico na medida em que buscou associar a análise do trabalho feminino, no plano da divisão sexual do trabalho com o campo de estudos sobre gênero. Nesse sentido apontou para a necessidade da compreensão do gênero enquanto categoria social, compreendida não na perspectiva essencialista, biologizante, que se restringe à divisão masculino/feminino, mas no sentido relacional, compreendendo o gênero numa dimensão relacional, ou seja, mediado pelas condições de sexo, classe, idade, raça, condições econômicas e perspectivas sócio-culturais.

O desenvolvimento do estudo foi marcado por alguns desafios. De forma resumida, podemos apresentá-las sob dois aspectos:

O primeiro, de fundo teórico, correspondente às bases conceituais, visto que a maior parte dos estudos sobre gênero e trabalho, tomados como referências neste estudo, adotam perspectivas teóricas não que neguem o materialismo histórico e

dialético, mas, cujas abordagens afirmam recortes mais culturalistas, centrados nos sujeitos e menos dialéticos do ponto de vista das contradições de classes e da totalidade social a que os sujeitos históricos do gênero estão afeitos. Ao analisar a divisão sexual do trabalho na esfera das relações de gênero, no âmbito da contradição de classes, isto é, entre capital e trabalho no capitalismo, empregando, portanto, a teoria científica do materialismo histórico e dialético, deparou-se com esse desafio teórico.

O enfrentamento para a superação dessa dificuldade coloca um grande desafio para os estudos a serem desenvolvidos entre relações de gênero, tecnologia e trabalho. Pode-se dizer que há um “nó” a ser desatado entre a compreensão da totalidade social do modo de produção capitalista, na sua fase imperialista, como foi apontado por LÉNINE (1982) e por CHESNAIS (1996) e o gênero socialmente construído, como definido por CARVALHO (2003), WHITAKER (1988) e ADELMAN (2002).

O segundo desafio foi relação à pesquisa de campo. Ele diz respeito à conjuntura no âmbito da *Empresa* no período em que a pesquisa foi realizada – agosto de 2005. A indicação por parte da *Empresa* do grupo de entrevistados – trabalhadores e trabalhadoras da linha de produção – configurou-se em um elemento de limitação na realização do estudo, visto que o grupo a ser entrevistado manifestava um certo receio ao se pronunciar e expressar sua verdadeira opinião sobre os assuntos perguntados. A época em que a pesquisa empírica foi feita também contribuiu para esse cenário pois a linha de produção da unidade empresarial encontrava-se na eminência de uma greve, envolvendo disputa de interesses dos trabalhadores em face dos patronais. Posteriormente constatou-se que a greve não se efetivou.

A análise do processo de mundialização do capital, na sua fase imperialista, aqui desenvolvida, ressalta que, do ponto de vista humano, faz-se necessário libertar da lógica do capital todas as tecnologias produtivas, nascidas do desenvolvimento científico. Vê nas tecnologias, portanto, um aspecto positivo na medida em que elas possibilitam maiores condições de transformação da natureza e produção de bens para o consumo humano, melhorando as suas condições de vida. Esses bens podem ser tanto materiais quanto simbólico-culturais, como da integração de um sistema de comunicação entre muitas culturas ao mesmo tempo.

Trata-se, no entanto, de libertar as tecnologias e com elas o trabalho, do uso determinado pela lógica da mercadoria, cujas conseqüências se traduzem no aumento da miséria humana num pólo, e na riqueza extraordinária, em outro. Sem que ocorra a libertação do trabalho e conseqüentemente das tecnologias criadas pelo homem, de suas dimensões alienadas ao capital, a condição humana, em toda sua plenitude, permanecerá subordinada, também, à lógica mercantil. As relações de gênero só têm bases explicativas coerentes se vistas como parte da condição humana no seu sentido universal. Refiro-me à condição humana na perspectiva de sua emancipação⁴⁶.

Com base na realização deste trabalho e levando-se em conta as possibilidades de estudos futuros, constata-se que é necessário um maior aprofundamento investigativo sobre o tema, relacionado-o com um universo mais amplo de entrevistados, escolhidos aleatoriamente pelo pesquisador, em uma pesquisa de campo mais abrangente, envolvendo outros ramos empresariais. Isso poderia elevar a um grau superior de domínio sobre a realidade concreta, envolvendo a natureza e as contradições das relações de gênero nos processos de trabalho capitalistas, bem como a apreensão da sua identificação pelos autores neles envolvidos.

Por fim, em que pese os desafios da sua concretização, com base no estudo realizado, indicam-se dois planos de estudos que podem ser resumidos em um único projeto: desatar o “nó” aprofundando teoricamente a compreensão das especificidades de gênero nos processos produtivos, relacionando-as com uma sólida base teórica que dê conta de revelar a natureza das contradições de classes, geradas pelo capitalismo contemporâneo, nas quais o gênero está inserido. Esse estudo teórico poderá ser enriquecido com a realização de uma pesquisa de campo mais ampla, com novos atores de segmentos operários compreendidos não em uma única empresa, mas no interior de uma cadeia produtiva, compreendendo vários estágios e várias empresas, atravessados, desde a origem até a fase final da

⁴⁶ Refiro-me ao conceito de emancipação com base em MARX *apud* NOGUEIRA (2004, p. 2), que afirma que “a superação da propriedade privada é, por conseguinte, a emancipação completa de todas as propriedades e sentidos humanos; mas ela é esta emancipação exatamente pelo fato de estes sentidos humanos e propriedades terem se tornado humanos, tanto subjetiva quanto objetivamente”.

produção de bens. Essa pesquisa de campo poderia ser realizada no próprio ramo de eletrodomésticos, ou em outros, como automobilístico ou moveleiro.

A sugestão por realizar a pesquisa no âmbito de uma cadeia produtiva e não em uma única empresa justifica-se pela necessidade de captar o fenômeno das inovações tecnológicas, visto que estas não atingem todas as empresas uniformemente. A cadeia produtiva ao tomar a produção desde o início da fabricação, ou seja, da transformação da matéria-prima nos primeiros itens de produção, até a constituição do produto final para o uso humano, expressa um universo bastante diversificado no cenário da produção flexível, decorrente, principalmente, dos processos de terceirização, envolvendo a relação entre empresas fabricantes, fornecedoras, prestadoras, em diferentes escalas e empresas montadoras, tal qual foi caracterizado por HARVEY (1992).

REFERÊNCIAS

- ADELMAN, Miriam. O gênero na construção da subjetividade: entendendo a “diferença” em tempos pós-modernos... In: ADELMAN, Miriam e SILVESTRIN, Celsi B. (Orgs.). **Gênero Plural** - Coletânea. Um debate interdisciplinar. Curitiba: Editora da UFPR, 2002.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- ANDRÉ, Marli E. D. A.; LÜDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- ANTUNES, Ricardo L. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2000.
- BASTOS, João Augusto de S. L. A. Educação tecnológica: conceitos, características e perspectivas. In: **Revista Tecnologia e Interação**. Curitiba: CEFET-PR, 1998.
- _____. Prefácio. In: CARVALHO, Marília G. de. (Org.). **Relações de Gênero e Tecnologia**. Curitiba: Editora CEFET-PR, 2003.
- BAUMANN, Renato. (Org.). **O Brasil e a economia global**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARAVANTES, Geraldo R; CARAVANTES, Cláudia B; BJUR, Wesley E. **Administração da qualidade: a superação de desafios**. São Paulo: Makron Books, 1997.
- CARVALHO, Marília G. de. Relações de gênero e tecnologia: uma abordagem teórica. In: CARVALHO, Marília G. de. (Org.). **Relações de Gênero e Tecnologia**. Curitiba: Editora CEFET-PR, 2003.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2000.

CORIAT, Benjamin. **Automação programável: novas formas e conceitos de organização da produção.** São Paulo: Hucitec, 1988.

COSTA, Claudia de L. O leito de procusto: gênero, linguagem e as teorias femininas. In: **Cadernos PAGU**, 1994, vol. 02.

COUTINHO, Luciano G. e FERRAZ, João Carlos. (Coord.) **Estudo da competitividade da indústria brasileira.** Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994.

CUNHA, Maria Amália de A. Gênero no trabalho: desemprego, exclusão e precariedade. In: **Trabalho & Educação.** Revista do NETE, 1999, nº 06.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese.** Perspectiva: São Paulo, 1995.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** São Paulo: Global Editora e Distribuidora, 1984.

ENGUITA, Mariano F. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FARIA, José H. de. **Tecnologia e processo de trabalho.** Curitiba: Editora da UFPR, 1997.

_____. **Relações de poder nas organizações.** Curitiba: UFPR – CEPPAD, 1999.

FERREIRA, Aurélio B. de H. **Novo dicionário da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, Naura S. C. F. (Org.). **A gestão da educação na sociedade mundializada: por uma nova cidadania.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

FORD, Henry. **Henry Ford por ele mesmo.** São Paulo: Martin Claret, 1995.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real.** São Paulo: Cortez, 1995.

GARCIA, Nilson M. D. **Física Escolar, Ciência e Novas Tecnologias de Produção: o desafio da aproximação.** São Paulo, 2000. 276f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

GORZ, André. **Crítica da divisão do trabalho.** São Paulo: Martins Fontes, 1996.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel.** São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, volume 4.

GRAY, John. **Al-Qaeda e o que significa ser moderno**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HIRATA, Helena. Da polarização das qualificações ao modelo da competência. In: FERRETTI, Celso J. et al. (Orgs.). **Novas tecnologias, trabalho e educação** – um debate multidisciplinar. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. Os mundos do trabalho: convergência e diversidade num contexto de mudança dos paradigmas produtivos. In: CASALI, Alípio. et al. (Orgs.). **Educação e empregabilidade**: novos caminhos da aprendizagem. São Paulo: EDUC, 1997.

_____. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. In: **Gênero, Tecnologia e Trabalho**: Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho – Associação Latino-americana de Sociologia do Trabalho. Rio de Janeiro: 1998, ano 4, nº 7, 1998.

_____. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LARANGEIRA, Sônia M. G. Fordismo e Pós-Fordismo. In: CATTANI, Antônio D. (Org.). **Trabalho e Tecnologia**: dicionário crítico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LEITE, Márcia de P. Modernização tecnológica e relações de trabalho. In: FERRETTI, Celso J. et al. (Orgs.). **Novas tecnologias, trabalho e educação** – um debate multidisciplinar. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. **O futuro do trabalho** – novas tecnologias e subjetividade operária. São Paulo: Editora Página Aberta, 1994A.

LÉNINE, V. I. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

LIEDKE, Elida R.; SILVA, Lorena H. Inovações na organização do processo de trabalho e relações de gênero. In: **Educação & Sociedade**: Revista Quadrimestral de Ciência da Educação – Centro de Estudos de Educação e Sociedade CEDES. Campinas, SP: Papirus, 1993.

LOURO, Guacira L. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. In: **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul-dez 1995.

_____. Epistemologia feminista e teorização social – desafios, subversões e alianças. In: ADELMAN, Miriam e SILVESTRIN, Celsi B. (Orgs.). **Gênero Plural** - Coletânea. Um debate interdisciplinar. Curitiba: Editora da UFPR, 2002.

MACHADO, Lucília R. de S. A educação e os desafios das novas tecnologias. In: FERRETTI, Celso J. et al (Orgs.). **Novas tecnologias, trabalho e educação** – um debate multidisciplinar. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1993.

_____. **O capital**: a crise da economia política: livro 1. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1994, 14ª edição.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã I**. Portugal: Editorial Presença, 1980.

_____. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Global Editora, 1984.

MOECKEL, Alexandre; MOREIRA, Herivelto. **modelo_dissertacao_ppgte.doc**. Modelo de referência para estruturação de dissertações do PPGTE. Programa de Pós-Graduação em Tecnologia do CEFET-PR. Curitiba, 20 out. 2003. Arquivo (172 Kbytes); Word 2000. Disponível em: <http://www.ppgte.cefetpr.br/download/modelo_dissertacao_ppgte.zip> Acesso em: 19 mar. 2004.

MORAES NETO, Benedito R. Maquinaria, taylorismo e fordismo: a reinvenção da manufatura. In: **Revista Novos Rumos**. São Paulo: Editora Novos Rumos, 1986.

_____. **Marx, Taylor, Ford**: as forças produtivas em discussão. São Paulo: Brasiliense, 1991.

NAISBITT, John. **Paradoxo global**: quanto maior a economia mundial, mais poderosos são os seus protagonistas menores: nações, empresas e indivíduos. Rio de Janeiro: Campus, 1984.

NOGUEIRA, Claudia M. **A feminização no mundo do trabalho** – entre a emancipação e a precarização. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

ONO, Maristela M. **Design industrial e diversidade cultural**: sintonia essencial. Estudos de casos nos setores automobilístico, moveleiro e de eletrodomésticos no Brasil. São Paulo, 2004. 1200f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo.

PARANÁ. SEPT – Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social. **Caderno estatístico sobre o mercado de trabalho de Curitiba**. Edição nº 2, Curitiba, agosto/2003.

PARO, Vitor H. **Administração escolar**: uma introdução. São Paulo: Cortez, 1996.

PIZA, Floriano T. **Informações básicas sobre saúde e segurança no trabalho**. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 1997.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 2000.

RAMOS, Marise N. **A pedagogia das competências**: autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortez, 2001.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos**. O declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. São Paulo: Makron Books, 1995.

SADER, Emir. A hegemonia neoliberal na América Latina. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de O. e BRUSCHINI, Cristina. (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

SALM, Claudio. Novos requisitos educacionais do mercado de trabalho. In: OLIVEIRA, M. A. de (Org.). **Economia e trabalho**: textos básicos. Campinas, SP: Instituto de Economia da UNICAMP, 1998.

SANTIAGO, Claudia. **Uma outra versão sobre a origem do 8 de março**. Disponível em: <<http://www.cutrij.org.br/Mulheres.html-48k>> Acesso em: 04 out. 2005.

SANTOS, Teodoro dos. **O Estado é o grande empregador**. Rio de Janeiro: Cadernos do Terceiro Mundo, nº 74, 1994.

SCHONBERGER, Richard J. **Técnicas industriais japonesas** – nove lições ocultas sobre a simplicidade. São Paulo: Pioneira, 1992.

SCHWARTZ, Gilson. **As profissões do futuro**. São Paulo: Publifolha, 2000.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação & Realidade**. 1995, jul/dez.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Lorena H. da. Divisão sexual do trabalho. In: CATTANI, Antônio D. (Org.). **Trabalho e Tecnologia**: dicionário crítico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

SILVA, Nancy S. e CARVALHO, Marília G. de. A tecnologia e a divisão sexual do trabalho. In: CARVALHO, Marília G. de. (Org.). **Relações de Gênero e Tecnologia**. Curitiba: Editora CEFET-PR, 2003.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

TAUILE, José R. **Automação e competitividade:** tendências no cenário internacional. São Paulo: Globus, 1988.

TAVARES, Maria da Conceição. **Destruição não criadora:** memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada. Rio de Janeiro: Record, 1999.

TEMPOS Modernos. Direção de Charles Chaplin. Los Angeles: United Artists, 1936 (87min).

THUROW, Lester C. **O futuro do capitalismo** – como as forças econômicas de hoje moldam o mundo de amanhã. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

TOFFLER, Alvin. **A terceira onda.** Rio de Janeiro: Record, 1980.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistema de Bibliotecas. **Normas para apresentação de documentos científicos.** Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

VEGARA, José M. **A organização científica do trabalho.** São Paulo: Martins Fontes, 1974.

VIEIRA, Sarita B. A mulher e o trabalho sentimental: a desigualdade no mundo do trabalho. In: CARRANCHO, Regina. (Org.). **Feminino:** a resolução que marca a diferença. Campinas, SP: Editora Átomo, 2003. Coleção Mulher & Vida.

WHITAKER, Dulce. **Mulher & Homem:** o mito da desigualdade. São Paulo: Editora Moderna, 1988.

YANNOULAS, Silvia C. Notas para a integração do enfoque de gênero na educação profissional. In: VOGEL, Arno. (Org.). **Trabalhando com a diversidade no PLANFOR:** raça/cor, gênero e pessoas portadoras de necessidades especiais. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO do Brasil, 2001.

ANEXOS

ANEXO A – ROTEIRO UTILIZADO PARA A ENTREVISTA COM A PROFISSIONAL DA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS

PERFIL

Data: ___ / ___ / 05

sexo

idade

estado civil

função

formação (escolaridade)

tempo de empresa (na função, naquela empresa)

- Número total de funcionários
- Número total de trabalhadores homens
- Número total de trabalhadoras mulheres
- Fatores que determinam os interesses empresariais pelo emprego do trabalho feminino
- Características das funções cuja preferência empresarial destina-se à contratação da mão de obra feminina
- Principais atributos das trabalhadoras, estabelecidos pela *Empresa* para a contratação nas referidas funções
- Envolvimento da mulher nas negociações salariais
- Preconceito dentro do trabalho

ANEXO B – ROTEIRO UTILIZADO PARA AS ENTREVISTAS COM OS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DA PRODUÇÃO

1. PERFIL DO(A) TRABALHADOR(A)

Data: ___ / ___ / 05

sexo

idade

estado civil

função

formação (escolaridade)

tempo de empresa (na função, naquela empresa)

trabalho anterior

jornada e turno

2. PROCESSOS E PRODUTOS

- Descrever seu dia de trabalho (suas atividades dentro de sua função). O que faz dentro da empresa:
 - Principais características necessárias para o desempenho da função. Características da rotina de trabalho.
 - Se trabalho repetitivo – conseqüências.
 - O trabalho depende de outros setores.
 - Planejamento do trabalho.
 - Desenvolvimento da função por homens e mulheres da mesma maneira.
 - Relação com pessoas do mesmo sexo, dentro e fora da empresa.
 - Preconceito dentro do trabalho (“cantada”, piada, assédio, brincadeira).
 - Controle da produção.
 - Controle de qualidade. Retrabalhos, devoluções.
 - Quem trabalha melhor: homens ou mulheres.
 - Relação com os equipamentos (ferramentas) que utiliza para executar o trabalho. Como aprendeu a manejar (treinamentos).
 - Matéria-prima utilizada.
 - Utilização do produto.
 - Ponto de venda do produto.
 - Custo do produto.

- Complementos (sugestões, críticas, comentários).

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)